

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. *Paulo Duarte II (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p.

PAULO DUARTE II
(depoimento, 1977)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática
entrevistador(es): Ricardo Guedes Pinto; Tjerk Franken
levantamento de dados: Patrícia Campos de Sousa
pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: São Paulo - SP - Brasil
data: 12/04/1977 a 13/04/1977
duração: 7h 50min
fitas cassete: 06
páginas: 178

Entrevista realizada no contexto do projeto "História da ciência no Brasil", desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman. O projeto resultou em 77 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo. Informações sobre as entrevistas foram publicadas no catálogo "História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos / CPDOC." Apresentação de Simon Schwartzman (Rio de Janeiro, Finep, 1984). A escolha do entrevistado se justificou por sua atuação e atividades no Museu do Homem, em Paris, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, e no Instituto de Pré-História da USP.

temas: Administração Municipal, Antropologia, Armando de Sales Oliveira, Assembléia Legislativa, Ato Institucional, 5 (1968), Atuação Parlamentar, Cassações, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Educação, Ensino Superior, Estado Novo (1937-1945), Financiadora de Estudos e Projetos, História da Ciência, Igreja Católica, Imprensa, Júlio de Mesquita Filho, Legislação, Movimento Estudantil, Paulo Carneiro, Pesquisa Científica e Tecnológica, Política Científica e Tecnológica, Positivismo, Professores Estrangeiros, Pós - Graduação, Redemocratização de 1945, Reforma Judiciária, Repressão Política, Rio de Janeiro (estado), Roberto Simonsen, Saúde Pública, Sistema Penal, São Paulo, Unesco, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Universidade do Distrito Federal

Sumário

Sumário da 1ª entrevista:

Fita 1: o interesse pela antropologia; os estudos sobre a Penitenciária de São Paulo; a participação na comissão instituída por Armando de Sales Oliveira para estudar a reforma da legislação de assistência aos criminosos; a posição política; a especialização em antropologia e pré-história com Paul Rivet no Museu de Paris; o mandato na Assembléia Legislativa de SP; a expulsão do país após a declaração do Estado Novo; a contratação pelo Museu do Homem e o contato com a comunidade científica francesa; a influência do padre Teilhard de Chardin em sua formação; a doutrina da evolução de Chardin; a oposição da Igreja Católica à sua interpretação sobre as origens do homem; o convite do reitor Ulhoa Cintra para organizar e dirigir o Instituto de Pré-História da USP; o movimento estudantil e a intervenção policial na Universidade; o "processo dos rinocerontes"; a expulsão da USP em 1969 e a cassação pelo AI-5; o relacionamento com Júlio de Mesquita Filho; a exoneração de Paulo Carneiro do cargo de embaixador do Brasil na UNESCO; o inquérito sobre a situação do ensino em São Paulo promovido pelo O Estado de São Paulo em 1926; os trabalhos realizados para O Estado de São Paulo; o afastamento do jornal em 1974; a organização da USP: o modelo francês; o recrutamento do corpo docente da nova universidade.

Fita 2: a pesquisa pura e a pesquisa aplicada na USP; a oposição das escolas tradicionais à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a concepção inicial da USP; as pesquisas de Emílio Ribas e Pereira Barreto sobre a febre amarela; a influência positivista em São Paulo; a biblioteca de Paulo Duarte; os professores estrangeiros contratados pela USP: Levy-Strauss, Bastide, Gurvitch, Fantappiè, de Fiore, Rheinboldt, Wataghin; a expulsão da Universidade em 1969.

Sumário da 2ª entrevista:

Fita 3: a candidatura para deputado federal em 1947; a recuperação do O Estado de São Paulo pela família Mesquita após a deposição de Getúlio Vargas e a nomeação do entrevistado para o cargo de redator-chefe do jornal; a revista Anhembi: os colaboradores estrangeiros, as linhas editoriais; a criação da USP: a comissão organizadora, a opção pelo modelo francês, o apoio da sociedade paulista, a colaboração de Roberto Simonsen, a contratação de professores estrangeiros; a volta de Wataghin à Itália; os discípulos de Roger Bastide; as finalidades iniciais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; o convite para organizar e dirigir o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

Fita 4: a atuação do Departamento de Cultura: os parques infantis; o crescimento e a decadência da USP; a educação no Estado Novo; a Universidade do Distrito Federal; a resistência das escolas tradicionais à criação da universidade; o sentido político da fundação da USP; o desenvolvimento científico e cultural de São Paulo durante o governo de Armando de Sales Oliveira; a expulsão da USP em 1969; a colaboração na organização da UnB; os modelos da UnB e da USP; os poderes executivo e legislativo na USP; a situação atual dessa universidade: os membros do Conselho Universitário; a Universidade Júlio de Mesquita.

Fita 5: o "processo dos rinocerontes"; o apogeu e a crise da USP; os Fundos Universitários de Pesquisa; a Reforma Universitária de 68; a criação da Unicamp; a gestão de Zeferino

Vaz nessa universidade; Crodowaldo Pavan e a Academia de Ciências do Estado de São Paulo; o papel da Academia Brasileira de Ciências; o laboratório de fisiologia dos irmãos Osório de Almeida; as relações entre a comunidade acadêmica paulista e a carioca; a morte de Amoroso Costa, Laboriau e outros professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro no desastre do Santos Dumont em 1929; a atuação da SBPC; os sistemas de financiamento da FAPESP e do CNPq; os custos da pesquisa antropológica; a política da Finep.

Fita 6: os recursos da USP; a intervenção do governo federal na Universidade; a pós-graduação na universidade e nos institutos isolados; a crise da universidade brasileira.

1ª ENTREVISTA – 12/04/77

T.F. – Queríamos que o senhor falasse de seus primeiros contatos com a ciência e com a comunidade científica. Como e quando foram?

P.D. – Essa questão de inclinação científica, inclinação artística, pode-se dizer que é uma coisa quase genética. A gente já nasce com isso. A primeira atuação que tive pela ciência foi através de um livro que meu pai me deu quando eu tinha 12 anos. Chamava-se *O Homem Primitivo*, de Figuiier, numa tradução portuguesa. A vida inteira eu tenho procurado um exemplar, como lembrança apenas, e não encontro. Ele estudava o que havia de divulgação científica nesta época, que seria mais ou menos 1911, 1912.

Daí em diante nunca mais fiquei desatento com relação à Antropologia. Sempre procurei estudá-la, tanto que, na Faculdade de Direito, onde eu encontrei, na realidade, apenas dois professores dignos do nome de professor, que foram Reinaldo Porchat e Gama Cerqueira...

Gama Cerqueira era professor de Criminologia, ou Direito Penal, e minha atenção foi despertada principalmente pelo fato de eu estar atraído já pela Antropologia Geral. Então fui para Antropologia Criminal. Gama Cerqueira me animou muitíssimo nisso, dizendo que ficaria mais cinco anos na Faculdade de Direito, esperando que eu pudesse fazer concurso na vaga dele. Aí comecei a pesquisar dentro da penitenciária de São Paulo, que tinha uma fama quase universal de grande instituto científico, e fui descobrir que não passava de uma cadeia de luxo.

R.G – Isto foi quando, professor?

P.D. – Isto foi em 1928. Encontrei na penitenciária apenas um cientista. Chamava-se ele José de Moraes Melo, era formado em Medicina, era formado em Medicina e exercia o cargo, ou as funções, de psiquiatra da Universidade. Mas este homem

tinha uma vida de tristeza, porque não era compreendido pela direção da penitenciária, que estava entregue a um delegado de polícia notável pela sua incompetência. E notável também pelo seu zelo na tortura policial contra os criminosos. Ora, nós aí já julgávamos – o Moraes Mello já julgava, como eu já julgava, devido ao Gama Cerqueira – que o crime é uma enfermidade social. E, sendo uma enfermidade social, precisava ter um tratamento de Medicina Social também. O criminoso era atirado à penitenciária e distribuído pelas várias seções industriais da penitenciária a olho. “Você é muito forte, vai para a marcenaria, porque tem que fazer força lá”. E assim por diante. E o resultado era que 60 ou 70 por cento dos condenados daquele tempo, que eram dois mil e tantos, eram de origem camponesa. Eram lavradores. Dizer lavradores em São Paulo, presos na penitenciária, é dizer caipiras. Muitos não sabiam ler, e iam aprender a ler na penitenciária. Isso eles aprendiam.

Então, fizemos um estudo em profundidade de todos aqueles detentos. Isso me animou profundamente, e me mostrou as belezas das pesquisas científicas, das pesquisas de laboratório de campo. Redigi, então, um relatório a Armando de Sales Oliveira, que era interventor em São Paulo. Como era um homem inteligente, ele imediatamente viu a importância do problema.

Já existia o manicômio judiciário. Mas o manicômio judiciário era para recolher apenas os alienados, não era para recolher nervosos, outros que tivessem manifestações que não eram propriamente de psiquiatria, mas apenas de neurologia ou até mesmo de clínica médica, que leva muitas vezes ao delírio, à inconsciência, etc. Armando Sales de Oliveira, então nomeou uma comissão para estudar a reforma da assistência aos criminosos. Fui encarregado da secretaria geral dessa missão, porque o presidente era o Secretário de Justiça, o dr. Silvio Portugal, que era criminologista também, e compreendia muito bem esse problema. Os outros membros foram indicados por mim, e passamos a estudar esta reforma. Começamos por mudar a jurisdição da assistência aos criminosos da Secretaria de Justiça para a Secretaria de Educação. Se a educação cuidava da

pedagogia, evidentemente, poderia cuidar também da Antropologia. E isso já provocou logo uma resistência, porque a Secretaria de Justiça não queria abrir mão das suas prerrogativas de ter a administração das prisões. Administração apenas. Isto era bem feito.

As penitenciárias eram cadeias de luxo, principalmente a penitenciária de Carandiru. Mas o psiquiatra da penitenciária de Carandiru, que era o único homem lúcido neste campo, a respeito da Criminologia, era um perseguido pelo diretor. O diretor era um antigo delegado de polícia, que não compreendia aquilo que achava que não podia dispensar da penitenciária: uma coisa que ainda existia, mas que já era coisa completamente ultrapassada, que era a cafua, as solitárias. Ele punha os criminosos da sua antipatia na solitária, às vezes um mês a pão e água. Esses homens saíam muito mais doentes do que quando haviam entrado na penitenciária.

E me atraíram, dentro da penitenciária, entre os criminosos, os pacientes, principalmente dois indivíduos que eram loucos morais, portadores de uma psicose perversa, um para o assassino e outro para o roubo e o furto. Este era o Amileto Meneghetti e o outro era o Ângelo Gracioso. E eu estudei estes dois homens e fiz uma tese sobre eles. O Meneghetti era um ladrão nato e o, e o Gracioso era um assassino nato. Conseguimos apenas ter compreensão relativa, porque tínhamos contra nós a direção da penitenciária. Conseguimos até conquistar completamente a amizade desses dois criminosos. E pudemos estudar, então, as suas tendências e a sua conformação criminal, para diagnosticá-los como sendo loucos morais, que eram realmente. Meneghetti não era um homem inteligente, mas era um homem de talento, tinha criatividade muito rápida e tinha até expressões muito interessantes. Júlio Mesquita Filho, um dia, me pediu para apresentar-lhe Meneghetti. Eu apresentei. Levei-o à penitenciária, até a cela de Meneghetti, e ele perguntou: “Então, Meneghetti, você como vai?” E ele respondeu textualmente isto: “*Qui, pagando il tributo di essere celebre*”.

Por aí a gente vê o talento desse homem. Ele uma vez perguntou-me se eu sabia

qual era a diferença que havia entre um ladrão e um comerciante. Eu disse evidentemente que não sabia. Ele disse: “O comerciante é um ladrão que tem paciência”. Esse homem merecia mesmo o estudo que fizemos dele, que nunca foi feito.

Publiquei esse estudo na minha revista *Anhembi* e no *Estado de São Paulo* também. Nessa ocasião, fez até um certo escândalo, porque havia um grupo, principalmente de proprietários da Criminologia – porque havia proprietário de tudo antes da Universidade. Havia o proprietário da Medicina, o do Direito, o da Engenharia, e por aí a fora. E esses proprietários da Criminologia, ou da Assistência Social, ficaram com medo do adiantamento que nós apresentávamos no sentido de reformar essas coisas. E este medo criou-me até uma grande oposição desses conservadores renitentes com um discurso que fiz a Fernando de Azevedo, se não me engano em 1935. Fernando de Azevedo já era professor da Faculdade de Filosofia. Ofereceram a ele um banquete e eu fui convidado para falar. Então lancei aí, por assim dizer, o meu programa de política, política superior, evidentemente. Fiquei muito encantado com o livro de Alex Carrel, que foi publicado nessa ocasião, chamado *O Homem Desconhecido (l'Homme et Inconnu)*. Então, eu citei de início o Alex Carrel, e fiz a minha profissão de fé socialista. Mas o meu socialismo não tinha nenhuma ligação com o comunismo, que já existia na Rússia, e que eu acompanhava até com muito interesse, e no princípio, até com muita simpatia. Mas nunca pude ser convertido ao socialismo totalitário, porque achava que a expressão “socialismo totalitário” era uma expressão paradoxal. Era paradoxo, porque quem diz socialismo não pode dizer absolutamente totalitário. A essência mesmo do socialismo é a liberdade de pensar, é a liberdade de mover-se, é a liberdade evidentemente com aquelas restrições que o socialismo exige ideologicamente, e sem a licenciosidade do que se chamava liberalismo nesse tempo. Então, fiz, por assim dizer, minha profissão de fé socialista, nessa ocasião.

T.F. – Quando foi isso?

P.D. - Em 1935, se não me engano. Nunca me desviei deste caminho, por que quanto mais eu aprofundava meu estudo do socialismo, a começar pelos socialistas franceses e a terminar pelos socialistas russos, mais eu me convencia de que os russos não estavam certos, sob o ponto de vista filosófico, ponto de vista ideológico. Assim, fiz até intimidade com Leon Blum, que era um dos homens mais inteligentes que conheci. Ele era, por assim dizer, no socialismo, discípulo de Henri Barbusse e de Jean Jaurais. E ele me deu até os primeiros livros, interessantíssimos, sobre essa diferença nítida que há entre o socialismo e o socialismo totalitário. O socialismo *tout court* tem que ser democrático, dentro do verdadeiro sentido e não dentro desta terminologia de propaganda política, de política errada que está dominando até hoje no Brasil.

Ora, a Antropologia Criminal me levou à Antropologia Geral, do Juventino Filho. Aí, fui conhecer Paul Rivet, que era presidente do *Museum* de Paris, em que há uma parte da pesquisa pura e essencial da Sorbonne. Rivet era o presidente.

T.F. – Como o senhor o conheceu? O senhor estava em Paris, estavam em exílio...?

P.D. – Eu estava exilado em Paris, pela primeira vez.

T.F. – No primeiro exílio?

P.D. – No primeiro exílio, logo no princípio. Eu procurei os programas de conferências científicas, e encontrei um curso que Rivet ia dar, de Etnologia, lá mesmo no Jardim das Plantas, que era sede do *Museum*. Fui assistir essas conferências. Lá a gente pode... As conferências duram às vezes meia hora e as perguntas duram duas, três horas, conforme o interesse daqueles que queiram perguntar. E devido as minhas perguntas, Rivet tornou-se meu amigo. E eu comecei, então a estudar a Pré-História. E para estudar a Pré-História, fui obrigado a me aprofundar em Geologia e Paleontologia, sem o que não se podia fazer Pré-História, evidentemente. Como é que eu iria estudar Paleontologia Humana, se eu não

soubesse Paleontologia?

Rivet me convidou para fazer alguns serviços de laboratório no Museu do Trocadero, porque não existia ainda o Museu do Homem. Eu fiz, mas voltei para o Brasil, e o fato do Armando Sales de Oliveira ter sido nomeado interventor de São Paulo me arrastou para um caminho que eu não queria percorrer, que era o caminho da política. Com o Armando Sales de Oliveira eu fui deputado e, como deputado, me enfrontei muito mais nesta parte social, porque nunca apresentei nenhum projeto que não estivesse ligado ao problema social. Tive que entrar numa campanha muito séria, até muito arriscada, que era a campanha contra a corrupção, que já penetrava na política do Brasil. Os Anais da Assembléia Legislativa estão aí para mostrar a minha ação, que foi uma ação quase que diária.

Isso durou até 1937. A 10 de novembro foi declarado o Estado Novo. Fui preso e expulso do Brasil, logo no início. Ainda a bordo do navio que me levava para o exílio, recebi um telegrama do Rivet, do Museu do Homem – aí já existia o Museu do Homem, que havia sido fundado pelo próprio Rivet em 1937 – dizendo que as portas estavam abertas para mim. Fui, e tive, então, a oportunidade de conhecer alguns tipos extraordinários dentro da ciência francesa que era, como é ainda hoje, principalmente na sua parte intelectual e doutrinária, uma das mais importantes do mundo. Conheci, por exemplo, La Pique, Pierre Janet, a grande mestra da Psicologia; conheci Bérghson, que estava velho, mas perfeitamente lúcido – fazia cursos ainda; e conheci, principalmente, o maior vulto científico que foi até hoje, que foi o padre Teilhard de Chardin do qual fui discípulo num curso que ele deu no Museu do Homem, antes de também ser expulso da França, não pelo Governo, mas pela Companhia de Jesus, da qual ele fazia parte. Ele achava até que isso foi uma inspiração divina – a expulsão dele – porque ele dizia que o homem devia ter um intermediário entre o Antropóide e o Homo-sapiens, que não se conhecia ainda, mas se ia conhecer. Nessa ocasião que Dart e Broom descobriram os primeiros australopitecos.

T.F. – Quem foi?

P.D. – Dart e Broom, na África do Sul. E o padre Teillard partiu imediatamente para lá, para conhecer. Aí ele escreveu um artigo a esse respeito e a Companhia de Jesus ficou com medo dele. Foi a mesma questão de Sócrates: ele estava prejudicando a mocidade, estava aviltando a mocidade. E o mandaram para a China. Ele foi para a China e foi descobrir o *Homo pequinensis*. De modo que o exílio dele serviu para confirmar a doutrina que ele havia lançado, e que lhe custara o exílio.

Numa das viagens que ele fez à França ele deu então este curso no Museu do Homem e eu fui aluno dele. Tive a felicidade de ser até o aluno predileto dele. E ele foi interpelado um dia por um outro, porque éramos 25 ou 26 alunos, que disse a ele: “Mas padre Teillard, nós todos somos católicos praticantes, e o único agnóstico que tem aqui é o Duarte. Como é que o senhor tem preferência por ele?” E ele respondeu: “É a minha ovelha negra”. [risos] Mas continuou muito meu amigo. Tanto assim que eu fazia *piège* a ele. Fazia umas armadilhas. E um dia, em que pregou a verdade da Evolução, a doutrina moderna, eu interrompi e disse: “Meu caro Teillard, como é que o senhor pode conciliar a doutrina da Evolução com o Dogma da Criação?” Ele olhou para mim, deu uma risadinha muito velhaca, e disse: “Se o Dogma é a verdade, e para mim o Dogma é a verdade, e se a Evolução é a verdade, e para mim a Evolução é a verdade, não são duas verdades, são duas partes da mesma verdade”. E aquilo evidentemente me ligou profundamente, mais ainda, a ele. Tanto que, mesmo depois que ele partiu para a China, continuamos a nos corresponder até a morte dele, que foi no dia de Páscoa, em Nova York, onde ele faleceu.

As obras dele não iam ser publicadas, porque a família, a pedido da Companhia de Jesus, proibiu a publicação. Então, o Rivet, que tinha a cópia de quase todos os trabalhos científicos dele, porque ele mandava a cópia para o Rivet, para ele ler e fazer a crítica, o Rivet mandou comunicar à família que ele ia publicar as obras completas do Padre Teillard. E a família se opôs. Ele disse: “Podem se opor à

vontade. O único direito que vocês têm é reclamar de mim os direitos autorais. Isso vocês não perdem. Mas o direito de publicar eu tenho, porque esses manuscritos são meus. Eu tenho carta do Padre Teilhard dizendo que eu sou proprietário desses manuscritos”. Aí a Companhia de Jesus voltou atrás. Ela já estava um pouco mais lúcida, e propôs a organização de uma grande comissão de cientistas de toda a Europa, e da América também, para a publicação das obras. E essa organização foi feita. A comissão tinha quase 50 nomes, 50 nomes ilustres. Inclusive dos cientistas católicos que aceitavam a doutrina do Padre Teilhard, porque a Companhia de Jesus não aceitava. Mais tarde, essa doutrina foi oficializada pelo Vaticano, exatamente quando o Cardeal Montini, que é o atual Papa Paulo VI, serviu de Ministro Cultural, por assim dizer, do Papa da ocasião, que eu não sei se foi João XXIII, ou antes, do João XXIII. Mas foi um dos dois. Aí a doutrina foi oficializada pela Igreja.

Muitos países atrasados culturalmente não aceitaram a doutrina, porque a notícia chegou muito tarde. Basta dizer que a primeira notícia do Padre Teilhard, como cientista, chegada ao Brasil, foi trazida por mim em conferências que eu fiz nessa ocasião, em Sorocaba, sobre as origens do homem. Eles não aceitavam isso. Mas hoje em dia ela está oficializada até pela enciclopédia mais autorizada do catolicismo, que é uma obra chamada *Catholicism, hier, aujordúí etdemain*. E lá, no verbete “Evolução” está escrito isto: “A doutrina da evolução, que é muito discutida, ela, para a Igreja, hoje, está expressa na opinião científica do padre Teilhard de Chardin”. Mais ou menos isso. De modo que está liquidada a questão do Padre Teilhard. Cheguei aqui em 1946, quando o Getúlio caiu, eu fui convidado pela *Folha de São Paulo*, jornal que eu havia ajudado a fundar, muitos anos antes, a dar um curso sobre as origens do homem. E lá, tive uma oposição tremenda dos católicos, do clero católico. Em Sorocaba, um padre chegou a escrever, e nesse artigo ele dizia: “imaginem os senhores” – nesse artigo ele se dirigia aos leitores – “Um homem vem pregar aqui que a origem do homem não está em Adão, está no macaco”.

Em primeiro lugar, nunca falei que a origem do homem estava no macaco. Porque a origem do homem vem de muito antes, vem desde a célula, desde a bactéria, De modo que vem de milhões, de pelo menos três milhões de anos antes. E então dizia ele: “Dizer uma heresia dessas é a mesma coisa que dizer que se pode tirar cinco de três”. Aí na próxima aula – porque ele compareceu – eu disse: “O padre tal, apesar da sua ilustração, ele disse um absurdo, dizer que não se pode tirar cinco de três. Pode. Tira-se cinco de três fica menos dois. De modo que isso é perfeitamente matemático”. Desmoralizei o padre, dentro da paróquia dele.

Chegando em São Paulo, um outro padre fez um sermão na Igreja Santa Generosa, que foi repetido na Igreja da Imaculada Conceição. Eram as paróquias mais atrasadas, mais reacionárias que havia. Então eles diziam que a doutrina que eu pregava era uma doutrina herética, que devia ser repelida pelos católicos verdadeiros.

Um dia, na minha aula, um aluno, até uma senhora de certa idade, me interrompeu, quando eu falei do Padre Teillard de Chardin. Ela disse: “Professor, o senhor falou no Padre Teillard de Chardin, mas eu tenho informação, pelo meu confessor, que o Padre Teillard de Chardin é um *defragué*, é um padre que abandonou a batina e rompeu com a Companhia de Jesus”. Eu disse: “Exatamente o contrário. O grande prejuízo do Padre Teillard foi o fato dele ter sido sempre fiel à Companhia de Jesus. Tanto que ele foi exilado pela Companhia de Jesus e obedeceu. Foi para a China. Ele foi proibido de dar aulas na Sorbonne, para as quais ele foi convidado, pela Companhia de Jesus, e ele obedeceu”. Ela disse: “Mas o meu confessor disse”. Eu disse: “Mas o seu confessor não está bem esclarecido. Dê a ele essas informações”. Ela disse: “Mas eu sigo o meu confessor, que é o meu guia espiritual”. Eu disse: “Bom, em todo caso a senhora pergunte ao seu confessor isso direitinho”. Daí há dias ela voltou e disse que tinha consultado o seu confessor e ele confirmara aquilo que dissera. Aí, eu disse: “Está bom. A senhora está me dando informações, eu também vou tomar informações por minha conta, e trarei a todos os alunos”. Porque eu não podia ficar desmoralizado perante os meus alunos,

não é? Aí, fui procurar o superior dos Jesuítas aqui na Avenida Paulista e então ele disse: “Não, o senhor, é um engano do confessor, porque o Padre Teillard é um homem respeitabilíssimo. Nunca ele abandonou a Companhia de Jesus, como ele está afirmando. O senhor pode dizer”. Eu disse a ela e ela foi ao confessor. O confessor a levou até o geral e o geral confirmou aquilo. Aí ela foi até muito leal. Perante todos os alunos declarou que ela tinha mudado de opinião, devido à informação que eu tinha levado a ela.

Liquidei a questão também aí, mas não liquidei, evidentemente, certas camadas que começaram a me atacar. Nesta ocasião, fui fazer um curso de Antropologia na Universidade Federal de Porto Alegre e aí tinha um professor de Antropologia, jesuíta também, o Padre Rambo, que era um homem muito ruidoso, muito intolerante, tanto assim que eu nunca vi o Padre Rambo. Passei três meses dando aquele curso, e ele mandou um aluno dele – que hoje é até meu amigo, é um antropólogo – para me fiscalizar e levar a ele as informações. E ele levava as informações. E eu então fiz questão de salientar bem a questão e surgiu o caso do Padre Teillard de Chardin outra vez. Uma aluna levantou-se, apoiada por esse rapaz, dizendo que o Padre Teillard era um *defragué* etc., etc. A mesma coisa sempre. Eu disse: “Olha, eu não tenho elementos aqui, porque não pensei que essa objeção fosse apresentada em aula. Mas prometo a vocês – como nós temos ainda algum tempo no curso – mandar buscar os documentos que possuo”. E isso foi dado lá no Rio Grande como noticiário. No dia seguinte, fui chamado ao telefone pelo Reitor da Universidade Católica. Já tinha a Universidade Católica e a Universidade Federal. Eu estava na Federal. É um padre, que é vivo ainda, é um velho, o irmão Otão, que esta até hoje na Universidade Católica. Ele me fazia um convite para eu visitar a Universidade Católica. Ele foi muito discreto, agiu com muito cuidado. Ele era Marista, não era Jesuíta. E fui visitar a Universidade. Ele foi muito discreto comigo, me recebeu muito bem. No fim, me levou à biblioteca. Ele disse: “Tenho aqui uma obra que o senhor deve conhecer”. E me levou numa estante. Estavam lá todas as obras do Padre Teillard já publicadas. Aí eu já tinha o documento, evidentemente. Levei e converti também a Universidade Federal à

doutrina da Evolução, tal qual ela é cientificamente.

Isso me tornou muito conhecido, e no curso que eu estava dando aqui, um dia mandei convidar o reitor que tinha sido nomeado recentemente, porque esse reitor era um homem considerado muito inteligente. E eu não tinha convidado os outros reitores para a abertura e para o encerramento dos cursos, porque eles não eram homens capazes de compreender um curso que estava dando pela primeira vez no Brasil. Era o professor Antonio de Ulhoa Cintra, o reitor da Universidade. E ele assistiu a essa minha aula de encerramento. E disse que, em face do que ele tinha ouvido naquela aula, onde eu descrevi o que foi o nosso convívio de aluno e professor, ele achava que a Universidade de São Paulo não podia existir sem uma cadeira de Antropologia Cultural. E que a cadeira de Pré-História ia ser aberta. Aí eu fiquei muito contente com aquilo.

De fato ele mandou me chamar dois dias depois e me disse que queria fazer aquela cadeira. Aí eu disse: “O negócio é o seguinte. Essa cadeira tem que ser na Faculdade de Filosofia, eu não posso aceitar. O motivo é muito simples. Tendo sido eu um dos fundadores da Faculdade de Filosofia eu não posso receber um prêmio por isso da Faculdade de Filosofia. De modo que eu posso indicar um professor estrangeiro capaz de dar o curso”. Ele disse: “Não senhor, você tem que estar dentro. Então, ao invés de fazer o curso de Pré-História na Faculdade de Filosofia, eu faço um Instituto de Pré-História”.

E o Instituto de Pré-História foi feito realmente em 1961. Fim de 61. E ele me convidou para dirigir. Eu disse: “Eu posso aceitar provisoriamente, até podermos contratar um professor estrangeiro. Porque eu não quero fazer carreira universitária. É tarde demais para fazer carreira universitária. Já tenho minha atividade intelectual voltada para outros setores”. Mesmo porque eu continuava sendo funcionário do Museu do Homem de Paris. Aí ele me nomeou e tudo quanto eu pedi ele me deu. Pude dar ainda na Faculdade dez ou doze cursos, correspondente ao tempo que eu durei na Faculdade, cursos aos quais dei um

cunho principalmente de pesquisa pura. De fato o mercado de cargos para Historiador no Brasil é um mercado muito pobre. De modo que me dava razão para justificar a pesquisa pura sobre a Paleontologia Humana.

Dei esses cursos, e neles consegui ter apenas três ou quatro promessas de estudantes que poderiam substituir qualquer técnico francês. Então, peguei essas três moças e arranjei bolsas para elas e mandei-as para Paris, recomendadas a Jean Pivetôt, que era um dos maiores paleontologistas modernos; a Lerois Gourant, que é hoje, por assim dizer, a maior autoridade em Pré-História na França e um dos principais do mundo todo; mandei uma recomendação a Antonie, que era diretor de Zoologia comparada no *Museum*; e ainda tinha um, o professor George Olivier, que era uma das maiores autoridades em Antropologia Física. Já era nessa ocasião, e continua a ser. Eu queria que elas passassem lá três anos. Mas a mosca azul subiu à cabeça de duas delas. E, ao invés de ficarem três anos, resolveram voltar ao fim do primeiro ano, completamente cruas para serem professoras. Uma delas era uma boa aluna, conhecia bem Anatomia, Zoologia, e, mesmo, fazia escavações até muito bem, mas não estava, não tinha a profundidade necessária para ser uma professora. Então, objetei que elas não estavam prontas, e elas brigaram comigo. Menos uma. Uma veio me contar que realmente descobrira que não tinha vocação para pesquisadora. Ela queria fazer Antropologia de vivo, portanto, Etnologia. Eu disse: “Não tem dúvida nenhuma”. Ela disse: “É. Mas o senhor me mandou com bolsa. Eu fiz esses cursos devido ao senhor”. Eu disse: “Sim, mas quando eu mandei você com bolsa, não foi você que eu mandei, mandei um membro da Universidade. Porque você é da Universidade, de modo que eu vou recomendar você a Maria Isaura Pereira de Queiroz”, que era a aluna do Bastide e fazia exatamente esse serviço aqui. E ela está até hoje. Está com a Maria Isaura. As outras duas foram embora, coitadas, perderam-se, por assim dizer, porque hoje elas são técnicas e boas técnicas de Antropologia Física e de Pré-História, mas não são realmente cientistas. Uma delas está no museu do Ipiranga e a outra eu não sei onde anda. Ela andava por aí. Fiz um estudo sobre Pintura Rupestre, no Piauí, e fez uma tese, que publicou e defendeu. Defendeu até na França. Depois nunca

mais ouvi falar nessa moça.

Mas em 1969 surgiu o conflito da política – 69 não, 1964 – da política com os estudantes. Esse conflito foi artificial. A Universidade já estava em completa decadência. Os professores eram absolutamente governistas, tanto assim que o Jango Goulart mandava os seus ministros, espalhava-os por todo o Brasil para fazer demagogia Janguista. E para aqui foi mandado o homem talvez mais esperto, mais vivo, mais inteligente, do seu Governo, que foi aquele ministro da Justiça. Como é que ele chamava? Era um sujeito muito vivo, era uma espécie de Passarinho daquele momento. Ele veio para São Paulo e foi à Faculdade de Direito. E lá foi recebido pelo diretor, que era o Gama e Silva, com um discurso de saudação a ele. E o Gama abriu as portas da Faculdade de Direito e da Universidade para o Jurema. Jurema chamava-se ele.

T.F. – Abelardo Jurema.

P.D. – Para o Jurema, que fez a sua demagogia Janguista. Aliás, com muito brilho, porque ele falava muito bem. E muitos alunos, por promessas dele de dar subvenções aos Centros, e assisti-los em tudo, muitos aderiram ao Jango. E o comunismo aproveitou-se, porque o comunismo é sempre muito ativo. Conquistou uma porção de elementos da Faculdade, mas não uma conquista substancial. Grupos de estudantes, que se reuniam assim, coisa e tal. E o Gama foi nomeado, nesta ocasião, reitor da Universidade e começou a perseguir esses estudantes. Ele perseguia ferozmente esses estudantes. Veio o golpe de estado de 64, e esses homens da Universidade, professores, os quais nós chamávamos de rinocerontes, estes homens aderiram imediatamente à situação nova. E aderindo à situação nova passaram a perseguir aqueles meninos que tinham sido desencaminhados pela situação anterior, que era a situação Janguista. O Jango aí já estava fora de consideração política. Eu me levantei – eu era membro do Conselho Universitário – me levantei contra isso. E fiz um discurso muito veemente lá no Conselho.

Logo depois, o Gama teve que abandonar o Ministério da Justiça e reassumir seu posto de reitor da Universidade. E um dos bajuladores, daqueles rinocerontes, que era o diretor da Escola Politécnica, apresentou um projeto de se fazer uma homenagem solene ao Gama pela sua atuação como político. Eu me levantei e disse que não poderia, de jeito nenhum, aderir a uma coisa daquelas, enquanto, principalmente, a Faculdade de Filosofia estivesse sendo atacada pela polícia. A polícia começou a penetrar dentro da Faculdade de Filosofia. E por causa daquilo o Gama ficou zangado comigo, porque eu escrevi uma carta a ele, muito amiga até, mas ele logo depois arranhou um jeito de abrir processo contra mim. E eu então fui me defender. Declarei até no Conselho Universitário que aquele processo, quer dizer, o que estavam chamando ali de processo Paulo Duarte, seria transformado no processo dos rinocerontes. E publiquei um livro sobre isso, chamado *O Processo dos Rinocerontes*. Não sei se os senhores têm lá na biblioteca esse livro, que é muito raro. Vou lhes dar um exemplar, porque eu tenho aí dois ou três. Isso vale a pena ter na biblioteca. E no processo eu o desmoralizei completamente.

Mas o Gama voltou a ser ministro e levou a uma seção do Conselho de Segurança, sem ter dado comunicação ao Conselho de Segurança, o decreto da minha expulsão da Faculdade. Em 1969 fui posto para fora da Universidade. Assim, sem que esse processo tivesse passado pela aprovação do Conselho de Segurança. Mais tarde eu incumbi um advogado meu amigo de tirar as provas do meu processo lá, e não existe processo. Fui expulso da Universidade contra as leis do próprio Governo, que dizia ter ele passado pelo Conselho de Segurança. Não existe esse processo.

Eram 32 com processos que foram postos fora da Universidade nesse dia, inclusive o reitor, que era um grande reitor, o Hélio Lourenço. O Hélio Lourenço protestou contra a intromissão militar dentro da Universidade e foi, então, cassado e posto para fora. No rabo desse decreto saiu a minha cassação também. De modo que tive que abandonar a Faculdade. Não abandonei, evidentemente, a ciência.

Continuei na S.B.P.C. – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Continuei ainda em Ribeirão Preto durante algum tempo. Mas o decreto que me pôs para fora proibiu que eu desse aulas ou fizesse conferências em institutos oficiais, ou que recebessem auxílio oficial.

Fui metido aí na rabeira de dois processos de subversão e fui chamado em Cumbica, onde faziam esses processos. Lá tinha um Coronel que era muito “esperto”. Esse Coronel era muito ignorante, como, aliás, esses militares são muito ignorantes. Eles não são cientistas, eles são técnicos. Evidentemente, eles se aproveitam da ciência para muita coisa. Um técnico não é um cientista, um técnico é um auxiliar apenas. É a mesma coisa que um técnico de laboratório. E ele então me perguntou um dia, assim: “dr. Paulo, o senhor era professor de quê?” Eu disse: “De Pré-História”. “Pois é, eu já ouvi falar nisto, mas não sei o que é. Sei o que é História. Mas o que é Pré-História?” Eu expliquei a ele, eu disse: “Olha, Pré-História é uma campanha policial que os cientistas estão fazendo do Homem, desde as suas origens, há cerca de dois, três milhões de anos atrás”. Ele não compreendeu bem, e eu também não expliquei. Ele disse: “Mas isso é muito interessante”. [risos] “O senhor quer fazer uma conferência aqui para os meus oficiais?”. “Não, infelizmente não posso. Não posso porque estou proibido pelo decreto que me pôs para fora da Universidade. Eu não posso falar em nenhum instituto oficial ou que receba auxílio oficial”. Ele disse: “Não, aqui quem manda sou eu. O senhor pode vir”. E me ofereceu um jantar lá, depois da conferência. E ficou muito meu amigo, até hoje.

Evidentemente eu fui posto para fora do processo. Até dei a eles um auxílio mostrando a eles o erro que eles estavam cometendo em perseguir os estudantes. Os estudantes não tinham culpa disso, não tinham orientação política ainda, não tinham nem amadurecimento para isso. Eles estavam sendo perseguidos e foi essa perseguição que motivou aquele mal-entendido entre o Governo e o estudante que existe até hoje. Até hoje estão completamente separados.

Evidentemente eu fui posto para fora do processo. Até dei a eles um auxílio mostrando a eles o erro que eles estavam cometendo em perseguir os estudantes. Os estudantes não tinham culpa disso, não tinham orientação política ainda, não tinham nem amadurecimento para isso. Eles estavam sendo perseguidos e foi essa perseguição que motivou aquele mal-entendido entre o Governo e o estudante que existe até hoje. Até hoje estão completamente separados.

Mas continuei evidentemente a minha vida de cientista, não de professor. Eu dei alguns cursos depois, mas quase clandestinos. Não foram clandestinos porque foram publicados até em jornais. Mas não houve nenhuma sanção. Eu dei outro curso no Rio Grande do Sul; dei curso em diversas faculdades do interior de São Paulo; dei curso em Porto Alegre, no Paraná. Sempre nas Universidades oficiais. E nunca fui incomodado, absolutamente. Ao contrário, fui até muito respeitado. Eles sabendo perfeitamente que sou um adversário deles. E isso explica porque eu fui nomeado pelo Júlio Mesquita representante do *Estado de São Paulo* junto à conspiração que trouxe este estado de coisas atual. Mas em junho de 1963 eu assisti à última reunião da conspiração no Rio de Janeiro. Voltei e disse ao Júlio de Mesquita que eu não voltaria mais, que aquilo caminhava para um governo, uma situação fascista. Porque os homens que tinham mais voz naquelas reuniões eram o Almirante Pena Boto e o Padilha, que era apenas deputado, e depois foi governador do Estado do Rio de Janeiro.

T.F. – Raimundo Padilha.

P.D. – Padilha. Até eu me dou muito com ele, é um homem interessante, gosto dele e coisa e tal, mas não posso acompanhá-lo...

[FINAL DA FITA 1-A]

P.D. – ... Como não acompanho o Plínio Salgado, que foi meu colega de jornal, e do qual fui amigo até ele morrer. E abandonei.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

Esse é, por assim dizer, o *curriculum vitae* da maneira pela qual entrei dentro da pesquisa científica. Hoje, sou muito amigo aí de todos eles, da Fapesp, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que é a melhor Faculdade de Medicina organizada no Brasil hoje em dia, superior à daqui, que está sofrendo muito com o rinocerontismo também. E outros cientistas, que são mais ou menos excomungados, inclusive o Mário Schenberg, que é um físico excelente, talvez um dos melhores do Brasil, e além de tudo é um grande crítico de arte. Ele é muito culto, o Mário Schemberg. E que vive aí completamente desprezado. O Florestan Fernandes, que até voltou para o estrangeiro, porque não pôde permanecer aqui, não pode ganhar a vida aqui. É um homem de primeira ordem. É um comunista, mas é um direito que ele tem. Agora, ele não faz proselitismo comunista, ele é comunista por convicção. E pensar ninguém pode barrar, ninguém pode fazer censura dentro do cérebro de uma pessoa. E eu vivo aqui, neste campo de concentração, mais ou menos confortável que é a minha casa. Prefiro ficar aqui o dia inteiro a afrontar esta poluição que se manifesta em todos os setores, no ar, nas águas, na terra e até no cérebro de muitos homens, e até na boca das mulheres, que estão poluídas pelo fumo, pelo álcool e pelo palavrão. [risos]

T.F. – Professor, pelo que o senhor nos contou agora, a sua carreira de cientista se situa exatamente no período da formação da Universidade de São Paulo, é concomitante até, não é?

P.D. – Exatamente. Eu fui ser um dos fundadores da Universidade por causa já da minha carreira científica iniciada.

T.F. – Exatamente. O senhor poderia discorrer um pouco mais com detalhes sobre como é que foi isso, como é que o senhor entrou nessa história da Universidade de São Paulo?

R.G. – Como nasceu essa idéia, como é que germinou?

T.F. – Era uma idéia antiga, segundo me consta, do Júlio de Mesquita...

P.D. – Exato. Sem ele não existia Universidade. Vou começar pelo princípio. Eu era redator do *Estado* há muitos anos. E quando fui expulso, pela primeira vez, fui nomeado correspondente do *Estado* no estrangeiro. Depois, veio a Guerra. Eu já estava expulso pela segunda vez, e fui nomeado correspondente do *Estado* de Guerra. Tanto que estive na Linha Maginot durante a Guerra. E o Julinho entrou para o *Estado* dois anos depois de eu estar lá. Eu já era secretário do pai dele, que era o dr. Júlio Mesquita. Lá conheci o Julinho, e fiz a minha intimidade. Já tinha feito intimidade com a família Mesquita, através do Júlio Mesquita. E fiquei íntimo do Julinho também. O Julinho ficou um companheiro de todos os dias. Quando ele entrou, nós saíamos juntos. Eu conhecia a redação, ele não conhecia, eu dava as informações a ele. Isso nos uniu muitíssimo.

Aí fiquei conhecendo o pensamento do Júlio Mesquita. E o Julinho era um excelente sociólogo. Ele era, por assim dizer, um autodidata. Ele não teve uma carreira de Sociologia. Ele estudou na Suíça, onde fez a formação secundária dele. Veio da Suíça para São Paulo, e fez o curso da Faculdade de Direito.

T.F. – Isso era muito frequente na elite paulista, fazer os estudos na França, na Bélgica...

P.D. – Muito. Na Bélgica, todos os grandes engenheiros nossos eram formados na Bélgica. Ramos de Azevedo era formado na Bélgica.

T. F. – E daí uma certa influência positivista também, não é?

P.D. – Positivista até certo ponto, porque a influência positivista, no meu tempo, já estava mais ou menos decadente. Ela se restringia quase que a alguns círculos militares. Aquele tempo lá do Rio de Janeiro em que doutrinava o Lemos. Como é que

chama? E tinha um outro, o outro era mais célebre até quando se formou o Benjamin Constant, que foi o proclamador da República. O boato diz que foi o Deodoro. Mas quem mandou foi realmente o Benjamin Constant. Então, já estava decaído o Positivismo. Tanto que tive muito pouco contato com os positivistas. Alguns generais que não eram positivistas ortodoxos, como, por exemplo, o João Isidoro, que era positivista, mas não era ortodoxo. E contato, também, principalmente, com um grande e fraternal amigo meu, até hoje, que não é militar, é civil, é um sujeito eminente, sob o ponto de vista cultural, que é o Paulo Carneiro. Ele está hoje na Unesco, depois de ter sido posto para fora do lugar de embaixador pelo, se não me engano, pelo próprio primeiro Presidente, o...

T.F. - Castelo Branco?

P.D. - Castelo Branco. E aí aconteceu um caso muito interessante, que eu tinha vontade de narrar, mas não queria que fosse.... Está bom, pode ficar. Mas vocês não aproveitam isso publicamente. Que é o seguinte: quando o Paulo Carneiro foi posto fora da Unesco pelo Brasil... Ele era embaixador do Brasil lá. Os amigos dele, do Rio de Janeiro e de São Paulo se reuniram para arranjar uma pessoa que tivesse prestígio cultural e ao mesmo tempo tivesse boas relações com o Paulo Carneiro, de um lado, e com o Castelo Branco, de outro. Se não me engano era o Castelo Branco, mas não estou bem certo não. Se era ele ou era o sucessor dele, que era o Costa e Silva, se não me engano. Não estou bem certo. Eu estava pensando agora e estou achando que como o Castelo Branco era um homem inteligente, não sei se ele aceitaria esta coisa de botar o Paulo Carneiro para fora porque o filho dele foi preso numa manifestação de estudantes. Só por isso, porque ele não tinha nada com isso. Então, o Rodrigo Melo Franco veio a São Paulo. Ele era muito meu amigo, e me procurou, dizendo: “Eu queria que você fizesse aqui uma pesquisa sobre se há um amigo íntimo do Castelo Branco e do Paulo Carneiro”. Eu disse: “Olha, um amigo do Paulo Carneiro, que não é íntimo, mas é muito amigo dele, não é amigo do Castelo Branco, que é o Júlio Mesquita Filho. Mas vou procurar para vocês”. Daí a dias o Rodrigo me telefonou dizendo que eles

havam achado. Era o Carlos Chagas Filho. Esse que é bioquímico, lá no Rio de Janeiro. Ele estava encarregado de conversar com o Castelo Branco. Aquilo ficou parado, e eu não sabia o que tinha acontecido. E ali, com grande surpresa, a nomeação do Carlos Chagas para substituir o Paulo Carneiro. Aí, fui ao Rio de Janeiro, procurei o Rodrigo e disse: “O que está acontecendo? Nós escolhemos o Carlos Chagas, ele foi à coisa e defendeu, dizendo quem era o vulto, que figura era o Paulo Carneiro, mas pediu o lugar para ele, para ele continuar a obra do Paulo Carneiro”. [risos]

R.G. – É bem Brasil, não é?

P.D. – É bem Carlos Chagas. Mas eu não sabia até que ele era assim. Fui saber na ocasião. Isso é um diagnóstico, e um prognóstico também. Assim ele foi para lá e, coitado, foi demitido sem saber, uns quatro ou cinco meses depois. Ele não sabe até hoje porque foi demitido, substituído.

R.G. – O nome do Paulo Carneiro já surgiu numa outra entrevista. Inclusive como uma pessoa que teria um papel importante no apoio da ciência.

P.D. – Ah, muito. Ele foi um dos fundadores da Unesco. Ele era um vulto grande. Tanto assim que a Unesco lhe deu um cargo muito bom, porque ele não podia viver com a reforma dele. Não dava, porque um embaixador em exercício ganha uma coisa, e um embaixador aposentado ganha uma miséria. E a Unesco lhe deu um cargo de diretor lá. Ele trabalha até hoje na Unesco. Foi ele que foi chefiar recentemente o congresso de Nairobi, no Kênia. Ele foi quem chefiou, em nome da Unesco.

R.G. – Seria uma pessoa a ser entrevistada, não é?

P.D. – Ah, mas evidente. Ele é um homem muito importante, uma personalidade, hoje, universal. Ele mora em Paris. Querem o endereço dele? É Rua José Maria Erediar. Não tenho o número, mas eu lhe informo daqui há pouco. Bom, então, eu, dentro

do *Estado*, com aquela minha amizade com o Júlio Mesquita, entrei em todas as lutas políticas, em todas as conspirações. Em todas as prisões eu participei com o Julinho.

Tanto assim que houve um momento, que foi o momento do Ademar de Barros aqui, em que nós éramos presos, por assim dizer, quase todos os dias. Não era todo dia, porque tinha um espaço para ficar na cadeia. [risos] Para ser preso no outro dia. Basta dizer que em 1938 eu fui preso 25 vezes. E quando eu chegava na prisão o carcereiro dizia: “Já arranjei a cama do dr. Júlio Mesquita, porque ele deve chegar”. E o Julinho chegava logo depois. Agora, quando o Julinho chegava na prisão, o carcereiro dizia: “Já arranjei a cama do dr. Paulo Duarte, porque ele deve chegar fatalmente” [risos]. Esse convívio de conspiração, convívio de perigo, de revoluções, estreita muito determinadas relações. Estreitou ainda mais as minhas relações com o Julinho, do qual eu discordava filosoficamente em tudo. Porque ele era durkheimiano, era um liberal. Eu já tinha visto que o liberalismo estava ultrapassado. Foi um bom princípio para o socialismo.

T.F. – O senhor disse que ele estudou na Suíça. Só fez a escola secundária. E a Universidade?

P.D. – Em Genebra. Só a escola secundária. Ele voltou aqui com a escola secundária feita. E o diploma dele, da Suíça, foi reconhecido aqui. Porque se reconhecia, naquele tempo. Não era uma coisa muito comum, porque também não era muito comum aparecer um sujeito formado na Suíça. Agora, os engenheiros formados na Suíça não fizeram aqui os exames novamente. Eles foram reconhecidos também. O Julinho foi reconhecido e se matriculou na Faculdade de Direito. Agora, quando ele foi para o *Estado*, levou o germe da sua questão universitária. Da necessidade de uma universidade, porque ele era muito lúcido, tinha estudado muito bem. Ele era sociólogo, era um durkheimiano. Até eu dizia: “O Julinho é tão durkheimiano, que se amanhã apresentar-se um crepúsculo vermelho demais, ele diz: Não, aquilo não existe, porque Durkheim não previu. Ele era do grupo, foi ele que fez o

Fernando de Azevedo durkheimiano. Fernando de Azevedo era durkheimiano também, até morrer”. Pois é, o Julinho, um dia lembrou de fazer um inquérito sobre o ensino em São Paulo. O ensino primário, o ensino médio, o secundário e o superior.

T.F. – Se não me engano foi em 1926, não foi?

P.D. – Isto. E quem foi o chefe desta pesquisa foi o Fernando de Azevedo.

T.F. - Fala-se que não teria sido o primeiro inquérito, que formalmente teria havido um inquérito em 1914.

P.D. – Até antes, até antes houve. Porque eu tenho documentos aqui no meu arquivo, pelos quais em 1896, ou 1897, mais ou menos pela época de Canudos, houve a tentativa de se fundar uma Universidade. Tinham acabado de construir o prédio do Museu do Ipiranga, que foi feito para comemorar a Independência, no lugar da Independência, mas não sabiam o que fazer dele. Pensaram em fazer um Museu, mas não havia material para o Museu, e aí resolveram fundar uma universidade. E lançaram até uma proclamação.

Publiquei isto na minha *História do Estado de São Paulo*. Mande para o jornal. Eles não publicaram. Ficaram zangados comigo e não publicaram. Os dois livros que o Julinho encomendou... Porque o que aconteceu comigo no *Estado*, isto entre parênteses, foi o seguinte: é um fenômeno de psicologia profunda. O Plínio Barreto, que era o principal redator, do *Estado de São Paulo*, era o homem mais culto do *Estado de São Paulo*, ao lado do Julinho, mas ele mais avançado. O Plínio Barreto e eu representávamos, no espírito desses meninos que tomaram conta do *Estado* depois da morte do Julinho, depois de 69, representávamos o pai. E eles quiseram ficar livres do pai.

R.G. – Voltaram à adolescência.

P.D. – Pois é isso. De modo que começaram a criar dificuldades para nós. E o Plínio Barreto, imediatamente, pediu a aposentadoria, e morreu logo depois. E eu não morri e não pedi aposentadoria. E eles começaram a me criar dificuldades. Quando chegou o momento das perseguições aqui do Exército, eu propus a eles o meu afastamento do *Estado de São Paulo*, porque eu podia criar problemas para eles. Eles aceitaram imediatamente. Aí até o Julinho estava doente, mas não estava morto ainda. Eles então me deram o afastamento. Quando chegou no fim do mês, a caixa me telefonou do *Estado*, dizendo que estava lá a minha mensalidade. Eu disse: “Mas eu não tenho mensalidade não, porque estou afastado”. Ela disse: “O senhor está afastado com vencimentos. Não, não, eu não estou. Eu não me resigno a estar afastado com vencimentos”. Daí a pouco chegaram aqui o Julinho, que já estava muito doente, e o Chiquinho, irmão dele, e me disseram: “Não. Não é possível uma coisa dessas. Você foi afastado para prestar um serviço ao *Estado*. E é um serviço em que você não está lá presente para não atrair algum órgão. Você fica. Agora, como você não quer ficar nessa situação nós propomos a você o seguinte: você, em primeiro lugar, vai fazer a História do *Estado de São Paulo*, e, em segundo lugar, você vai fazer a História do velho Júlio Mesquita. E, em terceiro lugar, você fica a disposição para quando precisar de alguma nota. Telefona-se e você fornece”.

Eu passei isso todo esse período de afastamento, até a morte do Julinho. Quando veio a morte do Julinho, eles nunca mais me pediram notas para o jornal. Também não fiz e não passei o recibo disso, evidentemente. Agora, um dia, como os meus vencimentos não eram... Eu estava fazendo já a História do *Estado de São Paulo* e do Júlio Mesquita. Eu já tinha feito uma biografia do Júlio Mesquita incompleta, mas muito desenvolvida, quando se deu o centenário do nascimento do Júlio Mesquita. Não sei se conhece esse livro?

T.F. – Não.

P.D. – Eu organizei esse livro, porque ele é um trabalho... Depois eu lhe dou. Então eu já tinha feito isso. Continuei a trabalhar. Eles não objetaram quanto ao que eu estava fazendo, quer dizer, eu pedia ao *Estado* que me mandasse às coleções de tal e tal data e devolvia as que estavam comigo a eles. Isso eles respeitaram sempre. Então, nessa ocasião...

T.F. – O seu irmão Cornélio, ele trabalha no arquivo, não é?

P.D. – Ele trabalha no arquivo. É um homem que conhece o arquivo porque lá o diretor do arquivo é um sujeito muito bom até, e não é burro não. Ele é meio biruta. Ele, de vez em quando, tem coisas assim: “Não, isso aqui não pode ser examinado por ninguém. É do arquivo do *Estado*. Está guardado só para o *Estado* não levar furos”. Imaginem! Então, aquilo ele guarda no cofre. E meu irmão é que é mais livre nessas coisas, ele ajuda todos aqueles que vão estudar, porque lá há uma frequência de estudantes enorme.

Mas, então, eles não me procuraram mais. Evidentemente que eu também não. Mas quando chegou o momento de completo desequilíbrio nos meus vencimentos, eu fui ao Milliet, com quem eu me dou desde menino. Ele é muito mais moço que eu. Então, eu disse: “Olha, filho, eu queria que você me fizesse aqui um favor: reajustar os meus vencimentos, porque eu estou continuando a minha missão, da qual fui encarregado, que é a História do *Estado de São Paulo* e a História do Julio Mesquita. E vocês sabem que ela já está quase pronta, e vai ficar pronta para o centenário, porque eu tinha combinado com o Júlio Mesquita isso”. Ele disse: “Não, tenho até uma missão para você muito importante”. Eu disse: “Qual é? É fazer as comemorações do centenário do jornal *Estado de São Paulo*”. Aí eu disse a ele: “Então, ótimo, porque é uma coisa que eu vou fazer com muito prazer”.

Aí eu comecei a mandar vir às coleções para minha casa, a redigir, etc. E submetia ao Julinho cada capítulo. E o Julinho sempre me dava uma colaboração muito boa, porque ele conhecia certos pontos que eu não conhecia da vida particular do pai. E

ele dizia: “Isto aqui aconteceu assim”. Eu dizia: “Pois não, está bom”. Eu tenho tudo isso anotado pelo Julinho. Bom, eu fui indo com essa coisa toda e, nesse momento, é que eu tive a conversa. Eu disse: “Eu tenho até duas obras para serem publicadas, que o Julinho me encomendou”. Ele disse: “Quais são?”. Isso foi em 1973, dois anos antes das comemorações. Eu falei: “A biografia do velho Júlio Mesquita, que está pronta completamente, chama-se: *Júlio Mesquita*, e é a pequena história de um grande jornal. A história do *Estado de São Paulo*. Porque a História do *Estado de São Paulo* tem que ser feita a seguir, esta será um guião, vamos dizer assim, exatamente para o *Estado de São Paulo*”.

Eu li os jornais desde 1875 até 1940. Em 1940, fui nomeado Redator Chefe, e eu era o próprio diretor, porque o Julinho viajava muito. Então, eu não quis fazer, porque eu não tinha objetividade suficiente de historiador, enquanto eu estava lá. De modo que fiz até a suspensão do *Estado de São Paulo* pelo Getúlio, que foi em 1940. Depois o *Estado de São Paulo* reiniciou em 1945. Aí, o Júlio disse: “Mas como é que eu vou arranjar de 1940 em diante?”. Eu disse: “Eu arranjo para você. Eu tenho a pessoa”. Ele disse: “Quem é? É o Marcelino Ripper, que era o Redator Chefe que me substituiu”. Até era um sujeito de primeira classe. Ele é tão ingênuo que não sabia que era capaz de fazer isso. Aí eu procurei o Marcelino e ele fez. Parece que tem 500 páginas datilografadas. Está lá no *Estado*. Eu não vi isso, já não vi essa coisa. Então, eu encomendei ao Marcelino Ripper. Eu disse a ele: “Eu tenho essa pessoa. Isso é formidável”. Ele então me encarregou de, eu mesmo, promover a edição dos dois trabalhos.

Aí eu fiz o esquema das comemorações, que seria panorama de São Paulo e do Brasil, desde 1875 até 1975. Ora, para fazer o panorama da cultura científica e da cultura artística era preciso arranjar gente capaz. E foi o que fiz. Fui ao Rio de Janeiro, convidei alguns professores, alguns escritores; fui a Ribeirão Preto; corri aqui na Universidade os poucos professores que restavam. Na Faculdade Paulista a mesma coisa, na Fapesp a mesma coisa. Consegui fazer um programa formidável, de nomes principalmente. Eles aprovaram, aprovaram até com entusiasmo. Aí fiz

um programa também para colaboração de todos os órgãos do *Estado*. Havia o jornal, havia o *Diário da Tarde* e havia os suplementos. Os suplementos podiam prestar um serviço enorme às comemorações. Por exemplo, tudo quanto fosse de lavoura e pecuária havia o *Suplemento Agrícola*; tudo quanto fosse de economia e finanças havia o *Suplemento Financeiro*; tudo quanto fosse literatura e etc, havia o *Suplemento Literário*. Eles apoiaram com grande entusiasmo a coisa. E ninguém se interessou, dentro do *Estado*, em fazer colaboração. Comecei a trabalhar e, quando começaram a chegar às colaborações, começaram então a aparecer também os candidatos a entrar naquilo.

E eu não aceitei nenhum, porque nenhum era competente. O que eles queriam era fazer uma “galinhagem” jornalística, e eu não aceitei. Mas eles estavam lá mais perto, e um filho perto do pai pode fazer intriga com muito mais eficiência do que o amigo do pai. Eles, então, começaram a fazer as intriguinhas, e um dia apareceu um aqui dizendo que ele tinha sido incumbido de fazer a parte do teatro. E eu disse que ele não estava incumbido não. “Quem é que deu ordem?” Ele disse: “O Júlio deu”. Ah, o Júlio deu? Está bom, então eu vou conversar com o Júlio. Você me deixa aqui o que você fez”. Ele deixou comigo, eu fui lá e disse: “Olha, Júlio, eu li essa coisa aqui. Ele não está à altura de fazer a história do teatro no Brasil, ele não conhece. E não conhece até o Arthur de Azevedo. Pode ignorar o Arthur de Azevedo na história do teatro do Brasil? Não é possível”. Ele disse: “Não, mas eu não dei ordem nenhuma. Ele disse que você deu ordem. Se você deu ordem, está bom, você pode dar, você é o dono disso aqui. Mas eu não continuo”. Ele disse: “Não, absolutamente e coisa e tal”.

Bom, incidentes como esse se seguiram, até que um dia eu escrevi uma carta a ele dizendo que já tinha abandonado. E abandonei mesmo, não voltei mais lá. Elas fizeram as comemorações aproveitando, digamos, 90 por cento do que eu tinha feito. Mas puseram 10 por cento de medíocres lá, que tiraram completamente o valor das comemorações, a meu ver. Quem sabe se eu estou enganado, quem sabe se eu estou sendo subjetivo nisso. Mas abandonei. E, depois que eu comecei a

publicar as minhas *Memórias*... A mãe deles, a viúva Júlio Mesquita, continuou minha amiga até a morte. Ela morreu na Alemanha, numa viagem que ela fez. E, nas vésperas dela embarcar para essa viagem, fui chamado a uma televisão, a Record, para fazer um depoimento sobre o Julinho. Eu fiz um depoimento, como eu conheci o Julinho e coisa e tal, e fiz o elogio do Julinho. Quando eu cheguei aqui, minha mulher disse: “A Marina telefonou já, chorando de emoção pelo que você falou do Julinho. E ela disse que vai telefonar outra vez”.

Eu estava conversando sobre isso quando ela telefonou. Muito emocionada: “Você é um irmão mesmo, não sei o que”. Aquilo que eu já sabia que ela pensava de mim, e que também era subjetivo, porque muita coisa nem eu merecia. E daí a oito ou 10 dias, no dia em que ela embarcou para a Alemanha para morrer, ela me telefonou novamente. “Olha aqui, você quer alguma coisa da Europa?” Eu disse: “Quero. Eu queria mandar lá um dinheiro, que é um dinheiro clandestino, porque não está aqui nem acusado, que é dinheiro de colaboração que eu mando depositar lá em meu nome, mas que eu não posso usar aqui, evidentemente. E eu quero pagar em vinho que eu estou importando” – eu sempre tive fascínio pelo bom vinho – “quero pagar o vinho, e eu queria então mandar um cheque sobre Nova York. E você me manda lá para a Borgonha, a fulano de tal”. Ela disse: “Ah, pois não”. Então, dei a ela o cheque. E ela ainda me escreveu uma carta de lá, dizendo que já tinha feito a entrega. Daí a 15 dias ela morria lá.

Bom, dados os antecedentes, evidentemente, eu sabia o que Marina pensava de mim. E publiquei o primeiro volume das minhas *Memórias*. E no primeiro volume eu contei um pequeno incidente que houve com o Julinho. O Julinho era do *Estado de São Paulo*, era secretário do *Estado*. Mas quem mandava no *Estado de São Paulo* era o Armando de Sales Oliveira, que era o gerente do jornal, era o homem que fornecia os fundos para o jornal viver. De modo que o Armando tinha muito mais força do que o Julinho. Mas o Julinho apareceu no *Diário Nacional*, jornal que eu estava dirigindo, emprestado pelo *Estado*, porque o diretório foi ao velho Júlio de Mesquita e aos outros diretores pedir que eu fosse emprestado para fundar

o *Diário Nacional*. Eu estava trabalhando lá, e de modo que o *Diário Nacional* ficou uma espécie de sucursal do *Estado*...

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

P.D. – Mas, então, esse incidente foi o seguinte: eu estava dirigindo o *Diário Nacional*, e o Chateaubriand apareceu aqui para fundar o *Diário de São Paulo*. E disse que com o *Diário de São Paulo* iria liquidar com o *Diário Nacional* e com o *Estado de São Paulo*. Eu não sabia disso, mas o Julinho foi informado. E apareceu no *Diário Nacional*, disse: “Olha aqui, o Chateaubriand vem disposto aí. Você sabe que ele não tem escrúpulos. Nós não temos as mesmas armas para combater o Chateaubriand. Mas nós temos as armas que ele não tem, inclusive a idoneidade. E eu queria fazer com o *Diário Nacional* uma coisa mais íntima, no sentido de nos defender. O Marcos Pimenta e o Mário de Brito, que dirigem *A Ordem*, no Rio de Janeiro” – que era um jornal do Partido Democrático no Rio de Janeiro – “Eles estão fazendo uma campanha contra a corrupção jornalística. Eles vão abrir uma série de artigos dessa campanha contra o Chateaubriand, porque eles têm até a documentação de que o Chateaubriand recebeu dinheiro de Minas Gerais para fundar aqui o *Diário de São Paulo*. Então, eu queria combinar com vocês o seguinte: vocês naturalmente são aliados da *Ordem*”. O Marcos Pimenta é vivo até hoje, o Mário de Brito eu não sei, mas o Marcos Pimenta é vivo. “E vocês, então, vão publicar os artigos que o Marcos Pimenta publicar no Rio de Janeiro contra o Chateaubriand. E, então, eu quero combinar com vocês isso. Todos os artigos que vocês publicarem aqui, em seção livre, eu publico em seção livre no *Estado*”. Eu disse: “Então, está certo. Está muito bom até”.

Saiu e foi embora. Começou a campanha do Chateaubriand. Saíram dois ou três artigos, que o *Estado* imediatamente transcreveu. Depois saiu um quarto ou quinto artigo, publicado por nós, e nós já estávamos publicando na seção livre e na parte editorial também. E o Julinho apareceu um dia no *Diário Nacional* e disse: “Olha aqui, Paulo, nós estamos numa situação tremenda. Você sabe que o *Estado* não

está em boa situação financeira. E agora acontece que o Armando vetou as transcrições, porque diz ele que o Chateaubriand não merece a atenção que nós estamos dando a ele, em primeiro lugar, e em segundo lugar, que ele é um inimigo perigoso na situação em que nós estamos. De modo que eu queria pedir a vocês desculpas, mas nós não podemos mais transcrever”. Eu disse: “Bom, mas nós continuamos aqui, porque não temos esse compromisso”. Eu contei isso no primeiro volume das *Memórias*.

De repente, veio um redator do *Estado de São Paulo* e me contou que tinha sido proibida a publicação do meu nome no *Estado de São Paulo*. Eu falei: “Isto não pode ser! Pois é, nós recebemos a comunicação”. Eles são muito ligados a mim até hoje. Eu comecei a observar e vi que não publicavam mais o meu nome no *Estado de São Paulo*. Inclusive uma conferência que eu fiz sobre o velho Júlio Mesquita, no Sindicato dos Jornalistas, o *Estado de São Paulo* deu uma noticiuzinha muito desapontada da conferência. Mas um dia o meu editor foi ao *Jornal da Tarde* e levou três livros: o primeiro volume das minhas *Memórias* e mais dois volumes aí da universidade. E saíram notícias muito boas sobre os dois volumes, mas não saiu uma palavra sobre o meu. Então ela foi lá. Ela. Porque tinha dois editores, um homem e uma mulher. Eu disse: “Vocês se esqueceram de publicar o volume do Paulo Duarte. Não, não, nós temos aqui ordem de não publicar ordem que partiu do Rui Mesquita, que é o diretor”. Ela me trouxe esta informação.

Aí eu escrevi uma carta longa, dizendo: “Olha, Rui, eu não faço questão que o *Estado* não publique o meu nome. Para mim é indiferente. Evidentemente é lamentável que vocês coloquem o meu nome ao lado de um nome como o do Casper Líbero e do Chateaubriand. Mas, em todo caso, admito, porque o jornal é de vocês, e vocês fazem o que querem. Mas eu queria saber a razão. Porque eu sei que o Casper Líbero não tem o nome porque era um chantagista também. Mas eu não quero ficar na lista dos chantagistas. Eu queria saber a razão. Aceito qualquer razão que você der, mas preciso saber a razão”. Então ele me respondeu uma carta bem atrevida, dizendo: “Não, aqui não tem nada de chantagem não. O que tem é o

seguinte, você praticou uma infâmia contra o nome do meu pai. Porque você publicou na página tanto das suas *Memórias* isso, isso e isso”. Estava certo. Estava direitinho. “E foi só isso, e mais nada, mesmo porque eu não li as suas *Memórias*, mas mamãe” – que era minha amiga – “leu, e me trouxe aqui o trecho em que fala do meu pai”. Quer dizer, a mãe dele já morta, ele fez uma intriga entre ela e mim.

Aí eu mandei uma segunda carta. Eu disse: “Olha aqui, Rui, eu não sei ser amigo pela bajulação. Eu sou amigo pela absoluta franqueza que deve existir entre amigos. Você diz na sua carta que muitas vezes eu disse coisas pesadas para o seu pai. É verdade, mas você não disse que seu pai também muitas vezes me disse coisas pesadas. Tão pesadas que, muitas vezes, eu abandonei o *Estado* e vim para casa. Mas quando eu chegava em casa, eu já recebia um telefonema do Julinho, que estava me chamando para eu telefonar. Eu telefonava e ele me dizia: “Olha aqui, Paulo, aquela bobagem nossa me fez esquecer uma coisa importante”. E ele inventava uma coisa importante. E acontecia isso com ele também. Ele saía do *Estado* uma fúria comigo, com relações cortadas. Quando ele chegava lá eu já tinha telefonado. Eu dizia: Olha, o Julinho saiu daqui raivoso. Você amansa ele um pouco e diz que eu telefonei, porque eu preciso falar com ele com urgência. Eu dizia a mesma coisa a ele”.

Isso tudo eu expliquei ao Rui. “Eu sei ser amigo assim. Agora, vocês, que nunca souberam o que é o sofrimento daqueles que precisam ganhar a vida, nunca respeitaram nem os próprios empregados do *Estado de São Paulo* nesse sentido. Porque o bem que vocês têm feito no *Estado de São Paulo* é o bem ditado pela caridade cristã, mas não pela justiça social. E as minhas relações com o Julinho estavam ligadas às duas coisas: tanto a caridade cristã, por um lado, como a justiça social, de outro, De modo que eu absolutamente não recebo o pito que você está me passando. Eu devolvo a você o pito que você está me passando. E digo mais, eu não prossigo essa carta, porque o Julinho dentro de mim está vivo ainda”.

Aí, eu tinha que fazer umas conferências na França, e ia passar lá 12 dias. Eu saí,

fui para França, e disse: “Agora, quando eu voltar vou receber, com certeza”, - ele é muito malcriado quando ele briga – “vou receber uma carta malcriada. Aí eu rompo definitivamente com ele”. Passei quinze dias na França. Quando eu voltei, não tinha nenhuma carta. Ele nunca me respondeu isto. E suspendeu... Suspendeu em termos, porque acontece o seguinte, uma organização como *Estado de São Paulo* está cheio de bajuladores, e só os bajuladores fazem carreira atualmente no *Estado de São Paulo*. É como nas ditaduras, o perigoso mesmo não é o ditador-mór, o perigoso mesmo são os pequenos ditadores, que começam a imitar até as piores infâmias. E está acontecendo comigo assim. É que eles não sabem, porque eu não vou contar a eles da carta, nada disso. Ela vai sair nas minhas *Memórias*, mas daqui a alguns anos. Mas o fato é este, que eu estou sendo vítima dentro do *Estado* desses pequenos ditadorezinhos. Mas eu não vou absolutamente dar o braço a torcer. Aí, eu deixei de mandar a eles livros meus. Eu não mando, absolutamente, nem ao *Estado de São Paulo*, nem nenhum redator, nem a nenhum diretor do *Estado de São Paulo*.

Bom, mas vamos voltar atrás. O Julinho me incutiu, me contou várias vezes, do pensamento dele sobre uma universidade cientificamente estruturada. Eu aderiria de corpo e alma.

T.F. – O senhor citou agora um pequeno detalhe que me parece de extrema importância. O senhor falou de uma universidade cientificamente estruturada. O que envolve esse conceito “cientificamente organizado?”.

R.G. – E mais, qual a concepção desse conceito, na época?

T.F. – Não pela nossa mente de agora, mas como era antigamente.

P.D. – É o seguinte: nós elegemos – aí já fizemos de comum acordo – dois paradigmas, digamos assim, para a universidade. Em primeiro lugar, a formação do Julinho, e a minha, é uma formação francesa completamente. Mas nós não quisemos nos

restringir a nossa formação francesa. Porque nós escolhemos nos restringir a nossa formação francesa. Porque nós escolhemos a Sorbonne, evidentemente, para estudar uma universidade cientificamente estruturada. E escolhemos, também, a universidade inglesa, pela Cambridge. Mandamos buscar tudo quanto fosse informação dessas universidades. Mas na realidade a organização francesa era superior à inglesa. A inglesa tinha aquelas coisas de formação de cultura inglesa, que é diferente. Eles são muito mais próximos dos Estados Unidos, ou melhor, os Estados Unidos são muito mais próximos deles do que de nós. E a nossa organização, pode-se dizer que em 80 por cento, seguiu o modelo francês.

T.F. - Qual era a diferença básica entre uma e outra?

P.D. - É o seguinte: a universidade francesa era, no tempo... Agora dentro do tempo, não é?

T.F. - No tempo, claro.

P.D. - Ela tinha como *célula mater* a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Algumas eram mais adiantadas no ensino. Eles, então, separaram a Faculdade de Filosofia e Letras, de um lado, e a Faculdade de Ciências, de outro. A França já estava assim. Mas nós não tínhamos condição ainda de fazer duas faculdades: a de filosofia, de um lado, e a de ciência de outro. Então, fizemos a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tal qual era na França antigamente. Em torno desta Faculdade giravam todas as outras faculdades. Este era o paradigma para fazer as outras faculdades. Agora nós tínhamos aqui faculdades velhas, absolutamente desmoralizadas, todas elas.

T.F. - Na Inglaterra não era assim, não era essa estrutura?

P.D. - Não, não era. A estrutura inglesa, não me lembro bem. Mas eu posso lembrar alguma coisa, que era o seguinte: parte da ciência já estava completamente fora da Faculdade de Filosofia, na Inglaterra. As ciências mais adiantadas. Biologia, por

exemplo, eles já tinham o Instituto de Biologia. Aliás, na França, já tinham institutos também, fora da Universidade. Eram apenas auxiliares da Universidade. E nós fizemos aqui institutos auxiliares da universidade. O Museu do Ipiranga, por exemplo. E assim por diante. E a França tinha o Instituto Pasteur. E tinha o Instituto de Farmácia, que era o mais importante instituto de pesquisa pura que havia na França. Era Instituto de Farmácia. Eles têm uma tradição de farmácia formidável, que nós nunca tivemos.

E, então, estudamos muito a possibilidade de colocar dentro da universidade as faculdades existentes. E logo, no grupo formador da universidade, do qual eu pertencia, uns achavam que era um perigo trazer aquelas faculdades – com muito prestígio social e pouco prestígio científico – para dentro da universidade nova, porque elas podiam contagiar a universidade nova, inclusive a Faculdade de Filosofia. Agora, o outro grupo, que era chefiado pelo Julinho, achava o contrário: que uma faculdade de filosofia bem organizada, uma universidade estruturada cientificamente, forçosamente tinha que reabilitar as más escolas que nós possuíamos, que eram más escolas mesmo.

T.F. – Por que tanta ênfase na ciência?

P.D. – Muito simples, porque não se podia fazer uma universidade sem a pesquisa pura. Porque é a pesquisa pura que faz o saber. E a universidade, hoje em dia, é a maior estruturadora das sociedades hígdas. Sem a universidade não pode existir praticamente, hoje, uma sociedade hígdida, porque essa universidade é que cria o espírito universitário. E o espírito universitário é exatamente isso, é a estrutura social dentro da cultura, da cultura geral. Por isso nós enfatizamos muito a ciência, porque a única faculdade que tinha ciência realmente, aqui, era a faculdade de maior prestígio cultural, que era a Faculdade de Medicina. Porque a pesquisa pura foi produzida na Faculdade de Medicina pelo Arnaldo Vieira de Carvalho, que era um homem muito inteligente. Foi o fundador da Faculdade...

T.F. – Ele que trouxe o Bovero?

P.D. – Ele que trouxe o Bovero, que trouxe o Donati, trouxe todos os professores estrangeiros para cá. Ele trouxe seis professores estrangeiros para a Faculdade de Medicina. E todos eles deixaram o nome que o Bovero deixou. A Escola de Anatomia dentro do Brasil é o Bovero. No Brasil inteiro, porque foi a primeira faculdade. E desta primeira universidade existia uma que não era estruturada cientificamente, que era a do Paraná, que era uma universidade muito frouxa.

Mas essa não, essa foi uma universidade dura. Tanto assim que nós estabelecemos que de todas as turmas nós selecionaríamos os melhores alunos. Quatro ou cinco, o que fosse, para mandar com bolsa na Europa, ou onde fosse, por cinco anos, para se aperfeiçoar. Cinco anos depois, esses alunos, que não tivessem malgrado – porque alguns malograriam sempre – viriam para a universidade. Não para serem professores, para serem assistentes de professores estrangeiros por mais cinco anos. Agora, findos os cinco anos, aqueles que não tivessem ainda malgrado seriam então os substitutos dos professores estrangeiros que estivessem radicados aqui e não quisessem sair do país. Isto foi feito enquanto nós estivemos no Governo.

E tanto assim que os primeiros que nós mandamos vieram a ser depois, com exceção de duas alunas, professores da Faculdade. E mais ainda, nós chegamos à conclusão de que não havia, dentro de São Paulo, e dentro dos homens disponíveis do Brasil inteirinho, nem um professor que pudesse dar, por exemplo, Filologia Portuguesa e Brasileira. Não existia. Tivemos que engolir um para História que não era historiador era um historiógrafo apenas. Mas um historiógrafo de valor, que era o Taunay. O Taunay era um homem que descobriu uma documentação histórica enorme, teve o valor de publicar esta documentação, mas era um homem sem nenhum espírito crítico. Era incapaz...

T.F. – O senhor disse que teve que engolir, em que sentido?

P.D. – Pelo seguinte: porque ele tinha um prestígio muito grande. Se fundássemos uma universidade, que já estava sendo hostilizada por aqueles que não participaram dela porque não eram competentes... Tínhamos dificuldade tremenda em negar uma pessoa como o Taunay, que era considerado um *máster* dentro da História. Ele não era, ele prestou um grande serviço. O Caio Prado definiu muito bem o Taunay: “Prestará um grande serviço à História do Brasil aquele que traduzir o Taunay”. E de fato era isso mesmo, ele deixou uma grande documentação.

Bom, nós descobrimos que havia dois que, na nossa opinião – pelo menos na minha e na do Julinho – eram capazes de lecionar numa universidade. Porque na nossa comissão existia um homem que era um dos mais notáveis cientistas do Brasil, um nome mundial, que era o Rocha Lima, que era nosso companheiro. Mas o Rocha Lima já estava ocupado com o Instituto Biológico. Nós não íamos acabar com o Instituto Biológico para ter um professor. De modo que esse não entrava. Mas o Julinho e eu descobrimos dois. Julinho descobriu o Teodoro Ramos, da Politécnica, capaz de dar Matemática Superior; e eu descobri, para Biologia, o André Dreyfus, que já tinha um renome grande aqui. Ele estava fundando a Escola de Genética. Genética era uma palavra que não existia no vocabulário universitário e cultural no Brasil. Foi o Dreyfus que trouxe isso. Então, como o Dreyfus era amigo íntimo meu, todo o dia estava na minha casa, eu fui encarregado de chamar o Dreyfus. E o Julinho, que era amigo do Teodoro Ramos...

[FINAL DA FITA 1-B]

P.D. – E o Julinho foi encarregado de chamar o Teodoro Ramos. Quando nos reunimos, dias depois, eu trazia a resposta do Dreyfuz, que era: “Não posso ser professor da Universidade, porque não estou preparado para isso. Preciso passar pelo menos dois anos em alguns laboratórios da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos”.

T.F. – Que idade tinha o Dreyfus nessa época?

P.D. – Isso foi em 34. Ele morreu em 52? Não me lembro quando é que ele morreu.

T.F. – Mais ou menos.

P.D. – Ele devia ter uns 40 anos, no máximo.

T.F. – Mas o Teodoro Ramos era mais novo.

P.D. – Era mais novo, mas eles se equilibravam. Mas, então, o Dreyfus disse: “Eu preciso ir ver a Genética moderna do Morgan, nos Estados Unidos. Preciso ver a Genética mendeliana, ressuscitada pelo Debri, na Bélgica. E sem esses dois colaboradores eu não posso ser um professor de Genética como eu quero ser”. O Debri foi quem ressuscitou o Mendel, porque a obra do Mendel estava perdida, quer dizer, estava em arquivos. E ele as publicou. O Debri e o Morgan estavam fazendo essas experiências com a drosófila, procurando a hereditariedade através dos mais simples para poder chegar aos mais complexos, que é o homem. Então, Dreyfus, que ele precisava fazer essa coisa. “De modo que eu não aceito. Vocês façam: mandem vir um professor de Biologia por uns dois ou três anos. E eu, depois, faço o meu concurso”. Tanto que nós mandamos vir um professor. E o Julinho deu uma risada. E disse: “O Teodoro Ramos disse a mesma coisa para mim, que ele não está preparado para ser professor numa universidade”.

Mostra que tivemos critérios na escolha. [risos] eram dois homens com consciência científica. De fato, o Teodoro Ramos não chegou a ser professor da Universidade, porque ele morreu logo depois. Mas o Dreyfus foi. Dois anos depois, ele fez um concurso, que foi presidido pelo Álvaro Osório de Almeida. Até o Miguel, que estava aqui, Miguel sempre foi muito meu amigo, ele estava em São Paulo. E o Álvaro Osório, quando abriu a sessão do concurso, na primeira preleção, na primeira declaração, vamos dizer assim, do Dreyfus, o Álvaro Osório disse assim – estava cheia completamente a Faculdade de Medicina: “Eu queria salientar uma monstruosidade que está havendo neste concurso. Pela primeira vez

na vida eu ouço dizer da existência de um concurso onde o examinado é muito mais competente que os examinadores”. Assim foi que ele abriu o concurso. E o Dreyfus fez um estudo formidável sobre um parasita do sapo, em que ele entrou na genética, através do parasita do sapo como se fosse um laboratório. E evidentemente ele foi um grande professor. O maior professor, talvez, da Faculdade, porque, além disso, ele tinha uma capacidade didática formidável. Era um sujeito que falava com facilidade e com uma precisão absoluta. De modo que esses dois que nós tínhamos indicado não foram professores. Mas foi o Taunay, que ficou bastante tempo, que a História pôde ser feita dentro da Universidade. Nem discípulo ele deixou, nada disso.

Bom. Foi estabelecido esse princípio, de início, de que os alunos iam passar cinco anos no exterior, voltariam depois para passar cinco anos como assistentes aqui. E esta rigidez na organização didática da universidade, nos permitiu fazer, por assim dizer, uma universidade em três anos. Porque foi mesmo, não se saiu um milímetro daquilo que tinha sido estabelecido por nós. Principalmente, quem colaborou nisso foi o Rocha Lima, que tinha sido professor em Hamburgo, num Instituto de Moléstias Tropicais. E que era realmente um grande cientista. Agora, o Rocha Lima não tinha uma coisa que tinha o Dreyfus: a filosofia. Ele conhecia a filosofia da Zoologia, por exemplo. Ele tinha idéia, mas não tinha profundidade. O Dreyfus tinha, porque ele tinha um curso de filosofia. E assim fizemos a Universidade. E havia o clero, por exemplo, que era muito atrasado, naquele tempo. Hoje o clero aqui é avançado. Mas o clero fez tudo para não se dar Sociologia. Eles queriam dar apenas Filosofia. Mas queriam dar Filosofia Escolástica. E nós queríamos era Filosofia, não era filosofia com objetivo, filosofia com adjunto atributivo. De modo que vetamos completamente o clero. Negamo-nos a contratar qualquer sacerdote que estava sujeito à disciplina.

T.F. – Quando o senhor fala que a idéia era de Ciência pura, não havia interesse em Ciência mais aplicada?

P.D. – Não. Era ciência pura também. Não havia absolutamente, porque aí tinha a Escola Politécnica.

T.F. – Quer dizer, o problema é que a ciência aplicada ficaria nas escolas profissionais.

P.D. – Exatamente. Nós fazíamos a pesquisa, exclusivamente. Os laboratórios eram para pesquisa pura, porque o lixo de laboratório, aquilo que fica na mesa da pesquisa e que se joga no caixão do lixo, ali é que o industrial vai procurar para fazer a maquininha de imagens, a maquininha de falar, etc. Porque a pesquisa pura é uma concepção dentro da gente. E o Monot, por exemplo, que fui conhecer muito mais tarde, e que era realmente um homem extraordinário. Mas mais extraordinário do que ele era um professor dele, que está vivo ainda, que é o Loaf. E que depois tiraram juntos o Prêmio Nobel. Ele, o Jacob e o Loaf. E o Monot fez coisas celebérrimas. Foi a primeira conferência que ele fez no Instituto a França, assumindo a cadeira do Instituto, que é *L'Hazard et la Necessite*.

T.F. – *O Acaso e a Necessidade*.

P.D. – *O Acaso e a Necessidade*, que é um livro extraordinário. Difícil como o diabo para a gente ler. Mas uma beleza de livro.

R.G. – Quando o senhor disse, professor, que é a pesquisa pura que faz o saber, a intenção de vocês era criar o saber, pelo saber, ou havia, por exemplo, a intenção de uma aplicação prática da ciência? Isso na época.

P.D. – Ah, não, isso havia. Isso havia dentro da Universidade. Por exemplo, a Medicina tinha a Faculdade de Medicina que fazia pesquisa. Pesquisas práticas sobre Saúde Pública, sobre tudo isso. A Politécnica fazia todas as pesquisas sobre Física, sobre Química e etc. Assim mesmo para a Politécnica nós mandamos um grande professor, que foi o Fantappié, professor italiano. E que lecionava na Politécnica e na Faculdade de Filosofia.

T.F. – E houve uma reação muito grande, não é?

P.D. – Enorme, basta dizer que...

T.F. – O senhor poderia me explicar. Isso me intrigou sempre muito.

P.D. – Ora, ciúme. E outra coisa, o simulador de cultura e o mau cientista, eles têm sempre um recalque contra o verdadeiro. E na Politécnica era assim. A Politécnica era inferior àqueles homens que nós trouxemos para cá. Nós trouxemos para a Botânica, para a Química. Trouxemos para a Física o Wataghin, que foi um grande homem. Fez a escola da Física, pela primeira vez no Brasil. E assim por diante.

T.F. – Parece-me que a escola de Engenharia alegou que o ensino que ele estava dando não era ao nível da Escola Politécnica, quando dispensou os serviços do Wataghin.

P.D. – Ah, não. Não era isso não. Era só ciúme, mais nada. Sabe que o ciúme é uma das coisas mais importantes na psicologia profunda. Vê ciúme do filho para com o pai. Às vezes do pai para o filho. Aqui tem um professor de psiquiatria que tem um ciúme do filho que é uma coisa tremenda, que é o Pacheco e Silva. Não sei se você conhece. E o filho dele, que imediatamente adotou a psicanálise, a psicologia profunda, é combatido por ele mesmo. Ele mesmo combate. Diz: “Como você pode fazer uma ciência que seu pai renega?” E o filho diz: “Sou seu filho, não é?”. O medíocre é de um perigo enorme, porque o medíocre tem inteligência bastante para fingir que não é medíocre. Principalmente num meio como o Brasil. Que é um meio de analfabetos em tudo.

T.F. – No entanto, o Fonseca Teles, ele era a favor da integração dos professores.

P.D. – Ah! Mas o Fonseca Teles estudou na Bélgica, ele se formou na Bélgica. Ele foi diretor da Escola Politécnica durante muitos anos. Foi sempre um companheiro nosso. Fazia parte do nosso grupo. Havia um professor na Escola Politécnica que

era um sujeito notavelmente inteligente e culto. Também se formou na Bélgica. Era o Camargo, o velho professor Camargo. Durante 30 anos ele combateu a Universidade a favor da Escola Politécnica.

T.F. – Quer dizer, nesse caso, o próprio Fonseca Teles foi voto vencido lá dentro.

P.D. – Principalmente pela inteligência desse homem. Porque esse homem era realmente uma personalidade universitária. Durante trinta anos ele combateu a Universidade.

T.F. – E com que argumentos?

P.D. – Com todos os argumentos possíveis. Porque ele julgava que a Politécnica, com a sua equipe e com as suas instalações, os seus aparelhos poderiam fazer grandes coisas, se dessem a ela uma orientação de pesquisa pura também. E que nós nos negamos. Foi só isso que ele ficou contra. Tanto que ele foi convidado pelo próprio Julinho para ser professor da Universidade. Mas ele não quis. Continuou fiel à Politécnica. Agora, ele era um homem vaidoso, o que é muito comum nos homens de valor. E na Politécnica ele era o rei. E na Universidade ele seria um professor. Ou seria um chefe de departamento, digamos assim. Escrevi artigos contra ele, sempre respeitando a personalidade dele. Ele me respeitava muito também.

Trintas anos depois, ou pouco menos, fui ser professor da Universidade. Fui para o Conselho Universitário. Encontrei o Camargo, lá no Conselho Universitário. Um dia, encarregado de fazer o Instituto de Pré-História, eu queria que o Camargo se manifestasse também, porque eu já tinha visto o valor dele. Então, chamei aqui um amigo íntimo dele, O Lucas Nogueira Garcês, professor de Hidráulica na Escola Politécnica. E disse isso ao Garcês. Ele disse: “Não, vamos fazer o seguinte. Vou-lhe arranjar uma entrevista com o Camargo. O Camargo está doente. Ele não sai de casa. Não tem importância, eu vou a casa dele. Até para mim é bom. É uma aparente humildade que eu manifesto perante ele. E que até vai agradar à vaidade

dele, porque ele é vaidoso”. Aí ele telefonou aqui em de casa, o Garcês, para o Camargo. “Olha, Camargo, o Paulo Duarte está organizando um Instituto de Pré-História. Ele está consultando, conversando com elementos da Universidade que ele julga dignos de compreender o Instituto de Pré-História”. O Garcês já começou assim. “E queria uma entrevista com você”. Ele disse: “Ah, mas eu não posso dar entrevistas, porque estou doente, estou em casa, e coisa. Mas o Paulo vai a sua casa”. Aí ele disse: “Mas ele vem na minha casa? Vem. Oh, mas com grande prazer”.

E eu fui na casa do Camargo. Passei uma noite conversando com o Camargo. No meio da noite, eu disse: “Dr. Camargo, eu queria fazer uma pergunta ao senhor. Já conversamos aqui sobre música, sobre ciência, sobre artes, além da música, etc., mas eu queria fazer uma pergunta ao senhor. É uma pergunta um pouco atrevida, um pouco irreverente”. “O quê?” “Como é que o senhor, com esta cultura que o senhor tem ... Durante trinta anos, o senhor foi combatido pessoalmente por mim e por meus companheiros, por uma causa exclusivamente, porque o senhor se declarou mais politécnico do que universitário”. Ele disse: “Ah, mais isso é uma história muito simples. É que eu não acredito na Universidade. Acredito muito pouco na Escola Politécnica, mas nela eu acredito um pouquinho. Por isso é que preferi a Escola Politécnica à Universidade”. [risos] morreu poucos dias depois. Homem de grande valor. Até queria aproximar o Julinho dele, mas não tive oportunidade.

T.F. – Voltando um pouco à idéia do Júlio Mesquita Filho. De qualquer maneira, a idéia foi dele. A idéia era anterior, mas...

P.D. – Isto. Ele fez aquele inquérito para o Fernando Azevedo. Ele o convidou para isso. O inquérito mostrou para ele que para fazer a Universidade tinha que fazer uma reforma completa em todo o ensino: primário, secundário, médio e universitário. Então ele disse: “Nós temos que fazer tudo isso. Agora, se nós começarmos pelo primário, como é lógico, do primário preparar para o secundário, do secundário

preparar para a universidade, nós temos que demorar aí uns 10 ou 12 anos. Vamos fazer o contrário. Vamos fazer a Universidade e, dentro da Universidade, nós fazemos um ginásio modelo”. Seria como um Liceu, na França. “No ginásio, fazemos o preparo para a Universidade. E, na Universidade, fazemos o preparo para ser professor de ginásio”.

Mas, nesse ínterim, nesse *intermezzo*, teríamos que respeitar os que já existiam, que eram os nossos professores de escola normal, que estavam lecionando no ginásio também, quando a escola normal devia servir exclusivamente para fazer professores primários, formar professores primários. Tanto que nós demos importância à Psicologia para o professor primário, que não existia. As noções da História Natural, nós demos também. Não chegamos a fundar isto aí porque não deu tempo. Fizemos a Universidade dentro dessa concepção, cujas linhas gerais eu dei aí neste momento. E a Universidade ia muito bem, admiravelmente bem. Ela teve um reitor que, a meu ver, era um dos dois únicos professores da Faculdade de Direito, que era o Reinaldo Porchat. Ele foi o primeiro reitor. Depois ele teve outros reitores que também tinham concepção universitária, como o Almeida Prado, o Antonio de Almeida Prado. O André Dreyfus, foi diretor da Faculdade. Com o André Dreyfus eu cheguei a contratar o Fermi, quando ele foi expulso da Itália. Porque eu estava na Europa.

O Fermi tinha estado aqui. Eu tinha conhecido ele. Então, eu estava na França e li a chegada do Fermi, que tinha sido posto para fora da Itália, porque a mulher dele era judia. Ele não era, mas a mulher dele era. Ele veio, então, para a França, ele estava procurando lugar para ele. Isso ele achava em qualquer universidade. Aí, eu fui visitar o Fermi. Conversei com ele e ele disse: “Eu tenho muita vontade de ir para o Brasil. Porque eu estive lá um período pequenino, mas me deixou uma impressão muito grande. Eu tinha vontade de voltar”. Eu disse: “E porque o senhor não volta? Porque eu não tenho convite, não tenho autoridade para pedir”. Eu disse: “Mas eu tenho. Eu vou escrever ao Dreyfus que o senhor está interessado, que o senhor tem vontade de voltar para o Brasil”. Eu não escrevi, Estava-se

inaugurando o telefone internacional. Eu telefonei para o Dreyfus. E o Dreyfus ficou entusiasmado quando eu falei no Fermi para vir para o Brasil. Aí, ele disse: “Você pode contratar. O mais eu arranjo aqui”.

T.F. – Isso foi quando?

P.D. – 1939, se não me engano, 38. Um pouco antes da Guerra. Aí eu fui ao Fermi e disse: “Olha aqui, está contratado. Você vai para o Brasil e vai dirigir o Instituto de Matemática, o que você quiser, de Física, o que você quiser.” “Não, eu estou fazendo esses estudos com a Água Pesada, porque é a matéria prima para isso. De modo que vou fazer no Brasil, não tenha dúvida nenhuma”. E ele ficou entusiasmadíssimo, e começou a se preparar. Nisso chega ao Fermi uma carta do Millikan, que era diretor do Instituto Tecnológico de Massachussets. E o Millikan oferecia a ele uma casa para ele morar, um pavilhão para ele trabalhar e cinco gramas de rádio. Nenhum país tinha isso, não é? Aí ele recebeu aqui e me convidou para almoçar. E disse: “Imagina você, agora que estou engajado com vocês recebi um convite formidável”. Eu perguntei: “O que é?”. Ele me mostrou a carta do Millikan. Eu disse: “Não, o senhor vai para os Estados Unidos”. Ele disse: “Como? Eu já estou engajado com vocês. Não tenho contrato assinado mas já vou para o Brasil”. Eu disse: “Eu sei disso, mas eu vou aconselhá-lo a não ir para o Brasil. Porque o senhor indo pra o Brasil, a primeira oposição que o senhor vai ter é a dos patriotas, porque o senhor é estrangeiro”.

Porque diziam que aqui nós tínhamos elementos tão bons ou melhores que os estrangeiros. Assim que nós fomos combatidos aqui. Eu tive que fazer um discurso na Assembléia que foi um escândalo. Quando falei que não tínhamos cultura superior aqui no Brasil. E outra coisa, afirmei que não havia inteligência no Brasil. “O que no há no Brasil é talento, que é outra coisa. É criatividade, espontaneidade, mas inteligência não há, inteligência é outra coisa”. Aí um professor disse: “É, mas a melhor definição de inteligência que existe no mundo é a de Kilpatrick que disse que é a capacidade de adquirir conhecimentos”. Aí, eu disse: “É, mas não está

completa, porque é preciso o sujeito ter a capacidade de adquirir os conhecimentos para poder ser inteligente. Se ele não foi, ele se atrofia. Quantos nós encontramos aí? Eu encontrei muitos colegas nossos, que nós julgávamos inteligentíssimos no colégio, e que vinte anos depois eram umas bestas quadradas”. E eu tive que responder a esse homem. O homem que teve a capacidade de adquirir conhecimento e não adquiriu é burro hoje em dia. Ele não é inteligente, absolutamente.

T.F. – E o senhor, então, aconselhou o Fermi a não vir.

P.D. – É verdade, tanto que eu digo sempre que eu sou um dos colaboradores da Bomba Atômica. [risos] porque se o Fermi não tivesse ido, não teria existido Bomba Atômica.

T.F. – Mas a idéia dos professores estrangeiros não era só uma idéia fundada na capacidade comprovada dos professores estrangeiros. Também teria vantagens, digamos, operacionais na estruturação da Universidade, ou não?

P.D. – Teria grandes vantagens pelo seguinte: os professores estrangeiros, além de tudo, traziam uma mentalidade nova. Porque nós não tínhamos ... Nós éramos um país de autodidatas exclusivamente. E o autodidata é sempre imperfeito. Conheci no Brasil um homem apenas que era autodidata, e que, no entanto, era um homem de alta inteligência e deixou até um nome muito bom. Ele é pouco conhecido. É o Amadeu Amaral. Tanto é que eu meti na cabeça publicar as obras completas do Amadeu Amaral. Obtive o que restou do arquivo dele, e comecei a publicar as obras completas quando eu tive uma editora, junto com revista, que era a Revista *Anhembi*. Aí eu comecei, e publiquei os dois principais volumes dos estudos folclóricos do Amadeu, porque foi o primeiro homem que pensou que folclore era Sociologia e não era divertimento.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

A reforma mental também, que nós precisávamos. Tirar esse acanhamento brasileiro que existiu sempre na nossa cultura, com raras exceções. Uma delas é o velho Carlos Chagas; outro é o Rocha Lima; outro é o Vital Brasil; outro é o Emílio Ribas. Mas são exceções.

Tanto que o Emílio Ribas praticamente descobriu, antes dos americanos em Cuba, o agente patológico da febre amarela. O Emílio Ribas, aqui. Agora, ele não chegou a individualizar o mosquito. Em Campinas, ele quis debelar a febre amarela e fez um combate a todos os insetos. Ele disse: “É de insetos, isso”. E era. E outra coisa, o Oswaldo Cruz trabalhou com o Emílio Ribas antes, aqui. Até tem um episódio muito bonito do Ribas. Quando ele recebeu a notícia da descoberta do agente transmissor, ele ficou contentíssimo. Não ficou com inveja, ficou contentíssimo com aquilo. Ele sentiu-se dentro daquilo. Então, resolveu convencer o Brasil de que o contágio da febre amarela não era de indivíduo para indivíduo, era um inseto que transmitia e que o indivíduo doente não transmitia. E ninguém acreditou nisso. No Rio de Janeiro, - eu não me lembro do nome dele - um grande médico abriu uma campanha tremenda contra o Emílio Ribas. O Emílio Ribas, então, resolveu arranjar as provas disso. Fez um anúncio pedindo uns voluntários que quisessem se contaminar com a febre amarela. Tinha um prêmio grande, que o Governo deu ao Emílio Ribas, que era muito respeitado pelo Rodrigues Alves. O Rodrigues Alves foi o presidente da República mais lúcido que o Brasil. E pouca gente pensa isso. Mas foi o mais lúcido. Não é que tenha sido completamente lúcido, mas só o fato dele descobrir o - como chama? Falei agora nele ...

T.F. - Oswaldo Cruz.

P.D. - Oswaldo Cruz. Descobriu o Passos. Completamente diferentes. Um dentro da Saúde Pública. Outro dentro da Engenharia, para ser prefeito. Só isso mostrava que o Rodrigues Alves sabia fazer a coisa. E o Rodrigues Alves contou ao meu pai, uma vez, o seguinte. O Oswaldo Cruz, quando chegou lá no Palácio, para ser

convidado, disse: “Olha, eu posso aceitar. O senhor aceitando os meus princípios, eu posso aceitar. Mas vou dizer uma coisa ao senhor, se o senhor aceitar as minhas condições, o senhor vai ter muita briga por aí”. Então, o Rodrigues Alves virou-se e disse: “Isso não é com o senhor, isso é comigo”. [risos] e era mesmo.

Mas eu comecei a contar. É o seguinte: o Emílio Ribas, então, fez um anúncio pedindo voluntários. E apareceram um mulato brasileiro, um italiano e um gaúcho, se não me engano. Aí ele tinha como colaboradores o Oswaldo Cruz, o Pereira Barreto – que era biólogo – o Adolpho Lutz e outros parecidos. Três ou quatro parecidos. Então, resolveram fazer o seguinte: eles mandaram um deles, se não me engano foi o Pereira Barreto, para São Simão, onde havia a febre amarela. Estava graçando lá tremendamente. E trouxe de lá mosquitos que foram...Ah, eles foram a Itu, onde não havia febre amarela. E colheram stegomias perfeitamente estéreis para a febre amarela. Levaram a São Simão e colocaram numa caixa especial no peito de dois ou três amarílios. E trouxeram aqueles mosquitos e passaram para os três voluntários. Aí, o Pereira Barreto, que era positivista, disse: “Não, não. Nós estamos cometendo aqui um crime. Nós temos que nos inocular também”. E imediatamente o Ribas aceitou e não sei qual é o outro que aceitou. Era o Pereira Barreto, o Ribas e um outro. Então, se inocularam também com aqueles mosquitos. Todos tiveram a febre amarela. Todos não. Eles não tiveram a febre amarela. Eles estavam imunizados naturalmente, porque estavam no meio daquilo. Agora, o mulato morreu, o gaúcho morreu e o italiano salvou-se. Teve a febre amarela e salvou-se. Mas não estava tudo provado. Deram até para esse italiano um lugar. Ele era italiano, não poderia ser funcionário público, mas foi funcionário contratado para a vida inteira, até morrer. E fez carreira burocrática aqui no isolamento. E era diretor aqui do forno incinerador, o Januário Fiori. E mais ainda, em 1932, foi exilado conosco. Mas, aí, eles publicaram isso, evidentemente. Isso abalou um pouquinho, mas continuou a campanha. E fizeram mais, eles foram a São Simão e dormiram na mesma cama de um doente de febre amarela. Esses eram cientistas mesmos. E dormiram com ele e não tiveram nada.

Houve, então, uma conferência desse médico no Rio de Janeiro, à qual foi o Pereira Barreto. E ele, então disse que eles estavam inventando um mosquito para justificar a ignorância médica do Brasil. E que isso até era uma campanha contra o Brasil. E que a febre amarela pegava individualmente. Aí, disse o Pereira Barreto: “Olha aqui, eu nunca tive contato assim diretíssimo com os amarílicos. De modo que nem isso poderá ser invocado contra mim. Eu me comprometo a ir com os senhores a São Simão” – que era o lugar da febre amarela – “e, na vista dos senhores, eu bebo uma colher de vômito de um doente de febre amarela”. Aí foi um choque. “Não, não”. Ele disse: “Não, senhor, eu quero ir. E não vai me acontecer nada. Eu só tenho que soprar um pouquinho o nojo meu. Mas isso é comigo, eu domino”. E bateu pé. Eles, então fizeram uma reunião para se negarem publicamente a que o Barreto fizesse aquela experiência. É formidável isso, não? É um episódio da história da Medicina no Brasil que pouca gente conhece. Eu tenho isso porque tive uma revista aqui, chamada *Anhembi*, na qual um assistente do Emílio Ribas colaborou e contou esses fatos. E que depois o Rocha Lima Transcreveu no Biológico naquela revistinha que ele tinha lá.

T.F. – Muito interessante.

P.D. – O Emílio Ribas foi precursor da cura da febre amarela.

T.F. – O Pereira Barreto, parece que ele, como positivista, inclusive, teve uma certa influência sobre, não sei se sobre o pai do Armando Sales, porque eles eram contemporâneos...

P.D. – Eram. Do pai era.

T.F. – E parece que o pai estudou também em Bruxelas.

P.D. – Eu acho que sim, mas não tenho certeza.

T.F. – Eu estive uma época um pouco preocupado em determinar quanto do Positivismo houve aqui em São Paulo.

P.D. – É possível.

T.F. – E, no entanto, em São Paulo, não vingou, mas vingou lá.

P.D. – É.

T.F. – E vingou lá na vertente política, não na vertente científica.

P.D. – O Borges de Medeiros, não é?

T.F. – Exatamente, a vertente política. A vertente científica, aqui, rapidamente se dissipou, aparentemente.

P.D. – É correto.

T.F. – E eu estava exatamente querendo saber até que ponto houve uma influência positivista na Universidade de São Paulo.

P.D. – Na Universidade de São Paulo não houve nenhuma interferência. Na Universidade, o que houve foi o seguinte: foi uma tese interessantíssima sobre o Positivismo. O professor Arbusse Bastide fez um estudo profundo sobre o Positivismo no Brasil. Até eu recomendo isso, escrever ao Bastide e pedir a ele a tese.

R.G. – Ao Roger?

P.D. – Ao Arbusse. Não é o Roger não. O Roger veio depois.

T.F. – O Roger era denominado Bastidinho, não é?

P.D. – Bastidinho, exatamente, amigo íntimo meu. Ele vinha aqui em casa quase todos os dias.

T.F. – Esse é outro que nós perdemos por pouco, não é?

P.D. – É verdade. Ele esteve aqui 14 anos. E depois, enquanto ele viveu, os anos que ele viveu depois, ele vinha todos os anos quase. Se faltou, faltou um ou dois só. Todos os anos ele vinha aqui dar um curso. Ele ficou muito ligado ao Brasil. E outro que foi daqui: o Levy Strauss. O Levy Strauss é um homem que eu tenho com ele uma correspondência há 25 anos. Ontem eu recebi uma carta dele. Ele agradecendo um livro que eu mandei.

T.F. – Para nós, ver essa assinatura assim ao vivo é realmente algo excepcional.

P.D. – Que coisa engraçada, não é? A gente sente sempre um *frisson*.

T.F. – É, exatamente.

R.G. – E inclusive, professor, na segunda etapa deste nosso projeto, nós estávamos pensando em fazer um centro de documentação, das correspondências, dos arquivos pessoais.

P.D. – Já recebi duas cartas. Eu tenho um arquivo de duzentos e tantos mil documentos. E já recebi uma carta do filho daquele ministro que matou um deputado, Simões Lopes. Ele tem uma função muito alta na Fundação.

T.F. – Luis Simões Lopes? É o Luis Simões Lopes, que é o filho do Senador?

P.D. – Senador não, deputado.

- T.F. – Do deputado? Bom, Luis Simões Lopes é presidente da Fundação Getúlio Vargas.
- P.D. – Pois é, exatamente. É dele que eu tenho uma carta aqui e outra carta do Brandão Cavalcanti.
- T.F. – Do Temístocles? Também da Fundação?
- P.D. – É. Do Temístoches. Eles querem ver se eu posso dar o arquivo a eles. Eu não tenho dúvida nenhuma em dar o arquivo a eles. Mas depois da minha morte, porque é o meu ganha pão hoje em dia. Estou escrevendo com base no meu arquivo, de modo que preciso ficar com ele. Mas eu precisava de uma assistência ao meu arquivo, que eu não posso dar, porque é caro demais para mim. Porque eu nunca tive tempo de ganhar dinheiro. E de modo que eu vivo hoje do meu trabalho, exclusivamente. Eu já estou numa idade em que o sujeito está vivendo dos proventos de uma aposentadoria. Sou o jornalista mais velho do Brasil ainda em atividade. Porque vivo quase que exclusivamente do que escrevo, e dos meus livros. E não tem bicho. O arquivo não tem bicho, absolutamente. Mas ele tem o seguinte: ele precisa de umas pastas especiais para guardar.
- T.F. – Claro.
- P.D. – E eu não tenho pastas, absolutamente. E nem tenho dinheiro para comprar, porque o que eu tenho ... A vida está mais ou menos cara, porque eu sustento aqui o meu “campo de concentração” de casa. [risos]
- R.G. – Logo que nós tivermos com essa parte montada, se o senhor quiser, podemos colocar uma pessoa à sua disposição, para vir ajudar.
- P.D. – Aí, a troco disso, eu deixo o arquivo para eles. Isso não tem dúvida.

T.F. – Bom, voltando um pouco aos primórdios da USP.

R.G. – A tese do Bastide sobre o Positivismo.

P.D. – Arbusse Bastide. Ele fez uma tese. A tese *d'É tat*, a última tese, porque são três teses que ele tem que fazer na França para poder lecionar numa universidade francesa. Ele fez a tese *d'É tat* sobre Positivismo no Brasil. É uma obra enorme, uma coisa enorme.

T.F. – E é encontrável aqui em São Paulo?

P.D. – Não é, mas ele manda. Vocês podem escrever uma carta a ele e dizer que escrevem a meu pedido. É que precisa para isso. E ele manda imediatamente.

R.G. – Onde ele está?

P.D. – Eu vou buscar.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

P.D. – Quando fui expulso da Universidade, eu fiquei numa situação financeira horrorosa. E depois eu tive uma moléstia muito grave. Tive uma septicemia e estava no Hospital das Clínicas, onde fui tratado. Se eu não tivesse sido tratado lá, não teria escapado, porque lá eles não tinham os meios para isso. A primeira visita que tive, quando voltei a mim, porque estive 20 dias em coma, foi do Zeferino Vaz. Ele disse: “Olha, eu soube que você falou que ia ser obrigado a vender sua biblioteca”. Eu falei: “Eu vou, menos a parte que é realmente ferramenta do meu trabalho. Mas a parte rara eu tenho que vender, porque a situação é muito ruim”. Ele disse: “Você não faz nenhum negócio sem falar comigo primeiro, porque eu quero fazer o fundo da Biblioteca de Campinas”. Eu disse: “Está certo”. Quando pude conversar sobre negócios, eu telefonei para o Zeferino e ele veio imediatamente

aqui. Eu disse: “Olha, a biblioteca está aí. Toda a parte rara você pode dispor dela”. Eu tinha feito este apartamento com essas salas para isso, exatamente. E o Zeferino me levou 26 mil volumes. Nesses 26 ml volumes havia todos os livros mais raros sobre o Brasil. Todos. Eu tenho até o catálogo aí. Ele levou e está lá. E está muito bem tratada. Tanto assim que eu vou deixar o resto da biblioteca lá. Porque aqui eu tenho uma parte de Antropologia, uma parte de Pré-História, uma parte grande, e tenho aqui esta parte que é de Literatura, mas com os autógrafos, as ofertas feitas pelos próprios autores. Tem coisas muito bonitas aqui. Conhece o Alberto de Oliveira, não? O chefe do Parnasianismo no Brasil. Ele era um grande amigo da minha primeira mocidade. E tinha por mim realmente uma grande estima. Um dia me deu as poesias completas dele, com uma dedicatória em verso.

T.F. – Que coisa, não é?

P.D. – Era um homem extraordinário, esse Alberto. E foi o único homem que ficou fiel ao Parnasianismo, no Brasil. Agora, eu tenho outro livro aqui que me foi dado pelo Batista Pereira. Ele é muito ligado a mim. Ele e o Edgar, os dois irmãos. E esse livro, me informaram – e quem me informou foi um sujeito que conhece muito bem o livro – está sendo procurado por um milhão de cruzeiros. É o seguinte, é que na comemoração, se não me engano, do segundo centenário do Dante Alighieri, eles tiraram uma edição de 500 exemplares, da primeira tirada da *Divina Comédia*. É um incunábulo, evidentemente. Não era um livro muito moderno. Antes do século XVI. Foi do século XIII. É, 16 anos depois da morte do Dante. E tiraram esta cópia. Eu tenho ele aqui. É o livro mais precioso que eu tenho.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

R.G. – Quando o senhor foi deputado ...?

P.D. – Quando eu fui deputado eu gastei todos os meus subsídios em comprar livros.

T.F. – Cinco contos por mês.

T.F. – E isso era considerado muito?

P.D. – Muito dinheiro. Isso era quanto ganhava o presidente do Estado. Isso foi em 1934. De modo que eu gastei tudo, porque eu não precisava daquilo. Era consultor jurídico da Prefeitura, junto com o Fábio Prado. Aí que eu fiz o Departamento de Cultura. E eu não precisava disso. Nunca pensei em guardar dinheiro, de modo que pude gastar dinheiro em livro. Está em Campinas, hoje em dia. Está tudo lá.

R.G. – O senhor contava aquele episódio de Nova York. Se o senhor pudesse recuperar?

P.D. – Qual é?

R.G. – O episódio da livraria. De Nova York não. Da Holanda.

P.D. – Mas eu não contei?

R.G. – É, mas se o senhor pudesse colocar para gravar seria mais interessante.

P.D. – Deixa eu ver quando foi isso. Acho que em 1930. Quando é que acabou a Guerra?

T.F. – 45.

P.D. – 45. A guerra foi em 39, não é? Então, foi em 45, logo depois da Guerra. Ah, não, foi ao contrário. Foi em 1939, no começo de 39. No início de 1939 eu fiz uma viagem à Holanda. Eu tinha todas as edições do Barleus, que era a edição latina, a primeira edição, que era in-fólio. Tinha a segunda edição, que era a edição latina também, mas in-oitavo, e a terceira edição, a edição alemã, que era in-oitavo também. Depois, vinham duas edições do Brasil, tradução em português, que foi dirigida até pelo Taunay e depois veio uma edição de 1923, comemorativa do

Maurício de Nassau, feita por uma velha livraria de Haia, onde eu comprei muito livro também. Mas eu não tinha essa edição, porque quando a edição saiu em 1923, eu não tinha dinheiro para comprar. Ela já era muito cara. Mas eu tinha muita vontade de ter, e tinha procurado nos Estados Unidos, em Portugal – onde tem muito livro velho sobre o Brasil – na França, e não encontrei.

Mas estando em Haia, eu fui a essa livraria, a eles eram sucessores do Bleu. O Bleu era o editor da primeira edição, da edição alemã e da pequena edição latina, E que era dirigida por um parente do Bleu. Era um velhinho, muito curioso, usava pincenê na ponta do nariz, e cheguei a ele e perguntei se eu não podia obter um exemplar dessa edição: “Tire isso da cabeça, porque não é possível. Nós temos aqui uma prioridade que obedecemos sempre, que são as bibliotecas, as universidades. E temos aqui mais de cem pedidos. Agora, se o senhor quiser deixar aí, mas sem compromisso nenhum, o seu nome, o senhor entrará. Quem sabe se um dia o senhor, não sei ... Pode acontecer morrerem aí alguns colecionadores”. Aí, eu disse: “Bom, eu deixo, não tem dúvida nenhuma”. Mas eu sem esperança nenhuma. Ele me trouxe uma ficha, que eu preenchi e entreguei ao velhinho. Ele leu e disse: “Duarte, o seu nome? “É”. “Espera um pouquinho aí”. E foi lá dentro e trouxe uma pasta. E nessa pasta havia uns recortes de todos os artigos meus publicados no *Estado de São Paulo* sobre edições Barleus, sobre o Barleus.

[FINAL DA FITA 2 – A]

P.D. – Ele olhou aquilo e perguntou: “Esse autor aqui é seu pai? Ou parente?” Eu disse: “Não, sou eu mesmo”. “Ah é o senhor? Espere um pouquinho aí”. E foi lá dentro e trouxe uma pasta contendo todos os meus artigos publicados no *Estado de São Paulo* sobre o Barleus e as Edições Barleus, que, como se sabe, a primeira edição é considerada o livro mais belo sobre o Brasil que foi publicado nessas épocas. E quando eu vi aquilo fiquei entusiasmadíssimo, mas desanimado também, porque fiquei com medo do preço do livro. Eu ia perguntar a ele. Já fiz uma transação de consciência: “Eu digo a ele para me guardar que eu vou para Paris e de lá eu

mando o dinheiro para ele, seja lá o que for. Vou arranjar dinheiro pra ele, seja lá o que for. Vou arranjar dinheiro para isso”. Aí eu, timidamente, perguntei: “Quanto é este livro?”. Ele disse: “Quanto é? Este livro é uma oferta da casa para o senhor”.

T.F. – Realmente, é emocionante.

R.G. – E a pergunta que eu teria, professor, é se esse tipo de ética, o senhor já presenciou no Brasil?

P.D. – Ah, não existe. Oh, meu Deus do Céu! Como eu tenho sido explorado. Quando eu comprava, não é? Hoje eu não compro mais. Depois da venda eu não compro mais. Mas quando eu comprava livro, como eu era explorado. Eu tinha que pagar o que eles queriam.

Olha aqui, eu tenho um livro, nesse envelope, não me desfiz dele, são *As Palmeiras, Brazilian Palmarium*. Não sei se vocês conhecem, do Martius. O Martius tem *Flora Brasiliensis*, que tem 42 volumes in-fólio. O último que eu encontrei estava em poder do Fábio Prado, e eu convenci a viúva dele a dar para o meu Instituto. Está lá no meu Instituto, in-fólio, 42 volumes, com gravuras formidáveis, papel excelente, tudo admirável. Em latim, evidentemente, porque era a língua científica. Está lá, no Instituto de Pré-História. Até muita gente me perguntava o que o Instituto de Pré-História tem para fazer com o Martius. Eu dizia: “Ah, muito. É que veio de graça”. Foi de graça, não é?

Mas esses sebos aqui, esses vendedores, eles fazem fortunas com isso. Porque o colecionador é maluco mesmo. Ele não vê. É como o jogador, atira-tudo. Eu assinei muita letra de câmbio para comprar livro. Aqui teve um sujeito chamado Stucker, um alemão muito engraçado. Ele era um sujeito muito agradável até, tinha negócios de tapetes. E um dia ele me tocou o telefone: “Eu comprei aqui uns tapetes velhos e me mandaram uns livros velhos também. Você quer ver isso?” “Está bom”. Ah, tinha coisas que você não pode calcular, inclusive o primeiro

livro impresso no Brasil, em 1809, no tempo do D.João VI, pela Imprensa Nacional. Era um livro sobre bombeiros, como se instalavam bombeiros. Eu comprei, e assinei uma letra de quatro contos, mais ou menos. Naquele tempo! E que custei a pagar até, porque era muito para mim. Mas assim mesmo eu trouxe o livro para casa.

R.G. – E essas bibliotecas pessoais se dispersam?

P.D. – Isso é que o diabo. Por isso é que eu não hesitei quando o Zeferino me fez a oferta. Tanto que eu disse, a ele ... Ele me perguntou: “Quanto é que você quer por esses livros?”. Eu disse: “Não sei, porque os livros já foram comprados há muitos anos. Sei que eles estão muito valorizados, mas não sei fazer preço não. Você veja quanto valem e você me paga quanto quiser”. Aí ele nomeou uma comissão composta do Antônio Cândido, professor, do Sérgio Buarque de Holanda e de um sujeito que conhecia livros, era negociante de livros. Nem sei o nome dele. Eles então avaliaram a biblioteca em 600 mil cruzeiros.

T.F. – Quando foi?

P.D. – Isso foi quando eu adoeci. Nós estamos em 77. Foi em 65, mais ou menos.

T.F. – E o preço, naquela época era 600 mil cruzeiros?

P.D. – Avaliado por professores, não por especialistas. Aí o Zeferino disse: “Olha aqui, você faça o seguinte, arranja um especialista – no Rio de Janeiro parece que há alguns especialistas – para reavaliar isto, baseado nesse mínimo de 600 mil cruzeiros”. Eu falei: “Não, eu quero vender para uma Universidade, e 600 mil cruzeiros me arranjam a vida hoje. De modo que você me paga isto e está muito bem”.

E está tudo lá. Coisas raríssimas que eu tenho lá. Richsmiede, por exemplo. É a

viagem dele feita do Paraguai até aqui, no século XVI. Quer dizer, quando o Brasil tinha sido descoberto havia pouco tempo, antes do Martim Afonso de Souza. Tinha o Hans Staden, que é outro livro raríssimo. O Jean Deleine. Está tudo lá. Eram os primeiros livros de Etnologia Brasileira.

R.G. – E na USP havia alguma política, professor, no sentido de tentar recuperar essas bibliotecas particulares?

P.D. – Não, nada. Houve no princípio. Porque, quando eu comprei a biblioteca Lamego, comprei para a Prefeitura, para o departamento de Cultura. Mas o Armando me chamou e disse: “Olha, o senhor comprou esta biblioteca, e a Faculdade de Filosófica não tem biblioteca. E esta é uma biblioteca mesmo para a Faculdade de Filosofia. Eu queria que você me cedesse isso. Ao invés de dar para a Prefeitura, você dá para o Estado”.

Dar não, porque foi a Prefeitura que pagou. Até ela tinha uma história muito engraçada. Foi o Mário de Andrade que foi ver a biblioteca, em Campos, na cidade de Campos. E me escreveu num entusiasmo que parecia histeria: “Precisa comprar essa biblioteca”. Imagine, por duzentos contos de réis. E então eu falei com o Fábio Prado, e ele deu o dinheiro. Pagamos lá. Depois demos ao Armando e o Armando nos deu os 200 contos de réis. Está lá, na Faculdade de Filosofia.

Agora, anos depois, eu fui fazer uma visita ao Félix Pacheco. Ele possuía a melhor Brasileira do mundo. Ele gastou um dinheirão na biblioteca, biblioteca muito bem conservada. Muito bem encadernada. Tinha inclusive um manuscrito que era um vocabulário tupi-guarani, feito por padre Castilho, Fernão Castilho. Feito aqui, em São Paulo de Piratininga, para ele ensinar o tupi-guarani. Manuscrito, mas bem encadernado. Então, fui ver esse manuscrito. O Félix Pacheco me mostrou. Mas me mostrou na vitrina, estava tudo em vitrina. “Olha lá o Fernão de Castilho”. Eu disse a ele: “Mas a gente não pode ver?” Ele disse: “Ah, não, isso não! Porque nem eu posso”. [risos] é o tal sujeito que tem livros para mostrar, não para estudar.

Eu fiquei uma fúria com aquilo. Que mediocridade! E joguei uma praga nele: “Ele vai morrer e eu vou comprar essa biblioteca dele”.

E não é que aconteceu! Quando o Felix Pacheco morreu, eu deixei passar o sétimo dia, e pedi ao Taunay para me acompanhar, porque ele se dava com a família. Ele foi comigo, e falei com a senhora dele. Dora, se não me engano, se chamava. E ela disse: “Não, eu quero vender mesmo a biblioteca. Mas eu não quero vender para Governo, porque Governo custa muito a pagar, e eu preciso de dinheiro”. Aí eu disse a ela: “E se eu pagar à vista?”. Ela olhou para mim e disse: “O senhor paga à vista?”. Eu falei: “Pago”. Ela disse: “Ah, então eu vendo”. Eu falei: “Então ta fechado. Eu venho aqui amanhã trazer o dinheiro à senhora”. Saí dali, fui para o telefone e telefonei para o Fábio Prado, que era Prefeito. Isso foi em 1935, por aí. Aí eu disse: Fábio, eu preciso que você me mande com urgência aqui” – a biblioteca ficava em 600 contos – “630 contos de réis” – porque eu precisava mandar encaixotar aquilo tudo. E o Fábio Prado, que era um sujeito muito engraçado, ele disse: “Ué, você foi à Urca?”. A Urca é onde havia o jogo. [risos] eu disse: “Eu não. Eu não tenho nada com a Urca, mas me mande o dinheiro que eu não quero dizer pelo telefone”. Ele disse: “Está bom”. No dia seguinte eu recebi um telefonema do Banco Comercial do Rio de Janeiro, pedindo para eu comparecer, porque tinha lá 630 contos para mim. E ao Fábio Prado eu disse: “Mande o Rubens de Moraes aqui”. O Rubens Borba de Moraes, que era o bibliotecário do Departamento de Cultura.

De tarde, chegou o Rubens com um caminhão da Prefeitura. Aí eu disse ... Combinei com ela no dia seguinte cedo, para assinar a escritura. Porque eu estava com medo. Eu sabia que se o Max soubesse, ele mandava telegramas comprando a biblioteca do Félix Pacheco. Porque o Max não tinha mandado nada. Então, fui na casa do Dino Moreira, que era tabelião no Rio de Janeiro, e disse: “Olha, Dino, você me faz uma escritura assim, assim, e amanhã, às nove horas, na casa do Félix Pacheco”. Ele perguntou: “Você comprou a biblioteca?”. Eu disse: “Comprei”. “Ahm que bom!”. Me disse o Dino.

No dia seguinte, cedo, peguei o Dino Moreira, no Cartório e bati para a casa do Félix Pacheco. E assinamos a escritura lá. O Taunay junto comigo, assinou como testemunha, e eu paguei a ela, dei um cheque visado do Banco Comercial de 600 contos de réis. Ela ficou contentíssima. E disse: “Olha, o senhor vai levar também as estantes, porque eu não tenho o que fazer com elas”. As estantes eram muito bem feitas, com capricho. E o Rubens chegou e começou a pôr tudo no caminhão. Eu disse: “Olha, você ponha isso logo nos caixões e vai embora. Eu quero que você fique longe daqui. Porque pode acontecer alguma coisa, ela querer desmanchar o negócio”.

Dois dias depois, eu estava ainda no Rio de Janeiro, e chegou o Zepelim. O Zepelim estava fazendo aquela linha, e desceu do Zepelim o representante do Max. E foi a ela e ofereceu mil contos. Ela ficou uma fúria comigo. Eu então fui lá fazer uma visita a ela. Eu disse a ela: “Eu não tenho culpa disso. Estou comprando isso para o Instituto de Cultura. A senhora vendeu a biblioteca de seu marido, e ela não vai ser dispersada. A senhora vai inaugurar a biblioteca do seu marido. Agora, eles são comerciantes, podem oferecer o que quiserem”. Mas o fato é esse, é que eu comprei. Ela compreendeu. Ficou muito triste porque perdeu 400 contos. Naquele tempo!

T.F. – Era muito dinheiro.

P.D – Hoje essa biblioteca está aí. Depois, comprei a do Batista Pereira, cuja mulher era filha do Rui Barbosa. E ela era secretária do Rui Barbosa. Nesse tempo não havia datilografia. E o Rui Barbosa fazia os discursos dele para a Campanha Civilista, inteirinha, a mão. Manuscritos, os discursos dele. E dava a ela, que era secretária dele, de presente, o original. E veio todo o original da Campanha Civilista com a letra do Rui Barbosa. Está aí, na Biblioteca. Não perdi nem uma oportunidade. Livro raro que apareceu aqui, eu comprei para a prefeitura.

T.F. – Ultimamente tem diminuído a saída de livros raros do Brasil? Essa dispersão?

P.D. – É, existe a proibição

T.F. – Mas a proibição – isso é que eu queria perguntar – tem sido efetiva?

P.D. – Tem sido fiscalizada, mas sair sempre sai. Sai pela mala diplomática. Eu fui mobilizado, nos Estados Unidos, logo depois da declaração de Guerra. Fui enviado à Europa para comprar quadros, etc., para o Metropolitan Museum. Era o museu de arte moderna, onde eu trabalhava. E quando cheguei na Europa encontrei coisas formidáveis. Encontrei dois Goyas, em Madrid. Tudo proibido de sair. Eu comprei os dois Goyas, comprei até barato, porque comprei, se não me engano, por cinco mil dólares, uma coisa assim. Era muito dinheiro, mas era barato para um Goya, não é? Comprei; tirei da casa do sujeito que me vendeu; tomei um automóvel e fui para a embaixada norte-americana. Já estava combinado, entreguei na embaixada. Não queria nem assumir a responsabilidade daquilo. E os dois Goyas foram para lá, pela mala diplomática. É fácil a gente botar na mala diplomática.

T.F. – E dessa maneira também tem saído ultimamente livros brasileiros?

P.D. – A Itália. A Itália, hoje, tem uma fiscalização feroz, por causa dessas evasões. Porque a Itália é uma coisa fantástica de riquezas.

T.F. – Poderíamos voltar ... Aliás, não está na hora?

R.G. – Até uma hora, não é?

P.D. – Tem tempo?

R.G. – Nós temos até uma hora, porque depois nós vamos ...

P.D. – Que horas são?

T.F. – São meio dia e meia.

P.D. – Então ainda tem meia hora, podemos aproveitar.

T.F. – Exato. Se não há problemas, poderíamos voltar um pouco agora à Universidade de São Paulo.

R.G. – Nesse intervalo relativo a livros, nós tínhamos falado sobre o Positivismo, até a tese do Bastide. E essa conversa tinha sido puxada pelo fato de que os estrangeiros traziam uma nova mentalidade, que o senhor encontrava também no Vital Brasil, Carlos Chagas, Rocha Lima e Emílio Ribas. E aí o Tjerk havia perguntado sobre o Positivismo, se não havia influência aqui em São Paulo.

P.D. – Ainda houve o seguinte, sobre os professores estrangeiros. Foi o cuidado que nós tivemos na escolha. Porque isso foi feito, por assim dizer, pelo Julinho Mesquita, por mim e pelo professor Georges Dumas, da Sorbonne.

T.F. – Como é que tinha sido esse contato com o George Dumas?

P.D. – O Georges Dumas era muito conhecido aqui, no Brasil. Ele já tinha estado aqui em São Paulo para montar o Instituto Pasteur. Não, o Liceu Pasteur. E o Julinho ficou conhecendo o Georges Dumas, e tornou-se amigo dele. E ele voltou muitas vezes aqui ao Brasil. Quando ele vinha ao Brasil ele ia para o *Estado*. Imediatamente ele ia para o *Estado*. De modo que ele foi chamado para nos ajudar nisto. E ele fez com entusiasmo essa coisa. Mas eu coloquei também – como o Georges Dumas era um conservador muito renitente – coloquei também um socialista, que foi o Paul Rivet. E foi o Paul Rivet que indicou o Levy-Strauss, que já era um estudante de esquerda. E o Levy-Strauss veio exatamente por causa da interferência do Paul Rivet, porque o Dumas não mandaria.

T.F. – E veio para substituir o ...

P.D. – Ninguém. O Plínio Airoso?

T.F. – É.

P.D. – Não. Ele veio não foi para substituir ninguém. O Plínio Airoso tinha a cadeira Tupi-Guarani, Etnologia. Agora, Tupi-Guarani ele tinha um certo preparo, mas Etnologia ele não tinha o preparo necessário. Tanto que, quando eu falei com o Plínio Airoso sobre a contratação do Levy Strauss, o Plínio Airoso, que era um homem inteligente também, compreendeu imediatamente, e disse: “Eu vou ser aluno dele. Porque aí vou ser professor de Etnologia”. Eu disse: “Não, você não vai ser aluno dele, você vai ser assistente dele”. E foi o que aconteceu. O Plínio Airoso, que já tinha uns 50 anos nessa ocasião, foi ser assistente do Claude Levy-Strauss, que era o professor. Agora, eram todos professores laureados, eram rapazes laureados, da Sorbonne. E que tinham um valor extraordinário.

Quem me ajudou muito também nessas indicações foi o Pierre Janet, que foi um dos maiores psicólogos modernos. Não sei se vocês conhecem a obra dele. Ah, mas há dois livros que vocês precisam conhecer. É daquela edição de capa vermelha, Flamarion, se não engano. É o *L'intelligence avant le langage*. Era o primeiro volume. Depois ele publicou um outro volume chamado *Le Debut de l'intelligence*. Quer dizer, *A Inteligência antes da Linguagem* e *As Estréias da Inteligência, Os Ensaios da Inteligência*. Esses dois livros bastariam para firmar para sempre o autor na história da ciência mundial. E da Psicologia, então, nem se fala; e da linguística também nem se fala. E o Janet nos indicou alguns daqueles rapazes que vieram naquela ocasião. Todos eles eram selecionados.

R.G. – Alguma coisa a ver com o Estruturalismo?

P.D. – Como?

R.G. – Teria tido alguma participação no desenvolvimento da Escola Estruturalista?

P.D. – Não, porque o Estruturalismo não existia. Surgiu muito tempo depois, o Levy-Strauss foi inspirado para o Estruturalismo num estágio que ele fez aqui entre os Nhambiquaras. Ele passou quase dois anos entre os Nhambiquaras, no Estado do Mato Grosso e no Estado de Goiás. Tanto que a mulher dele foi com ele. Era também uma etnóloga. Hoje é professora de Filosofia de Versailles. Dinah Dreyfus, chama-se ela, que era mulher dele.

T.F. – Não tem nada a ver com o Dreyfus daqui?

P.D. – Não. Dreyfus é como Silva. Entre os judeus é como Silva. É como Weber, esses nomes. A Dinah Dreyfus foi com ele, mas ela não aguentou o sertão. Adoeceu e veio doente. Aí teve que voltar para a Europa. E o Levy ficou lá, quase dois anos. E das notas que ele tirou, e dos conhecimentos que ele fez com os índios é que surgiu o Estruturalismo. Foi inspirado por eles. Ele conta isso, aliás, num dos livros dele que eu tenho aí. Porque eu tenho todos os livros dele aí. E o Levy-Strauss hoje é considerado um dos maiores sociólogos do mundo. Ele passa parte do dia dele recusando contratos. Com os Estados Unidos, com a Alemanha por toda parte.

T.F. – O senhor conta nas suas *Memórias* que houve até uma certa barganha com o Júlio Mesquita para a aceitação do Levy-Strauss.

P.D. – Houve. O Levy-Strauss foi muito intrigado aqui com os professores franceses, principalmente franceses. Ele era considerado um homem de esquerda, aquela coisa. No século XVI, quando queriam mandar alguém para a fogueira era herege. E hoje em dia, quando quer queimar alguém, matar nessas delegacias que nós conhecemos, diz que é comunista. De modo que houve muito sujeito que nunca foi

comunista e que foi ...

Olha aqui, o Lingevin foi posto para fora do Governo do Petain. Era um dos maiores sábios da França. Foi posto para fora como comunista. Ele nunca, eu acho que nem tinha lido Marx. Tinha lido muita coisa, mas nunca tinha lido Marx. Então, o Levy-Strauss veio como os outros. Depois veio o Bastide, o Bastidinho ...

R.G – Ele foi indicado por quem? Como foi a contratação dele?

P.D. – Aí já foi automaticamente. Aí a gente já escrevia à Sorbonne, já tinha outras relações, e coisa. E o Bastide, eu não sei, se não me engano o Julinho esteve na França e pediu um substituto do Mognet, que era professor de Filosofia. E o Bastide veio como professor de Filosofia, mas fez exclusivamente Sociologia.

Agora, um outro – esse foi eu quem trouxe – o Gurvitch. Também tem uma história interessante. Eu li uma vez que ia se iniciar na Sorbonne um curso sobre Marx. Eu queria conhecer Marx, evidentemente. Então eu fui, me alistei nesse curso. E fiz esse curso. E o professor foi um russo naturalizado francês, chamado Gurvitch. Então, eu trouxe ele aqui. Ele fez aqui um ano de curso. E eu trouxe o Gurvitch pelo seguinte. Nós queríamos os formados já pela Universidade ... Já tinham uns três ou quatro anos de formatura. Estavam todos eles à caça de coisas, porque nós não deixávamos entrar, porque queríamos fazer aquele estágio de 10 anos fora.

Mas aconteceu que nós caímos. De modo que eles começaram a invadir a Universidade. Nomearam o primeiro, o Alexandre Correia, que era um escolástico raivoso, e que começou a visitar as cadeiras dos professores estrangeiros. Entrava e perguntava. A primeira pergunta dele: “Qual é o compêndio que o senhor usa para dar Filosofia?”. Aí o professor dizia :”Nós não damos compêndio, nós damos bibliografia. Aqui não tem compêndio não” . “Isso é um absurdo! É o Leonel Franca que tem que vir para cá”. E saía e procurava outra. “Qual é o compêndio

que o senhor usa aqui?”. Aí o professor respondia: “Não tem compêndio não. Eu tenho aqui é bibliografia”. Quando chegou no terceiro e recebeu a mesma resposta, ficaram com vergonha de consultar os outros. E não consultou mais.

T.F. – Quando o Gurvitch esteve aqui?

P.D. – O Gurvitch esteve aqui em 1948, por aí assim. Deu um curso formidável sobre Marx. O curso chamava-se “Marx Sociólogo”. Ele não tocou no Marx revolucionário, porque ele não era revolucionário. Ele era um sociólogo, e virou revolucionário por causa da doutrina dele. Ele foi feito depois pelo Engels, que fez a propaganda dele como revolucionário. E o Gurvitch esteve aqui e fez um curso formidável em francês. Curso este que não mandei gravar porque não havia gravação, mas mandei taquigrafar. Foi taquigrafado. E depois entreguei a uma menina, que tinha sido uma das escolhidas de bolsa. Teve cinco anos de bolsa, mas não fez carreira universitária, porque já encontrou a Universidade em decadência, Yolanda Leite, que era um verdadeiro gênio para línguas. Ela falava, sem sotaque, espanhol, francês, italiano e inglês. Ninguém desconfiava que ela não fosse estrangeira. Então, dei à Yolanda para ela fazer a tradução. E ela fez a tradução das aulas do Gurvitch. Eu tinha a *Anhemi*, e editei pela *Anhemi* as aulas: *Marx, o Sociólogo*. É um livro raríssimo hoje em dia, porque ele foi outro grande professor.

E depois tinham os outros. O Arbusse Bastide, que fez essa tese sobre o Positivismo. Tinha o Berbelere, que era professor de Grego, extraordinário como professor de Grego. Tinha, quem mais, gente? Uma porção deles. E tinha de outras nacionalidades. Os professores franceses eram 16. Mas havia os professores alemães, que tinham fugido da Alemanha porque eram judeus. Inclusive o professor Marcus era um deles: o professor de Botânica. Depois tinha os italianos, também já saídos da Itália, como aquele Barão de Coprane. Como é que ele chamava? Tem até família aqui. Os descendentes dele estão morando aqui. O filho dele é um sujeito muito inteligente, trabalha aí na Abril, se não me engano, é chefe

de serviço.

T.F. – Bom, na concepção do Julio Mesquita Filho, qual a importância das chamadas ciências exatas?

P.D. – Exatas: Ele dava muita importância à Cultura. Ele conhecia. Tanto que ele foi convidar o Teodoro Ramos. Ele convidou o Teodoro Ramos, mas ele não aceitou por aquilo. Então veio o Fantapie. O Teodoro Ramos foi enviado pelo Julinho para a Itália para contratar o Fantapie. De Fiore, o professor de Geologia, foi contratado na Itália.

R.G. – Como foi esse recrutamento de professores da Itália?

P.D. – Da Itália foi o Teodoro Ramos que foi lá na Itália e recrutou lá. Ele que recrutou.

R.G. – Mas por que a Itália?

T.F. – Por intermédio do Governo ou como é que foi isso?

P.D. – Foi o Governo de São Paulo que pagou.

T.F. – Sim. Mas eu digo, ele tomou contato com o Governo italiano?

P.D. – Com o Governo italiano.

R.G. – Francesco Serellim por exemplo, este nome lhe soa?

P.D. – Não.

R.G. – Porque na entrevista do Gleb Wathagin aparece o nome de Francesco Serelli, que seria um matemático da Academia da Itália, que teria passado aqui por volta do

ano 30, 31 ou 32.

P.D. – Foi antes da Universidade, então.

R.G. – Foi antes da Universidade. E teria falado da conveniência, da necessidade de uma Faculdade de Filosofia.

P.D. – É possível, porque os italianos tinham o mesmo pensamento que os franceses nesse tempo. As grandes universidades, inclusive as italianas, que são universidades medievais, por assim dizer, e as universidades francesas, eles pensavam do mesmo jeito sobre a organização da universidade. Nós apenas optamos pela forma européia. E não pela forma norte-americana, que, aliás, é bem diferente. São bem mais superficiais.

T.F. – Houve quase que no mesmo ano, em 34 ou 33, a tentativa de criação de uma universidade técnica, aqui em São Paulo. Como é que essa universidade se relacionava com a tentativa de se formar a USP? Quem estava por trás de uma iniciativa e quem estava por trás de outra?

P.D. – Bom, eu não sei quem estava por trás dessa universidade técnica, que nunca existiu.

T.F. – Nunca existiu, mas houve um decreto permitido a sua criação, usando como núcleo central a Politécnica.

P.D. – É? Mas quem foi o ...? Porque o que nós fundamos foi o Instituto Tecnológico, que existe até hoje, que era para auxiliar a indústria, e tal e coisa. Depois ensinar, também.

T.F. – I.P.T.

P.D. – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. E que até hoje existe. E o primeiro diretor foi aquele professor de escola Politécnica ...

T.F. – Paulo Souza.

P.D. – Não, Paulo Souza foi o fundador da Politécnica. Esse professor foi ... Ele era professor da Escola Politécnica, muito moço até. E o outro chamava-se Marchini. Esse Marchini é quem foi instalar a indústria bélica na Revolução de 32.

E fez admiravelmente bem. Saiu aleijado, porque estourou uma bomba na mão dele. Ele perdeu o braço. Ari Torres, o primeiro diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Depois o Ari saiu e entrou o Marchini para substituir. E o Marchini ficou muitos anos, até morrer. Aí o Instituto já estava completamente formado, porque o Marchini foi realmente um sujeito extraordinário. Adriano Marchini, é o nome dele.

R.G. – Como foi o recrutamento dos professores de Biologia, de Química, Rheinboldt ... Como foi isso?

P.D. – Bom, o Rheinboldt foi recrutado pelo Teodoro Ramos. E o de Botânica, o Reichberg, um nome assim, foi o Teodoro Ramos também que trouxe. Eram homens que queriam sair da Alemanha, porque estavam sendo perseguidos. E saíram até clandestinamente. Agora, os italianos deram a Matemática, porque a Matemática italiana é muito adiantada. E o Fantappié era um sujeito notável. O Wataghin fazia parte desse grupo.

R.G. – Agora, parece que eles vinham recebendo pelo partido fascista. Isso é verdade?

P.D. – Não, não. Não tinha nenhum fascista. Todos eles eram homens neutros, completamente, ou eram homens esquerdizantes. Mas não teve nenhum fascista. Isso nós evitamos com muito cuidado. Porque eu já era raivosamente anti-fascista.

E o Julinho também era.

T.F. – Agora, de qualquer maneira eles mantinham um vínculo oficial com o Governo Italiano.

P.D. – Mantinham. Mas por burocracia, por assim dizer. Eles nunca fizeram política aqui. Nunca houve uma conferência desses italianos que fosse tendenciosa.

R.G. – Nem o Fantappié?

P.D. – Nem o Fantappié, absolutamente. O Fantappié só fez Matemática aqui. Ele era brilhante, eu assisti a várias conferências dele.

T.F. – A reação, aqui em São Paulo, à vinda desses italianos ... Havia uma certa simpatia também fascista dos italianos aqui. Inclusive, nas suas *Memórias*, o senhor fez referência a pressões.

P.D. – Muita, muita. Os estrangeiros tiveram pressões no Brasil inteirinho, porque saiu primeiro a Universidade de São Paulo. Depois, saiu a do Rio de Janeiro, pelo Pedro Ernesto. Depois, a do Paraná tomou uma outra feição, modificou até o seu estatuto, por causa de São Paulo. Até o Rio Grande do Sul. E começaram a aparecer essas universidades, aí que não tem valor nenhum. Mas a única pressão que houve contra os estrangeiros aqui foi dos medíocres, dos simuladores de cultura e dos candidatos que queriam ser professores da Universidade, e que jamais foram. Só eles. Essa pressão foi tremenda, porque os padres estavam junto com eles.

R.G. – Os padres, que eram escolásticos.

P.D. – Evidente. Eles queriam substituir a Sociologia pela Filosofia, porque pela Filosofia eles introduziam a Escolástica. E nós nunca deixamos isso. Aquele padre, Sabóia

de Medeiros, que era um sujeito muito inteligente, ele tentou, ou tentaram por ele. Acho que foi. Não havia cardeal, mas um arcebispo tentou o nome dele para vir lecionar Filosofia em São Paulo. E não foi aceito. E eram um sujeito digno, o Sabóia de Medeiros.

T.F. – Nesse sentido, a USP teve uma característica nitidamente anti-clerical.

P.D. – Anti-Clerical, propriamente, não. Mas contra aquele clero que queria introduzir a Escolástica dentro da Universidade. A resistência foi completa. Escolástica não pôde entrar na Universidade. São Tomás de Aquino só entrava na Universidade de braços dados com Marx.

T.F. – O Positivismo não pode ser considerado uma espécie de dogmatismo, uma escolástica também, no campo científico?

P.D. – Podia sim. Aqueles que conheciam o Positivismo, como o Albusse Bastide, por exemplo, que estudou o Positivismo nunca admitiram. Como religião não foi aceito, mas como Sociologia foi aceito, porque realmente o fundador do positivismo era um grande sociólogo. Até hoje, ele é um grande sociólogo. Do tempo dele, um pouquinho antes, só mesmo o Spencer é considerado como é considerado o Auguste Comte.

T.F. – No discurso da primeira turma que se forma ...

P.D. – Ah, isso é muito importante. Eu pensei a pouco em falar sobre isso. O discurso do Julinho, que armou um escândalo tremendo. Mas não foi por causa do Positivismo, nada disso. Foi por causa da má qualidade dos professores das Faculdades antigas, principalmente da Faculdade de Medicina.

T.F. – O senhor podia explicar um pouco para a gente como é que foi a crise.

P.D. – A crise foi a seguinte. O Julio Mesquita foi eleito paraninfo da primeira turma da Faculdade de Filosofia. E ao mesmo tempo foram eleitos como professores honorários o Julinho, o Armando Sales de Oliveira e o Cristiano, que era o secretário da Educação. E eles foram tomar posse. Nisso, o Julinho fez o discurso dele. E o discurso foi um escândalo tremendo, porque ele disse o seguinte: “Vocês precisam se convencer” – falando para os alunos – “que antes o ensino secundário estava reduzido ao seguinte: todo professor malgrado, todo médico malgrado ia ser professor de Química; todo engenheiro malgrado ia ser professor de Alta Matemática; todo advogado malgrado ia ser professor de Psicologia e Lógica. Assim é que se ensinava no curso secundário aqui. Agora vocês é que vão ser professores do curso secundário, porque vocês já passaram por uma verdadeira faculdade”.

De modo que foi isso. Essa gente toda se arrepiou. Abriu-se uma campanha contra nós, contra o Julinho pessoalmente. Até o Armando disse: “O Julinho é maluco. Vai comprometer um governo inteirinho por causa de um discurso desses”. Mas o discurso dele criou raízes. Ele foi depois repetido. Os estudantes adotaram imediatamente, de modo que o discurso dele trouxe uma grande força para a Universidade àquele momento. Eu me lembro uma discussão que tive no Automóvel Clube. Nós almoçávamos no Automóvel Clube todas as sextas feiras. E apareceu lá o professor de Neurologia da Faculdade de Medicina, que se chamava Vampre, Enjorras Vampre. E passou uma descompostura para nós, no Julinho. O Plínio Barreto era um sujeito muito educado, não respondeu. Mas eu, como não sou muito educado, imediatamente passei uma descompostura no professor. Eu disse: “O senhor não entende de universidade”. E tivemos um incidente. Era até um sujeito muito digno, o Enjorras. Dentro da cadeira dele era competente. Mas ele era reacionário. Principalmente naquele tempo, em que não havia universidade, não havia esclarecimento. Hoje já existe esclarecimento universitário. E eu já tinha feito o meu discurso socialista, e também levei muita descompostura por causa disso. Eu então disse a ele: “O senhor não entende nada de universidade. Isso aí é uma universidade. Nós temos que expor na universidade. Expor, não fazer proselitismo. Até o Karl Marx, até o comunismo. Expor. Agora,

quem quiser fazer proselitismo, este sim, pode ser excluído da Universidade. Mas a exposição de qualquer doutrina tem que ser feita na Universidade. E, na realidade, nós não temos cultura no Brasil. Tanto que não pudemos fazer a Universidade com professores brasileiros.

Bom, o Enjorras é um homem muito educado também, e disse: “Não, desculpe”. E ficou por aí. Mas a campanha continuou, porque depois do Enjorras apareceram outros aí que fizeram. Depois, foi o Alexandre Correia, que era professor da Faculdade de Direito, o velho Alexandre Correia. Este era um Tomista. O Correia era uma coisa tremenda. E foi o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, depois da nossa saída do poder. Mas não parou, porque aí já havia, dentro da Universidade, os estudantes. E eles já estavam perfeitamente... Por isso é que eu disse no Conselho Universitário – o que foi uma das causas, não foi a única, da minha expulsão da Universidade. Eu disse a eles uma vez que “os estudantes hoje em dia é que fazem a Universidade. Tanto assim que o sonho dourado dos senhores é ter uma universidade sem alunos, porque o aluno traz muita dor de cabeça para os maus professores”. Agora, o que decidi mesmo a minha saída da Universidade foi no Conselho Universitário também, quando o Gama e Silva ficou irritado comigo e disse mais ou menos isso: “Eu quero chamar a atenção dos senhores conselheiros que eu aqui represento o dedo-duro”. Eu disse: “Eu quero chamar a atenção de V.Ex^a que não está completo. É dedo-duro e miolo mole”. [risos] Isso é que determinou a expulsão.

R.G. – Eu acho, professor, que amanhã, entre as outras coisas que a gente gostaria de pegar, o senhor poderia detalhar um pouco mais esses processos.

P.D. – No processo?

R.G. – Esses processos, o senhor poderia detalhar um pouco mais. Os processos da saída da Universidade.

P.D. – Não tem dúvida.

T.F. – Vamos interromper aqui, por hoje.

P.D. – É, amanhã nós continuamos. Vou dar os dois livros que eu prometi a você.

[FINAL DA 1ª ENTREVISTA]

2ª ENTREVISTA – 13/04/1977

T.F. – A gente elaborou um roteiro com alguns pontos. O senhor está vendo aqui? E gostaríamos de abordar, se possível. Mas eu gostaria de começar com uma curiosidade. Nós entramos aqui no edifício e vimos o nome Anhembi.

P.D. – Isso foi uma homenagem que fizeram os incorporadores desse prédio à *Anhembi*. Isso foi há sete anos. Tem até mais de sete anos. Eram rapazes inteligentes. Eu morava aqui, a minha casa era aqui, e devido a minha expulsão da Universidade, tive que vender a casa. Além de vender aqueles livros, que eu disse a vocês. Então, eles vieram me oferecer parte do pagamento com um apartamento aqui no prédio. Eu não aceitei, porque precisava de muito dinheiro naquele momento. Mas dois anos depois eu endireitei melhor a minha vida. Engraçado é que endireitei devido a um amigo meu que era marxista. Ele era perseguido. Ele é que foi o fundador da biblioteca e da editora da Universidade de Brasília, o Artur Neves. O Artur Neves era o representante do Partido Comunista aqui em São Paulo. Depois, ele afastou-se, mas continuou sempre com suas convicções marxistas. E foi Neves que, logo que eu saí do hospital, foi a minha casa e disse: “Você deve estar precisando de mim, de modo vou te adiantar 10 mil, e você vai preparar um livro sobre o Mário de Andrade. E foi o que fez nascer o *Mário de Andrade por ele mesmo*, esse livro que saiu publicado. E daí o fato deles terem dado o nome de Anhembi aqui ao edifício.

T.F. – O senhor poderia falar um pouco sobre a revista? Como foi criada? Com que intenções foi criada?

P.D. – Pois não. Bom, quando eu voltei definitivamente do meu segundo exílio, voltei por uma convicção, por uma ética política, porque Henry Loger, que representava a França na Unesco, nesta ocasião, quando soube que eu já podia voltar ao Brasil, me procurou e disse que, como eu já me tinha revelado com um espírito mais universal do que nacional, ou de bairro, ele se lembrou de me dar uma posição na Unesco. E ofereceu-me um lugar no qual eu teria mil dólares por mês, com direito de 30 dias de licença paga, inclusive passagem para passar no Brasil, por ano: “Você quer trabalhar na Unesco, ou trabalhar na ONU, porque nas duas você poderia muito bem exercer as suas funções de política ou mesmo de homem de cultura”. Aí, eu disse: “Olha, Loger, o que acontece é o seguinte. Eu sou um exilado político, de modo que eu abandonar a oportunidade de ir para o Brasil, para continuar a luta, seria, por assim dizer, uma deserção. Não posso absolutamente deixar os meus companheiros lá, por uma posição pessoal. Aliás, vou dizer mais: Me atrai muitíssimo, me dá vontade de trair”. Ele me deu um abraço, porque foi sempre um grande amigo meu.

Ele disse: “Bem, mas vá com a certeza de lutar ainda com a adversidade no Brasil, porque os países Sul-americanos não estão preparados ainda para se desligar dos ditadores, ou das ditaduras. Sentindo-se apertado, me escreva”. Vim para o Brasil e, quando cheguei, já estava com a minha candidatura a deputado oficializada. Porque a lei permitia, naquele momento, que grupos políticos pudessem apresentar candidaturas, e a minha candidatura foi apresentada. Eu já estava com a candidatura lançada. Então, fui aos meus companheiros e disse que a minha orientação, desde a primeira vez em que fui eleito, era absolutamente não intervir numa propaganda política, porque eu achava que os deveres de um candidato só começavam para com o partido depois dele eleito. E eu, então, não faria parte de comícios, nem de viagens de propaganda. Eles aceitaram, e eu, de fato, cumpri a coisa, porque fiz apenas uma conferência, uma conferência doutrinária, já nas

vésperas das eleições, e não uma conferência de campanha política. Não fui eleito, mas tive a posição de segundo suplente de deputado federal. Nunca tomei posse, porque nunca houve vaga na câmara. Duas vagas eu precisava para poder entrar. Mas continuei a lutar no partido, com o Armando Sales. E com o Armando Sales de Oliveira, eu participei de tudo, até a queda dele. E com ele eu caí, perdi a minha posição política, e recomecei a conspirar. E assim foi que eu entrei no Brasil novamente, depois da queda do Getúlio.

T.F. – E aí como entra a revista Anhembi?

P.D. – Em 1945, o *Estado de São Paulo* estava tomado. E eu era funcionário do *Estado de São Paulo*, e fui, evidentemente, posto em disponibilidade. Sem remuneração, pelos que tomaram, que era um jornalista chamado Abnel Mourão. Ele assumiu o *Estado de São Paulo* em nome da ditadura. Mas em 1945, o professor Antonio de Sampaio Dória convenceu o interventor aqui a entregar o jornal aos seus donos. O interventor era o José Carlos Macedo Soares. Então, eles fizeram uma lei pela qual o Governo entregaria o jornal, àquele que indenizasse o Governo pelo que ele havia gasto no jornal durante aqueles quase seis anos de ocupação, que era cerca de sete ou oito mil contos, naquele momento. E os Mesquita, então, trataram de arranjar este dinheiro.

E deu-se um incidente muito curioso. Não sei se o Protásio ou o Viriato Vargas – um ou outro – começou a organizar uma rede de jornais para o Getúlio. E compraram um jornal em Pernambuco e outro no Rio Grande do Sul. E um dia, eu estava na minha casa fazendo as negociações, dando os passos para a recuperação do *Estado*, que era o levantamento dos seis mil contos que os Mesquita não tinham – e nenhum de nós tinha – quando me apareceu aqui eram mais ou menos quatro horas da tarde – O Nino Galo. O Nino Galo é uma personagem que está dentro da minha vida desde 1918. Morou comigo – nem se desitalianizara ainda – quando ele veio para São Paulo, embora ele fosse nascido aqui no Estado de São Paulo.

Mas ele estava estudando na Itália quando arrebentou a Guerra, e ele fez a Guerra ao lado da Itália. Perdeu até um olho por causa disso. Ele é vivo ainda. Entrou aqui o Nino Galo, que estava comerciando no Rio de Janeiro, e disse: “Olha, eu vim aqui por sua causa, porque você sabe que eu não me dou com o Julinho. O Julinho é um malcriado”. O Julinho era um tipo mesmo que dizia as coisas assim. Muitas vezes se arrependia, mas já tinha dito. Ele teve uma alteração com o Nino no Automóvel Clube aqui, porque o Nino estava trabalhando com o João Alberto, e o João Alberto era considerado execrável aqui pelo paulistas.

R.G. – Qual João Alberto?

P.D. – O coronel João Alberto Lins de Barros, que foi o primeiro interventor. Então, ele tinha brigado com o Júlio por causa disso. Ele disse: “Eu vim aqui por sua causa, Sei qual é o seu interesse no *Estado de São Paulo*. Mas hoje eu almocei com o João Alberto e ele me contou que amanhã o Getúlio vai fazer uma grande piada com os Mesquita. Vem para cá amanhã cedo – não sei se é o Viriato ou o Protásio”. Era um dos dois. “Parece que é o Viriato Vargas, para depositar na Secretaria da Fazenda, os sete ou oito mil contos numa conta do *Estado*”.

Ele me disse que era a melhor piada que o Getúlio podia fazer contra os Mesquita. E era mesmo. Imediatamente, eu telefonei para casa do Julinho, e a mulher dele, a Marina, atendeu. Eu disse: “Cadê o Julinho? Julinho está, ou no Automóvel Clube, ou no escritório do Abreu Sodré”, que é o irmão dele aqui, que era um dos diretores do Partido Democrático. Mas era outro caráter, que esse aqui não tem, não conseguiu manter. Então, eu telefonei para o Automóvel Clube e não encontrei. Telefonei para o escritório do Sodré, na Praça Antonio Prado, e encontrei o Julinho. Eu disse: “Olha, Julinho, preciso falar com você imediatamente. Você fique no escritório, que daí a dez minutos eu estou aí”.

Desliguei o telefone, fui para lá. O Nino ficou em casa esperando. Lá eu contei a ele a história. Ele disse: “Pois é, a nossa situação é essa. Estão nos faltando 500

contos”. 500 contos era muito dinheiro naquele tempo. Eu disse: “Nenhum banco mais?” Não. Está tudo fechado, porque todos eles já nos auxiliaram. Alguns até com mais de mil contos”. Aí eu disse: “E o Fábio Prado?”. Bom, o Fábio Prado nós não procuramos, porque o Banco dele é também do Gastão Vidigal e do Cardoso de Melo Neto, que são nossos inimigos pessoais. De modo que nem procuramos”. Mas eu disse: “Eu não tenho estas incompatibilidades. Dou-me com o Gastão, não me dou é com o Cardoso”. Cardoso é o que tinha sido nomeado pelo Getúlio para ser interventor de São Paulo, quando ele deu o golpe de 1937.

Telefonei para o escritório do Fábio. Eu disse: “Olha, você espera um bocadinho, que eu vou até aí”. Fui lá e expliquei ao Fábio. Eu disse: “Você precisa nos ajudar a arranjar 500 contos de réis”. O Fábio falou: “Vamos fazer o seguinte. Você faz uma promissória, e eu endosso a promissória”, porque eu não teria crédito pra levantar 500 contos. Mas o Fábio teria, porque ele era milionário. E nós vamos ao Banco Mercantil, que era o Banco do qual era diretor geral o Gastão Vidigal. E ele, o Fábio, fazia parte da diretoria. E fomos lá. Chegando, encontramos o Gastão, imediatamente, – porque era um homem muito inteligente, um homem de negócios – viu o alcance do empréstimo ao *Estado de São Paulo*, naquele instante, porque poderia contar com o *Estado* depois. Amarraria o Estado pela gratidão. Então, eles fizeram um cheque nominal em meu nome, visado, de 500 contos de réis. Eu voltei imediatamente para o escritório do Abreu Sodré.

O Julinho disse: “Olha, eu errei porque eu falei 500 contos, mas a nossa necessidade é de mil contos de réis”. Eu disse: “Mas que diabo! É muito mais fácil a gente arranjar uma coisa em um pedido do que em dois. Em todo caso, espera um bocadinho aí”. Telefonei para o Banco e o Fábio estava lá. Eu disse: “Fábio, você me espera aí que eu vou já”. Cheguei lá, expliquei ao Fábio. O Fábio até disse: “Mas vocês são sempre mesmo, em negócios, caras erradas. Você não sabe que levantaria cinco mil contos com mais facilidade de uma vez só, do que mil contos de réis em duas vezes? O banqueiro fica desconfiado com vocês. Em todo caso, vou falar com o Gastão, que ele está aqui ainda”.

Daí a dez minutos, mais ou menos, ele veio na sala onde eu estava, e o Gastão trazia mais um cheque visado de 500 contos em meu nome. E disse: “Olha aqui, vamos combinar um coisa. Vocês vão levantar o *Estado* já, e, na segunda-feira” – era uma sexta-feira – “e na segunda-feira, quem for gerente do jornal – que deve ser o Chiquinho, porque foi o Chiquinho que sempre foi gerente do jornal – vem aqui para regularizar. Fica em aberto esta conta aqui, em seu nome”.

Eu peguei aqueles 500 contos, e levei lá. E de lá, nós fomos diretamente à secretaria da Fazenda, entregamos o dinheiro todo que devia entregar, e fomos tomar conta do *Estado*, e começou a chegar gente, cumprimentos, aquelas bobagens todas. E esse envolvimento durou no *Estado* até mais ou menos uma hora da manhã. Há uma hora quando saíram todos, eu disse: “Agora vamos nós também embora, descansar”. Eu estava cansadíssimo e ele também. Ele disse: “Não, você precisa ficar aqui um minuto comigo, porque nós vamos ter uma reuniãozinha com o Chiquinho”. O Chiquinho veio, sentou-se. “Em primeiro lugar, você está nomeado Chefe do Jornal. Mas eu não tinha essa pretensão. Eu queria ganhar aqui três contos de réis, porque é o mínimo necessário para poder viver fora do exílio. Estou vivendo exclusivamente da minha colaboração na Folha da Manhã”.

Eram os irmãos Nabantimo e João Batista Ramos. E o Batista Ramos, no mesmo dia em que cheguei do exílio, me procurou para me oferecer um lugar lá na Folha, que me deu uma colaboração de até três contos de réis por mês, para eu poder viver. É por isso que sou muito grato a eles. Eu sou muito amigo deles, até hoje. O João Batista Ramos é hoje do Tribunal de Contas da União. Ele é até muito conhecido. Especializou-se em Direito Trabalhista.

Bom, então eu disse: “Eu só preciso isso, porque eu não pensava mais em voltar a trabalhar de noite, porque eu estou orientado noutra campo, no Museu do Homem. Eu precisava aproveitar o meu tempo na Antropologia, e não mais no jornalismo”.

Aí, o Julinho disse: “Você tem que ficar, porque é um apelo que nós fazemos a você. Nós queremos dar uma demonstração pública de que nós reconhecemos o que você fez. Sem você nós não recuperaríamos o jornal”.

Isso foi em 1946. Assumi e fiquei lá até 1950. Em 1950, então, resolvi sair de lá, porque houve uns conflitos. Conflitos pequenos, com os quais eu não tinha nada com isso. Mas havia os filhos do Julinho que estavam metidos nisso. E eu não quis me meter com filhos do patrão, porque sei muito bem o que é isso. Então, pedi minha demissão. Mas eu já tinha bolado uma revista de cultura no Brasil, porque no Brasil não havia ainda, até aquele momento. E para isso, levei um ano trabalhando uns capitalistas amigos meus. E eles todos tinham um pouco de pé atrás comigo, por causa da minha posição política e ideológica. Mas arranji o capital necessário para isso, e quando chegou em novembro de 1950, eu estava com o capital completo. Então, eu tratei uma oficina e fiz a redação, uma pequena redação. Apenas três ou quatro pessoas que trabalhavam comigo. E lancei a *Anhembi*.

Agora, o programa da *Anhembi* está bem expresso no primeiro número. Artigo de abertura, que chama mesmo *Anhembi*. Quer dizer que o *Anhembi* era um nome simbólico. Ele representava, dentro da História do Brasil, a penetração para dentro do sertão. Porque nascendo o *Anhembi*, que é o Rio Tietê, nas costas do Brasil, pertinho do mar, ele, ao invés de correr para o mar, como seria talvez o normal, correu para o sertão. Ele furou os sertões e foi depois a estrada das bandeiras e das monções. Os bandeirantes entravam sempre pelo *Anhembi*, porque era o caminho limpo que existia para percorrer mais de dois mil quilômetros. E como o *Anhembi* se transformou em um símbolo geográfico da conquista do território Nacional, *Anhembi* revista também seria um símbolo de penetração cultural no Brasil. Isso foi a explicação que eu dei lançando a *Anhembi*.

Foi lançada imediatamente , com muito êxito, porque eu trouxe da Europa um conjunto de nomes formado por aqueles cientistas em torno dos quais eu girei

durante todo aquele tempo. De modo que obtive lá umas colaborações dos intelectuais e dos cientistas franceses, e ela saiu admiravelmente bem por isso. Tinha o Jean Rostand, por exemplo, que até hoje é um grande biólogo; o Henry Loger que era um fisiólogo; o Paul Rivet que era um antropólogo; Pierre Janet, que era um grande psicólogo; Georges Dumas, que era um grande psiquiatra; Paul Valery; e outros assim deste mesmo nível. Enchi a revista com esta gente, e arranjei também uma colaboração muito boa na Itália, porque eu era amigo do Trilussa. O Carlo Alberto Sallustri era o principal tradutor dos poemas do Trilussa em toda América. Este é o meu livro de traduções do Trilussa, que eu abro com um ensaio sobre a literatura dialetal italiana, da qual o Trilussa era o mais ilustre representante. E depois tem cem poemas dele traduzidos para o português. Esse também colaborou comigo nos primeiros nos primeiros números da *Anhembi* e, com ele, outros lá. Alberto Moravia. Aquele de *La Peste*. Mas é o *La Peste* francês, é italiano, é autor de três ou quatro livros celeberrimos. Também esse veio para a *Anhembi*, e entre eles os mais ilustres foram o Bertrand Russel e o Thomas Mann. O Thomas Mann era muito meu amigo, desde a França, desde que ele saiu da Alemanha. Ele depois foi para os Estados Unidos, e lá fui encontrá-lo professor na Universidade do Colorado, e tivemos lá uma camaradagem muito boa.

T.F. – Inclusive ele tinha mãe brasileira, não é?

P.D. – A mãe dele era do Estado do Rio. Ela era brasileira sim. Ele tinha muita admiração pelo Brasil, era muito carinhoso com o Brasil.

T.F. – Mas ele nunca esteve aqui.

P.D. – Esteve. Ele esteve aqui depois. De modo que, quando escrevi a ele, imediatamente ele concordou. Mas o Bertrand Russel foi muito engraçado, porque eu escrevi uma carta a ele, dizendo – eu conhecia mal o Bertrand Russel, mas ele se lembrava de mim. E eu escrevi a ele dizendo que queria muito a colaboração dele, mas não ousava poder, porque o representante dele de publicidade tinha dado o preço, e a

Anhembi não podia pagar. E não podia mesmo pagar o preço. Mas de qualquer maneira, eu queria que, se ele pudesse escrever uma carta, depois de ter visto os dois primeiros números, eu ficaria muito grato a ele. E ele me escreveu, me mandando o original de um livro que ele ia publicar daí a um ano mais ou menos. Eram os *Ensaio Informais*. Ele disse: “Você pode publicar isso, porque até um ano você será o primeiro a publicar esses artigos”. Parece que era um dos ensaios que havia no livro.

Aí, eu publiquei na *Anhembi*, e isso deu nome à *Anhembi*, embora sob o ponto de vista intelectual, e você sabe que isso no Brasil não significava muita coisa. Eu consegui estas duas colaborações formidáveis. Mas o Valéry colaborou, o Lévy Strauss, evidentemente, colaborou. O Lévy-Strauss foi companheiro meu até na New School, em New York, onde eu lecionei também. Ele lecionou Sociologia, eu lecionei Pré-História. De modo que a *Anhembi* saiu vitoriosa. Duraram 13 anos. 13 anos depois, eu estava fazendo uma série de artigos contra a situação política, principalmente contra o Getúlio (sic), e contra o Ademar de Barros. Corrupção era a minha base. Eu estava já em uma situação boa, quando começaram a sair os melhores anúncios. Era o anúncio que sustentava a revista. E um dia, me toca o telefone. Era o presidente da Associação Comercial, que se chamava De Nigris ou De Prieto, eu não sei bem, porque eu confundo, é a mesma coisa. Queria falar comigo, se eu poderia recebê-lo, que ele vinha com o presidente da Federação das Indústrias, que era o Levisarte. Eu disse: “Pois não”. Então, eles vieram aqui.

O De Prieto falou logo: “Olha, nós queremos propor a você um plano, no sentido, não só de sustentar a *Anhembi*, mas de dar um grande lucro, porque sei que você está querendo montar uma oficina para *Anhembi*, e você precisa de dinheiro”. Eu falei: “É verdade”. “Pois é, nós temos um plano para isso. É o seguinte: nós, imediatamente, garantimos a você cinquenta grandes anunciantes”. Eu só tinha 25, quando eu comecei a perder. “E com uma condição apenas. De você melhorar a sua atitude com relação ao Getúlio e ao Ademar, porque o Ademar é governador de São Paulo, e o Getúlio (sic) é o presidente da República. E nós, da Federação

das Indústrias do Comércio, não podemos absolutamente financiar, por assim dizer, uma revista, porque a exigência única que você faz está satisfeita”. Eu disse: “A única coisa que eu quero é ser dono da metade mais um das ações. Eu não quero perder o controle da *Anhembi*”. Ele disse: “Não, isso não tem importância, porque nós emprestamos o dinheiro a você particularmente, e você, então, ficará devendo pessoalmente a nós, e não é a *Anhembi* que fica devendo”. E assim ia ser feito. Aí, eu disse para eles: “Bem, em conclusão, vocês estão me propondo a prostituição da minha filha. Nesse caso, prefiro matá-la”.

Eles saíram muito desapontados, e eu matei a *Anhembi* em 1963. Saíram 144 números. Nunca transigiu por interesse. A parte editorial... Porque havia a *Anhembi*, que era o mesmo nome, que era a editora. A editora botou na rua cerca de 300 títulos. Todos eles de livros culturais. Tanto assim que o Inep, do Ministério da Educação, dirigido pelo Anísio Teixeira – que foi um grande amigo meu – comprou sempre 300 exemplares da *Anhembi*. O Ministério do Exterior, apesar da posição política, comprou sempre duzentos exemplares, para serem distribuídos entre embaixadas e consulados. E havia mais ainda. O Instituto do Livro, que era dirigido por aquele escritor gaúcho, autor do poema *Le Bateau Ivre* (sic). Ele era muito conhecido, muito inteligente, e me comprava 400 exemplares de cada edição, para repartir entre as faculdades de filosofia, e pequenas universidades que estava abrindo.

De modo que a *Anhembi* alcançou uma edição, uma tiragem de 15 mil exemplares. Foi com essa tiragem que ela morreu. E morreu porque não tinha com que pagar a impressão desses exemplares. Aí, eu escrevi: Réquiem para um Sonho Perdido, uma coisa assim, que também fez um barulho louco, porque os jornais todos transcreveram, aqui e no Rio de Janeiro. E assim *Anhembi* nasceu, viveu e morreu. Depois eu tive uma proposta do Santiago Dantas. Santiago Dantas era um sujeito muito inteligente e muito rico naquele momento. Teve a inteligência de querer fazer política, mas não tenho dinheiro, resolveu primeiro ganhar dinheiro, para depois fazer política. E assim ele fez. Ele já estava muito rico, quando a *Anhembi*

entrou na crise. Ele soube que eu tinha suspenso a publicação. Em uma vinda a São Paulo, ele me procurou. Eu me dava com ele da casa do Maneco Mendes Campos, que era onde ele fica hospedado, quando ia ao Rio de Janeiro. E ele ia muito lá, porque era muito amigo dos irmãos Mendes Campos.

Então, ele me procurou e propôs: “Você não quer restaurar a *Anhembi*?”. Eu disse: “Quero, mas não posso”. “E o que é que você precisa?” “Eu preciso do capital, mas preciso ter a metade mais um do capital. Quero ser o orientador da revista”. Diz ele: “Isso não me altera, pelo seguinte, porque o que você tem de comum comigo é a defesa pela liberdade de se expressar. Eu sou também fanático pela liberdade de expressão. De modo que eu arranjo o capital para você. Você estuda um processo de você ficar com a metade mais um, e como que você vai ficar devendo aquilo que você não tem. Está ótimo”. E comecei a fazer o plano. Estava fazendo o plano quando ele morreu. De modo que eu perdi essa oportunidade.

Mas o Sebastião de Almeida – que é aquele mineiro riquíssimo, grande industrial, que já morreu também – ele ficou me conhecendo através do Santiago Dantas. Eu, então, procurei o Sebastião, e disse: “Sebastião, o Santiago Dantas queria por *Anhembi* para fora, como você conhece. E você conhece os planos, porque vocês conversaram sobre isso, porque ele conversou com você sobre isso. Eu pergunto: Você se interessa pelos planos do Santiago Dantas?”. Ele disse: “Me interessa, e muito. Você quer executar este plano comigo? Eu ponho a *Anhembi* para fora, mas sendo evidentemente eu o orientador da edição, e o orientador também sob o ponto de vista do capital”. Ele disse: “Eu aceito sim. Vou estudar esta coisa”.

Mas numa ocasião, o Sebastião se desaveio com o Julinho. E eu trabalhando para o *Estado*. E eu assisti a uma entrevista muito desagradável entre o Julinho e o Sebastião, porque o Julinho teve uma informação exata de que o Sebastião havia dado não sei quantos mil contos para o Chateaubriand sob o pretexto de fazer propaganda do café. Mas aquilo era uma das chantagens do Chateaubriand. E o Julinho me contou isso. Eu disse: “Olha, você se dá com o Garcez”. O Garcez era

o governador de São Paulo. “Você vai conversar com o Garcez sobre isso, porque isso é uma coisa horrorosa para o governo dele”. E eu fui falar com o Garcez. E o Garcez ignorava aquilo. O Sebastião, que era secretário da Fazenda do Garcez, tinha feito essa transação sem consultar o Garcez”. O Julinho quer romper essa coisa pelo jornal. Eu estou segurando, mas eu queria ter informação sua a respeito”. Ele disse: “Você pode dizer, se o Julinho romper, você pode dizer a ele que eu ignorava isso, e isso vai obrigar evidentemente o Sebastião a deixar a Secretaria da Fazenda”. Então, eu voltei ao Julinho e contei a ele isso. E o Julinho não lançou o escândalo. Sabendo disso, ficou quieto, mas ficou com ódio do Sebastião. E dias depois o Sebastião veio me pedir uma audiência com o Julinho. Ele queria conversar com o Julinho. Aí, falei com o Julinho, e ele não quis recebê-lo. Eu falei: “Não, vai recebê-lo por isso, porque, afinal de contas, ele representa qualquer coisa. É o secretário da Fazenda”. Aí, ele disse: “Aqui no *Estado* eu não recebo. Então, você receba em sua casa. Bom, então ele que vá em minha casa”. Falei com o Sebastião. O Sebastião aceitou. E combinou-se o encontro. E eu queria estar lá, porque eu sabia as inconveniências que o Julinho podia fazer. E a situação má em que ia ficar o Sebastião. Mas acontece que eu cheguei com dez minutos de atraso. Quando eu cheguei, o Julinho já tinha passado a maior decompostura desse mundo no Sebastião, porque ele propôs dar ao *Estado de São Paulo* o mesmo que tinha dado. Quer dizer, o Sebastião foi um desastrado também. E foi aquela coisa tremenda, que não foi um escândalo, porque ticou entre nós. Mas ele ficou incompatibilizado com o Sebastião.

Tempos depois, quando eu estava querendo fazer novamente a *Anhembi* com o Sebastião, o Julinho me procurou, e disse: “Preciso muito de uma carta sua. Você assistiu àquela conversa com o Sebastião, e eu preciso muito, porque ele está negando que tivesse havido isto, e o seu testemunho me basta”. Aí, eu disse: “Não tem dúvida. Eu dou a você o testemunho”. E fiz um testemunho, o mais doce possível em relação ao Sebastião. Disse que houve um mal-entendido entre eles. Eu também não quis comprometer o Sebastião. Mas por causa disso, o Sebastião retirou o apoio que ele iria dar à *Anhembi* e a *Anhembi* perdeu a única

oportunidade de sair novamente. Esta é a história da *Anhembi*. Agora, não sei se vocês conheceram a *Anhembi*?

T.F. – Não.

P.D. – Ah, precisava conhecer, porque a luta é perfeitamente atualizada hoje.

T.F. – Era uma revista cultural, mas o senhor mesmo disse que estava levando uma posição de oposição ao governo Federal?

P.D. – É muito fácil de explicar essa situação. Basta um número da *Anhembi*, que deve estar por aqui. A *Anhembi* era dividida da seguinte maneira... Tomou esta forma e conservou esta forma até o último número. Havia uma abertura. Essa abertura, em geral, era feita por mim, como essa *Situação do Ensino no Brasil*. Depois dessa abertura – essa abertura nunca tinha assinatura – vinha a colaboração intelectual. Aí um artigo do Roger Callois: *Relações Raciais entre Negros e Brancos*.

T.F. – Deve ser Florestan.

P.D. – Florestan e o Bastide, porque isto foi a Unesco que me pediu para fazer, e eu escolhi essa coisa.

T.F. – Depois foi editado em livro?

P.D. – Foi editado, em livro, por mim, pela *Anhembi*.

T.F. – Eu tenho em casa.

P.D. – Pois é. Agora, depois desta parte intelectual, vem então uma seção chamada *Jornal de Trinta Dias*. Aí é que eu fazia o combate político.

T.F. – Aqui eu vejo que o senhor tem um artigo de André Dreyfus, quer dizer, a revista também publicava artigos científicos?

P.D. – Publicava. Mas sempre acessíveis. Quer dizer, divulgação científica. Acessíveis ao leitor.

R.G. – A terceira parte, então, qual era?

P.D. – Não, isso aqui continua a ser a primeira parte, que era colaboração. Quem é o outro que está aí?

T.F. – Nelson Zanoti. Depois vinha o *Jornal de Trinta Dias*. Por que chamava *Jornal de Trinta Dias*?

P.D. – *Jornal de Trinta Dias* porque isto era uma resenha do que se havia passado durante 30 dias em todo o Brasil, e no mundo também.

T.F. – A revista era mensal?

P.D. – Era mensal. Agora, depois do *Jornal de Trinta Dias*, vinham outros. *Músicas de Trinta Dias*, *Arte de Trinta Dias*, *Teatro de Trinta Dias*. Isso era também uma continuação do *Jornal de Trinta Dias*. Isso era também uma continuação do *Jornal de Trinta Dias*, mas onde não havia mais política. *Livros de Trinta Dias e Esporte de Trinta Dias*. Era encarado, o esporte, sob o ponto de vista do que pode o esporte representar na formação de uma sociedade, e não essa porcária de futebol que anda por aí.

T.F. – Então, nesse *Jornal de Trinta Dias* é que ...

P.D. – É que era a parte política. Eram notas, geralmente redigidas por mim. Mas, às vezes, por outros também. Eu dei tempo integral para esta revista, para saírem os 144 números. Agora, ela ficou sendo uma espécie de documento nacional daquela

época, porque ela realmente contou a história política e a história história mesmo do Brasil em todo aquele período. Era impossível estudar aquele período, sem consultar *Anhembi*, porque é um arquivo. Agora, os colaboradores estrangeiros eram magníficos. Eu publicava em todos os números, pelo menos dois artigos dos colaboradores estrangeiros.

T.F. – As colaborações estrangeiras vinham basicamente da Europa?

P.D. – Dos norte-americanos também. O Franz Boas, por exemplo, o Loni, que é outro grande etnólogo dos Estados Unidos. Bom, O'Neill também colaborou. A boa representação intelectual norte-americana colaborou. Também tinha alguns da América Latina. O Eduardo Santos, da Colômbia. O Palácio Alcampo da Argentina. Aquele Prêmio Nobel de Literatura, do Chile, a Gabriela Mistral. O Ciro Alegria, do Peru. Havia aquele sociólogo do México, não me lembro do nome. Depois ele veio aqui, visitou São Paulo a convite da *Anhembi*. E depois havia colaboração também dos exilados espanhóis.

O Álvares Dàlvayo, Negrin, Luiz Buñuel foi colaborador também, com o qual trabalhei quase três anos nos Estados Unidos. Nós trabalhávamos no Museu de Arte Moderna. Havia uma seção chamada latino-americana, e eu era dono do setor de Língua Portuguesa, e o Buñuel de Língua Espanhola. Conosco trabalhou Demétrio Detorres, que foi professor da Universidade de Madrid. Trabalhava o Gustavo Pitaluga, na música, cujo pai era um dos maiores hematologistas europeus naquele tempo. E eu, na parte portuguesa. E trabalhamos lá até com uma camaradagem formidável, que nós fizemos. Até hoje eu mantenho correspondência com o Buñuel e com o Detorres. O Pitaluga morreu. E o Gustavo Durã, que era um tipo muito curioso também. Depois acabou se naturalizando norte-americano, porque ele, como eu, fomos mobilizados durante a Guerra, pelos Estados Unidos. Porque nós não podíamos sair no prazo de 30 dias. Eu estava bi-exilado. Era exilado da França e do Brasil. E, então, nós fomos mobilizados.

E eu tive a felicidade de fazer uma boa amizade com o General Marshall. Que era um homem muito inteligente, apesar de ser general. Ele ficou muito meu amigo. Ele ficou muito meu amigo. Ele ficou mesmo uma espécie de protetor que eu tive, tanto assim que, quando a França foi invadida pela Normandia e o Rivet esperava para voltar para Paris, ele, o Rivet, me telegrafou perguntando se eu estava disposto a voltar para o Museu do Homem. Eu imediatamente respondi que estava, mas dependia da desmobilização. Aí, eu escrevi uma carta ao Marshall e o Marshall, imediatamente, me desmobilizou, e me deu ordem para seguir para os Estados Unidos. Cheguei nos Estados Unidos e me preparei para seguir para a França. Depois não pude obter saída do Departamento de Estado, porque eu era inimigo do Mr. Vargas, um aliado dos Estados Unidos . Eu estava exilado pelo Getúlio, porque defendia as idéias pelas quais os Estados Unidos foram à Guerra. Então, eu não podia sair. Aí, eu voltei ao Marshall, e contei. Disse: “Olha, acontece isso, assim, assim”. O Marshall virou-se, e disse: “Não tem importância, eu vou te mobilizar e mandar para a França”. [risos] E me mandou para a França. Ele era o ministro da Guerra. Esse era um homem bem diferenciado, tinha uma mentalidade muito boa. Ele foi autor do Plano Marshall.

T.F. – Professor, dentro desta imensa lista que nós temos aqui, eu gostaria primeiro de voltar um pouco à época da criação da USP. Uma das coisas que me tomou de uma certa surpresa foi descobrir nos inquéritos, principalmente no inquérito feito pelo *Estadão* aqui, a não existência de um modelo de Universidade entre os que responderam. Quer dizer, havia resposta de tudo quanto é tipo, apontando em várias direções, havia muita unanimidade quanto a necessidade de Universidade, mas pouca unanimidade quanto ao modelo. O modelo que acaba se impondo estava muito na idéia dos poucos articuladores. Júlio Mesquita... Tenho impressão de que até o Fernando de Azevedo não tinha participação na estruturação do modelo. Ou tinha?

P.D. – Tinha. Havia três pessoas que tinham ...

[FINAL DA FITA 3-A]

P.D. – Na organização da Universidade havia três pessoas que por ela trabalhavam, que são consideradas suas fundadoras, que tinham conhecimento profundo do modelo, e que tinham discutido o modelo. Esses eram, em primeiro lugar, o Júlio Mesquita; em segundo lugar era eu; e em terceiro lugar o Fernando de Azevedo foi posto bem a par pelo Julinho e por mim. Fizemos várias reuniões, nós três, para discutir o modelo, e chegamos a uma conclusão. Queríamos um modelo europeu, e começamos a procurar o modelo melhor. E chegamos à conclusão de que o modelo melhor era o modelo francês. Daí o fato de nós termos contratado um número de professores franceses mais numerosos do que das outras nações.

R.G. – Por que não um modelo americano?

P.D. – Eu considero o modelo americano muito impróprio para uma grande universidade, porque eles têm sempre uma grande predileção pela técnica, pela parte prática. Quer dizer, se formos examinar de acordo com a filosofia universitária francesa, eles dão uma grande importância ao progresso e pouca importância à civilização. Porque nós achamos que não pode existir um país com progresso sem ter civilização, porque senão ele fica um país material, que é o que está acontecendo com o Brasil. Agora, eu trabalhei em três universidades americanas, e trabalhei com muita facilidade, porque sempre fui muito bem tratado por eles. Fiz até um estagio de férias no Faroeste, em Laramie, que é a capital exatamente do Faroeste. Eu passei lá quatro meses dando um curso intensivo para professores, e eu fiquei conhecendo muito bem as universidades norte-americanas. Eram universidades riquíssimas, sob o ponto de vista de instalação, mas não eram tão ricas assim, sob o ponto de vista de alta cultura, porque acontecia o seguinte – isso é observação minha – o estudante americano, ou o professor americano, ele era admirável para fazer a pesquisa, ele fazia a pesquisa honestamente e minuciosamente, mas quando chegava na hora de fazer a síntese da pesquisa, ele lançava mão de um europeu. E

o europeu é quem tomava a palavra e tomava a direção da síntese. Análise era com eles. Agora, a síntese era com os europeus.

T.F. – E a produção, portanto, do Júlio Mesquita Filho era basicamente com esta formação cultural ampla?

P.D. – Ampla, exatamente. Eu queria dar um exemplo, entre parênteses, do que eu falei. Quando eu estava em Wyoming, lá em Laramie, havia um belga, que era professor de Língua Francesa na Universidade. Ele, então, um dia veio desesperado me procurar, dizendo que a Universidade, e outras universidades americanas, queriam suprimir – a França estava ocupada – queriam suprimir o ensino da Língua e da Literatura Francesa nestas Universidade, substituindo pela Língua Síria, porque com a Síria eles tinham muitas relações culturais, por causa de pesquisas arqueológicas, e a França estava liquidada, nunca mais a França se levantaria.

Aí eu disse: “Não, isso é um absurdo completo”. Então, fizemos um manifesto em Wyoming, que foi adotado em algumas outras universidades por professores que pensavam como nós. E eles desistiram de extinguir o ensino da Língua Francesa. Por aí, vocês vêem a mentalidade universitária dos Estados Unidos, naquele instante. Era esse o exemplo que eu queria dar.

T.F. – Então, a idéia do Júlio Mesquita era um universidade basicamente centrada na formação humanística ampla. A Ciência não era uma ciência pragmática, mas era uma ciência global.

P.D. – Era uma ciência global, e com pesquisa profunda, completamente integrada. Mas pode dizer que é o modelo europeu, porque a Itália pensa assim, a Alemanha pensava assim naquele tempo, a Inglaterra pensava assim, e a França é que pensava mais assim.

T.F. – E como é que a elite paulista de quatrocentos anos reagiu a essa idéia?

P.D. – Reagiu muito bem, por uma razão muito simples, porque não conheciam a idéia. A gente dizia: “A Universidade é isso”. E eles apoiavam. A gente dizia por alto. Só não fomos apoiados pelos medíocres, que queriam ser professores da Universidade, e pelo clero.

T.F. – Mas a elite paulista apoiou?

P.D. – Apoiou totalmente.

T.F. – E em que forma era este apoio?

P.D. – Manifestações. Antes de abrimos a Universidade, nós anunciamos uma série de conferências pelos professores. E nesse tempo, todos os homens cultos, toda a mocidade culta de São Paulo, e do Brasil, de uma maneira geral, sabia falar francês, porque nós tínhamos escolas francesas que nem ensinavam português. Principalmente as mulheres. Daí o grande êxito dessas conferências perante as mulheres, que tinham 80% de mulheres presentes. Então, essas conferências calaram fundamente o ânimo da sociedade paulista. Aí, foi que Lévi-Strauss fez as primeiras conferências dele, o Arbusse Bastide fez, o Fantappié. A colônia italiana era grande. Havia quase mais italianos em São Paulo do que brasileiros. E de modo que eles vendo aqueles grandes professores italianos, imediatamente, até os fascistas apoiaram. O Fantappié teve um grande sucesso, porque ele falava muito bem.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

T.F. – A gente estava falando do apoio.

P.D. – Foi generalizado, não só aqui, em São Paulo, mas no Brasil inteirinho.

T.F. – Mesmo nos grupos de industriais que estavam começando?

P.D. – Principalmente. Porque havia industriais inteligentes aqui. Eles eram orientados por um homem muito inteligente, embora ele não tivesse um caráter muito firme, que era o Roberto Simonsen. E o Roberto Simonsen ajudou muito a Universidade no princípio. Depois, ele brigou com o Armando, por causa de uma negociata que ele fez de café. Mas, inicialmente, ele foi um excelente colaborador. E todo mundo foi.

T.F. – Porque eu soube que o Roberto Simonsen esteve metido, um pouco antes, na tentativa de fundação de um instituto de Filosofia, Ciências e Letras.

P.D. – Isso foi pouco antes. Existe até hoje esta faculdade. Nós chamamos de escolinha do Tarso de Almeida. É a Faculdade de Filosofia – como é que chama? – é até uma fundação. Mas quem teve esta idéia não foi o Roberto Simonsen. Quem teve esta idéia foi o Tácito de Almeida, que era irmão do Guilherme de Almeida. Era mais inteligente do o Guilherme, e tinha mais caráter do que o Guilherme, porque o Guilherme era um homem de um caráter muito fraco. O Guilherme de Almeida vai ser um grande poeta, no dia em que morrer o último sobrevivente que o conheceu. [risos] Ele tinha um caráter muito ruim. Dizia o Julinho que ele tinha um caráter assim, porque ele pensava ritmado.

T.F. – Então, o Roberto Simonsen esteve metido no esforço de criação de uma universidade?

P.D. – Universidade não. Ele foi um dos fundadores de uma faculdade de Filosofia. Era a escolinha, como nós chamávamos, do Tácito, e era um grupo muito bom. Era o Tácito, o Guilherme, o Sérgio Milliet, o Carlos Pinto Alves. Eram expoentes intelectuais, e fundaram esta faculdade, que não foi aproveitada para fazer-se dela a Faculdade de Filosofia, por causa do corpo docente que era fraco. Nós queríamos um corpo docente muito firme. Nós pusemos franceses lá. E brasileiros, havia

apenas a mediocridade do Taunay. Eu acho que mais ninguém de brasileiro.

T.F. – E a Escola de Sociologia e Política do Simonsen?

P.D. – É essa que existe aí. Ela funciona até hoje.

T.F. – Mas eu soube também de uma tentativa de criação de uma faculdade de filosofia, pouco antes da criação da Universidade, eu acho que um ano antes.

P.D. – É esta. Porque o Sérgio falava em Faculdade de Filosofia. O Sérgio Milliet era universitário. Ele se formou na Suíça. Ele falava Faculdade de Filosofia. Depois ficou Escola de Sociologia e Política.

T.F. – Ah, é essa que se transformou na Escola de Sociologia e Política, e em 1938 foi anexada, como instituto autônomo, à USP, não é?

P.D. – Não. Ela é completamente independente.

T.F. – Eu acho que ela tem uma ligação.

P.D. – É possível que eles tenham conseguido um reconhecimento qualquer. Reconhecimento deve ter havido, porque senão não poderia funcionar.

T.F. – Agora é que eu estou entendendo melhor essa coisa, porque me parecia que havia uma certa diferença quanto à idéia de universidade entre os grupos de orientação mais industrial, de que o Simonsen seria representante, e o grupo que fundou a Universidade de São Paulo?

P.D. – Não, o Simonsen pertenceu ao grupo que fundou a Universidade de São Paulo. Ele não era membro da comissão, mas ele apoiou integralmente, e houve mesmo um esforço deles e de outros, de fazer a Faculdade de Filosofia através desta escola.

Estava funcionando há um ano só, de modo que não estava nem bem organizada. Mas não aceitamos por isso, pela fraqueza do corpo docente. E nós iríamos humilhar essa gente toda, que era um grupo muito grande de professores secundários. Todos estavam participando dessa Escola de Sociologia e Política.

T.F. – E o desvinculamento do Simonsen desse esforço foi em função da incompatibilidade gerada com o Armando Sales?

P.D. – Não, ele nunca se desvinculou do grupo. Ele representava a Escola Politécnica, e sempre continuou dentro do grupo. O desvinculamento dele com o Armando foi outro. É que o Armando ia fazer um empréstimo na Inglaterra, e o Simonsen veio oferecer a firma que ele representava. Dizia que queria impor uma condição apenas: ele não receberia um tostão de comissão. E depois a censura do Armando detectou uma prosa dele, estabelecendo a comissão para ele, mas pedindo segredo absoluto. Aí, o Armando denunciou, e ele então ficou zangado com o Armando. O Armando não contou não, denunciou pessoalmente. Ia guardar segredo daquilo, mas o próprio Roberto rompeu com o Armando, porque aí ele aderiu ao Getúlio. Isso foi bem depois.

T.F. – Quem aderiu ao Getúlio?

P.D. – O Simonsen. O Simonsen era um homem muito inteligente, mas na realidade ele era apenas um homem de negócios. De grandes negócios.

T.F. – Parece que uma das idéias que dominou a criação da USP foi a implantação de um espírito da ciência experimental, nitidamente ciência experimental.

P.D. – Exato. Pesquisa pura, sem interesses, sem especulação. Agora, essa orientação original, que é mais teórica do que prática, ele foi muito modificada nos primeiros tempos da universidade, com a colaboração dos professores franceses.

T.F. – O senhor poderia falar um pouco sobre essas modificações?

P.D. – Essas modificações foram o seguinte. Eles adotaram, como nós queríamos adotar, a pesquisa pura, mas não queriam abandonar também a pesquisa técnica. Eles queriam também que saíssem de lá homens que tivessem mercado de trabalho. Foi isso só, mais nada.

T.F. – Isso significa que aquela separação entre os institutos profissionais e a Faculdade de Filosofia foi um pouco atenuada?

P.D. – Ela foi atenuada, mas permaneceu. Porque, na realidade, nós também éramos imaturos para fazer a Universidade, porque nós nunca tínhamos tido maturidade universitária. Nós todos, até certo ponto, éramos autodidatas, a começar pelo Dreyfus e terminar no Taunay. De modo que o que nos esclareceu muito a respeito da questão universitária foi o contato com os professores franceses. O Lévy-Strauss, os dois Bastide, o Berbelere – que era professor de Literatura Francesa – e outros. Principalmente a questão da Filosofia. Nós tivemos um grande professor de Filosofia, que fez o início da Universidade, ele se chamava Mognet. Hoje está aposentado. Está na América escrevendo livros.

T.F. – Esses professores estrangeiros voltaram?

P.D. – A maioria deles ficou no Brasil até a Guerra. Na Guerra, alguns foram mobilizados, inclusive o Lévy Strauss.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

T.F. – Esses professores estrangeiros voltaram?

P.D. – A maioria não. O Roger Bastide ficou aqui 14 anos. Agora, os italianos foram, os alemães não foram, porque os alemães já eram exilados. Porque foi ... Como é que

chamam os três professores? Um era o Bresslau, que morreu aqui e deixou a biblioteca dele para a Faculdade de Filosofia. O outro é o Rawitscher, que era o professor De Botânica, se não me engano. E o de Química, o Hauptman. Esses todos ficaram.

T.F. – O Marcus?

P.D. – Não. O Marcus veio depois que morreu o Bresslau. O Bresslau morreu, e foi contratado o Marcus, que ficou aqui a vida inteira, morreu aqui. A mulher dele ainda vive aqui.

T.F. – E dos italianos, parece que o Wataghin ficou?

P.D. – O Wataghin ficou algum tempo.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

T.F. – O senhor tem alguma idéia de como se deu a saída do Wataghin? Porque ele sair depois da Guerra.

P.D. – Tenho. Até já toquei no assunto sem falar no Wataghin. Ele revelou-se imediatamente um grande professor, como a maioria dos outros. Eu até fiquei muito amigo do Wataghin, porque eu gostava muito de xadrez, e o Wataghin era um grande jogador de xadrez, muito superior a mim. De modo que nós nos encontrávamos muitíssimo. Ele vinha jantar conosco, e vinha muito mais cedo para jogar uma partida, e saía muito mais tarde para jogar um outra partida. Mas ele, e a maioria dos professores, principalmente dos professores... Dos professores houve apenas um ou dois que falharam. Um que se chamava ... Era o que o espanhol chama de carca, é um beato, um desses religiosos fanáticos. Como é que se chamava? Era francês, eu fui encontrá-lo na Guerra... O outro era um grande professor de Geografia Humana, que era o... Daqui a pouco eu lembro. Também era católico e francês, Mas em geral, eles não faltaram, de jeito nenhum, eles eram

grandes professores.

O Wataghin, então... Primeiro, o Lévy-Strauss foi combatido pelo grupo de professores reacionários, e desgraçadamente o Julinho aderiu ao combate contra o Lévy-Strauss, junto com esses professores. Porque o Julinho era também um reacionário, um reacionário inteligente, mas um reacionário, e nunca o Lévy-Strauss perdoou isso, porque o Lévy-Strauss era um homem... Ele não tem ódios, ele não tem rancor, mas ele tem memória, aquela coisa do Danton, da Revolução: “Eu não tenho rancor, mas eu tenho memória”. Ele não esquecia. Quando eu comecei a fazer comemoração do *Estado de São Paulo*, há um ano e tanto, escrevi uma carta ao Lévy-Strauss pedindo a colaboração dele. Ele disse: “Você vai me desculpa, mas eu não posso colaborar no *Estado*, porque o que o Julinho fez para mim, eu não posso esquecer de jeito nenhum. Ele escreveu uma carta muito boa”. Você vai me desculpar, porque talvez eu vá atingir até a sua amizade, porque você é tão amigo meu quanto do Julinho. Mas eu precisava ser franco”. Aí eu escrevi para ele e disse: “Não, eu compreendo perfeitamente isso. E mais ainda, eu sempre dei razão a você nessa questão”.

Eu até era o senador do Julinho, porque eu era o poder moderador do Julinho. Parece absurdo eu ser poder moderador de alguma coisa, eu sou até incentivador da luta. Mas do Julinho eu era, porque ele era muito intransigente, e eu consegui fazer um grande equilíbrio no *Estado de São Paulo*, por causa da minha ação junto ao Julinho. Mas o Lévy-Strauss nunca perdoou isso ao Julinho. Agora, o Wataghin fez aqui alguns discípulos realmente notáveis, e o mais notável deles era o Marcelo Damy de Souza Santos. E o Marcelo Damy de Souza Santos foi mordido pela mosca azul. Ele quis substituir o Wataghin, e começou a fazer uma oposição ao Wataghin. O Wataghin nunca disse isso, mas o Wataghin era muito inteligente e muito nobre para isso. Mas o fato foi esse, o Wataghin saiu daqui por causa da hostilidade criada pelo Damy de Souza Santos, que foi o sucessor dele, porque não havia outro melhor. Essa foi a razão da saída do Wataghin. Agora, aconteceu que o Damy, depois, deu todos os passos para trazer o Wataghin várias

vezes ao Brasil. Eu acho que duas vezes ele trouxe o Wataghin e o Wataghin fingiu ter esquecido de tudo. Tratou o Damy do mesmo jeito, e cumpriu a missão para a qual ele foi convidado. E continuou sempre muito amigo da Universidade.

R.G. – Parece que o Wataghin foi um dos professores mais bem sucedidos na formação de gente.

P.D. – É. Teve o Lévy-Strauss e o Roger Bastide. O mais bem sucedido de todos foi o Roger Bastide, porque ficou muito mais tempo, e o Lévy-Strauss fez aqui etnologia de primitivo, porque ele esteve quase dois anos com os índios. E o Bastide fez etnologia de vivos. Fez Sociologia e pesquisas sociológicas.

T.F. – E formou gente como o Wataghin formou?

P.D. – Formou mais ainda. O Florestan Fernandes é um produto do Bastide. O Antonio Cândido é produto do Bastide. Ele tem aqui uma discípula que é uma discípula digna dele, a Maria Isaura Pereira de Queirós.

T.F. – Faz a parte de Sociologia Agrícola.

P.D. – Exato.

R.G. – Professor, no caso da seleção dos professores de Química o Hauptman e o Rheinboldt.. Quer dizer, já ouvi comentários no sentido de que houve uma certa infelicidade na escolha, porque, apesar de serem professores excepcionais e que realmente transmitiram um método científico, teriam sido recrutados na Alemanha, onde a Química era relativamente defasada para a época. Era a Química Analítica. Enquanto que a Química Quântica, que estava nascendo em outros centros...

P.D. – Estava nascendo na França ...

R.G. – Isso é verdade? Como foi isso?

P.D. – Pelo príncipe... Como chama mesmo? O Príncipe... Tinha um nome italiano. É o fundador da Química Quântica. Vocês conhecem, é um homem conhecidíssimo, um homem célebre!

T.F. – Então esse recrutamento na Alemanha teria sido menos feliz?

P.D. – Não. Não sei se foi menos feliz. Talvez os alemães tivessem, como você disse há pouco, um pouco defasados Química moderna, que começava apenas. Porque a Química que eu aprendi, por exemplo, era completamente diferente. Completamente diferente não, no fundo era a mesma coisa. Mas eu aprendi, por exemplo, que: “Corpo simples é aquele que não se altera na sua constituição íntima”. E a Física era aquela que estudava os corpos cuja constituição íntima não era alterada.

R.G. – Só esse nome “corpo simples”.

P.D. – É. Corpo simples e composto, como se dizia. Agora nós temos aí uma Química muito boa. E Bio-Química também. Nós temos aí uma equipe excelente. Senise, por exemplo, é um deles.

T.F. – No início da USP houve um problema com o Instituto de Educação. E com o Fernando Azevedo.

P.D. – Aí o Fernando de Azevedo também foi mordido pela mosca azul. Em respeito ao trabalho feito pelo Fernando na organização da Universidade, quis-se respeitar a posição dele na educação. E procurou-se fundar um Instituto de Educação anexo à Universidade, para não dar ao Fernando o cargo que ele queria, que era de professor de Sociologia.

A Sociologia do Fernando, não era uma Sociologia muito adiantada. Era uma Sociologia de autodidata. Ele era durkeimista influenciado pelo Julinho Mesquita, que, por sua vez, também era um autodidata. De modo que resolveu-se dar ao Fernando o Instituto de Educação. Mas ele lutou sempre para pegar a cadeira de Sociologia. E pegou, quando houve a Guerra, porque os professores de Sociologia saíram. Aí ele foi para a cadeira. Agora, ele foi muito correto depois. Uma vez nomeado professor, ele passou a convidar os grandes professores. Por exemplo: Lucien Febvre é um dos convidados dele. Bastide mesmo. O Bastide veio várias vezes aqui, até voltar definitivamente. Ele foi muito correto. Ele tinha valor, tinha uma ética, o Fernando de Azevedo. Porque, no fundo, o Fernando era um homem de bem. O que enfraquecia o Fernando era a vaidade dele. Ele era um homem profundamente vaidoso. Aquele tipo Rui Barbosa. Rui Barbosa era um gênio e tinha uma vaidade tremenda. O Vicente de Carvalho, o grande poeta, um dos maiores poetas do Brasil, era de uma vaidade uma coisa tremenda.

Havia aqui um estudante de Direito que era um talento fantástico. Se esse sujeito fosse filho de um país culto, ele teria saído um gênio. Chamava Josino Viana. Era do Pará. Morreu louco. O Josino Viana quis conhecer o Vicente de Carvalho, que era tio do Julinho. E o Julinho – que era um homem muito vaidoso, também – o Julinho disse: “Olha, não vale a pena você conhecer o tio Vicente, porque você vai ter uma decepção, porque ele é muito vaidoso”. Aí, ele disse: “Eu faço questão. O Vicente pode ser tudo, porque um poeta da categoria dele tem de ser respeitado até nos seus defeitos”. E o Julinho levou o Josino Viana.

O Vicente era um grande pescador. E numa dessas pescarias ele apanhou uma infecção na mão. E devido à infecção, ele perdeu um braço. De modo que ele não tinha o braço direito. E o Josino foi. Chegou lá, começou a conversar com o Vicente. Eles ficaram conversando durante duas horas. Quando saíram – o Vicente só falou nele – quando saíram, o Julinho perguntou: “Qual foi a sua impressão sobre o tio Vicente?”. Então, o Josino Viana, com aquele brilho que ele tinha,

disse: “Olha, Deus, na sua suprema bondade, tirou um braço ao Vicente de Carvalho, para evitar que ele caísse no ridículo de bater palmas a si mesmo”.
[risos] O Vicente era assim.

T.F. – O Fernando de Azevedo, portanto, também ...

P.D. – O Fernando de Azevedo era vaidosíssimo. Mas não era poeta. E talvez ele fosse mais inteligente.

T.F. – Então essa idéia do Instituto de Educação não fazia parte integrante da concepção do Julinho da Universidade? Isso foi mais uma...?

P.D. – Da Universidade, não, absolutamente. Foi uma concessão, que, aliás, o Fernando de Azevedo merecia, porque ele deu muito boa colaboração.

T.F. – Há uma história que fala sobre o problema de matricular alunos na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, porque havia muito poucos alunos, e que isso foi muito criticado, inicialmente.

P.D. – Foi criticado inicialmente, mas eu não tenho nenhuma notícia do pensamento de se matricular alunos de fora na Universidade, porque não éramos absolutamente ortodoxos nesta questão. Não admitíamos um rebaixamento da Universidade.

T.F. – Agora, realmente, poucos alunos...

P.D. – Havia. Tanto que, na primeira turma, parece que houve 15 formados, uma coisa assim. Uma coisa muito pequena.

T.F. – E isso continuou até quando?

P.D. – Pouco tempo. Nós tivemos que abandonar a Universidade praticamente três anos

depois. E nesse momento já havia uma concorrência muito grande. Porque, no princípio, era Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica. Eles iam para essas escolas. Eram escolas profissionais, por assim dizer. Não tinha entrado em vigor ainda, por falta de tempo, a substituição dos professores secundários pelos licenciados da Faculdade de Filosofia.

R.G. – Essa idéia era original da Faculdade de Filosofia: ter também a formação de licenciados?

P.D. – Principalmente isso: a formação dos professores secundários é a formação dos pesquisadores e professores universitários. Mas os professores universitários, por enquanto, estavam substituídos pelos professores estrangeiros, que estavam ensinando a pesquisar e estavam ensinando ciência e ciência pura.

R.G. – Isso era o modelo francês? Quer dizer, uma faculdade de Filosofia que forma pesquisadores e licenciados?

P.D. – Modelo francês. E também a organização do ensino secundário era modelo francês. E o liceu francês. Onde as Humanidades são ensinadas em profundidade. Nós queríamos fazer isso também. Tanto que estava por se iniciar, no ano de 1938, o ginásio modelo. Modelo exatamente dos liceus franceses. Porque o ensino secundário ele é muito mais importante, na realidade, doutrinária ou teoricamente, do que o ensino Universitário. É no ensino da Faculdade de Filosofia que eles aprendem a pensar. E aprendem a ser professora.

T.F. – Nesse primeiros anos da USP, como é que foi o apoio financeiro?

P.D. – Completo.

T.F. – Por parte de quem?

P.D. – Do Governo do Estado. Só.

T.F. – Não houve apoio de grupos privados, indústrias?

P.D. – Não. Nenhum apoio. Até hoje não há. Grupos privados não...

T.F. – Esse apoio continuou sempre assim, ou com a saída do Armando...?

P.D. – Não. Com a saída do Armando houve uma queda na Universidade, porque quem substituiu o Governo do Armando foi o Ademar de Barros, que era um inimigo do Getúlio. O Ademar esteve uma vez na Assembléia Legislativa e teve essa expressão: “Eu prefiro tocar na mão de um leproso a tocar na mão do Sr. Getúlio Vargas”. E ele, depois, se confessava amigo de Getúlio Vargas.

T.F. – E aí houve uma queda, não é?

P.D. – Houve uma queda. Por exemplo, o Taunay aposentou-se. E foi substituído pelo Alfredo Ellis, que é um bom rapaz. Era nosso adversário, do PRP, muito combativo contra nós. Mas ele era maluco. Às vezes, tinha saídas completamente desequilibradas. Eu mantive, até por milagre, eu acho, porque ele sempre foi muito meu amigo ... Considero isso humildade, porque eu replicava com muita rigidez as idéias e as expressões do Alfredo Ellis, que era separatista. Eu nunca fui separatista. Todos os povos, hoje em dia, querem ser grandes países, e agora os grandes países querem ser pequeninos povos. Querem separar aqui, separar ali, fazer pequeninas nações. Exatamente no momento em que a nação está desaparecendo. E o Alfredo era separatista. Ele chamava: “Este colosso esqualido chamado Brasil”. Definição dele [risos]. Ele foi substituir o diretor da Faculdade de Filosofia.

T.F. – Ele chegou a ser reitor, durante uma época?

P.D. – Não. Ele fez concurso e conquistou a Cadeira de História do Brasil, para a qual ele estava preparado, sob o ponto de vista de conhecimento...

T.F. – Factual.

P.D. – É, conhecimento atual e conhecimento, também...

T.F. – Factual que eu digo.

P.D. – Exato, factual. Mas não estava preparado, porque não tinha o espírito filosófico para a crítica histórica.

T.F. – O senhor agora levantou um ponto que sempre me intrigou. O senhor disse: “O Ellis era um inimigo nosso porque era perrepista”.

P.D. – Exato.

T.F. – Eu vou lhe fazer uma pequena provocação.

P.D. – Pode, eu gosto.

T.F. – A Universidade era do Partido Democrático?

P.D. – Não. Não podia ser de jeito nenhum. A Universidade tinha, talvez, uns 25 professores estrangeiros. Não podia ser do Partido Democrático. E, na realidade, do Partido Democrático, dentro da Universidade, havia o Porchat, que foi um dos três ou quatro maiores reitores da Universidade. Havia o Almeida Júnior, que era um grande especialista de Educação. Mas havia também, o Fernando de Azevedo, que era perrepista. Ele não era perrepista militante, mas era perrepista de espírito, de pensamento. E a maioria ... O Plínio Airosa, que era grande amigo nosso, que apoiou imensamente a Universidade, que foi professor da Universidade. Era

perrepista. E, assim, uma porção deles nunca foi do Partido Democrático. Mesmo porque, vou dizer uma coisa, o Partido Democrático não tinha gente competente para ser professor da Universidade. Ninguém, Absolutamente ninguém. Só aqueles professores que ajudaram a formá-la, que eram o Porchat e o Gama Cerqueira. E acabou. O Cardoso de Melo Neto era perrepista.

T.F. – Sim, mas as pessoas que estavam articulando a Universidade, os verdadeiros articuladores da Universidade?

P.D. – Eu vou citar os verdadeiros articuladores da Universidade. Vicente Rao era do Partido Democrático. Nunca fez política. Era apenas Consultor Jurídico da Universidade. Um grande professor. Henrique Rocha Lima só foi pesquisador e cientista. Dois. Tinha o companheiro do Rocha Lima, só cientista que não morreu ainda. É um dos poucos que estão vivos. Não me lembro agora o nome dele. Mas era um pesquisador de Fitopatologia. Não tinha nada, nada com o Partido Democrático. Vamos ver mais. O Fonseca Teles, que era do Partido Democrático. Mas era um homem de alta cultura. Ainda tem mais. O Teodoro Ramos era perrepista. O André Dreyfus era apenas cientista. Nunca foi do Partido Democrático e nem do Partido Constitucionalista, que foi quem sucedeu o Partido Democrático. Seis. Estão faltando ainda uns dois. Reinando Porchat era do Partido Democrático. Quem mais? Mas eram todos assim. Os que eram democráticos eram homens de pouca atividade política, ou de nenhuma atividade política. O Julinho achava, como o pai dele achava, que a direção do *Estado* não poderia ser entregue a um partidário. Porque ele foi partidário e achava que havia sido um mau diretor do *Estado de São Paulo*. Ele foi grande jornalista. Mas, na realidade, ele defendia menos o *Estado de São Paulo* do que sua doutrina política. O Julinho não era do Partido Democrático.

Principalmente eu é que ajudei a lançar essa pecha sobre o Partido Democrático, porque eu era um dos mais ativos na formação da Universidade. E eu sempre fui visceralmente anti-perrepista. De modo que isso é uma injustiça que se faz ao

Partido Democrático. Ele não era isso não. Tinha muitos defeitos. E tinha, principalmente, defeitos perrepistas, porque a maioria daqueles que labutavam ativamente no Partido Democrático tinham sido perrepistas. De modo que tinham aquela mentalidade.

Basta dizer o seguinte: quando nós fomos para o Governo, a maior luta que eu tive dentro da Prefeitura foi acabar com a influência do Partido Democrático. Porque era aquela mentalidade do emprego público. E eu, absolutamente, não deixei entrar ninguém, a não ser por concurso, dentro da Prefeitura. E isso aconteceu, também, com o Clóvis Ribeiro, que foi Secretário da Fazenda do Armando, e um dos mais ilustres oficiais do Armando. Ele era, também, visceralmente contra a política partidária dentro da administração. De modo que o Partido Democrático não merece... Merece outras coisas.

Eles quiseram, por exemplo, fazer uma eleição suspendendo multas e coisas assim, que a Secretaria da Fazenda e a Prefeitura aplicavam. E houve uma crise dentro da Prefeitura. Eles pediram ao Armando para falar em nome do Partido com o Fábio Prado para suspender as multas e a hostilidade a membros do Partido Republicano. E, então, nós fizemos uma reunião da Prefeitura. Primeiro eu tive uma conversa longa com o Fábio Prado. Disse: “Olha, você está tendente a aceitar esta proposta governamental que foi trazida aqui a você. Você é o que menos autoridade tem para aceitar isto, porque você é rico, um homem que não depende desta gente. Se você quer fazer isto, você pode fazer de duas maneiras: renunciando ou, então, inventando uma viagem ao exterior para tratar da saúde. Aí vem alguém aqui que faz isso. Mas eu saio, imediatamente, da Prefeitura”.

Eu era o número dois dele. Minha posição na Prefeitura era uma posição singular. Quando o Fábio foi convidado pelo Armando para ser prefeito – era o governador que nomeava – ele impôs uma condição: “Eu aceito se levar como chefe do meu gabinete o Paulo Duarte”. Eu estava com a minha banca de advogado funcionando. E o Armando disse: “Mas isso para mim é até agradável, porque o Paulo é meu

companheiro do *Estado*, há muitos anos, de modo que, para mim, é até agradável”. Então, ele veio me falar isso: “É o seguinte. Não compreendo uma cidade como São Paulo que não me trate também da cultura. Porque, na realidade, a administração de uma metrópole não é ponte, não calçar, não são obras públicas, é, também, cultura. E eu preciso, dentro do meu Governo, assinalar isto, com a criação de uma coisa qualquer nesse sentido”. Então, o Fábio veio falar comigo. Eu disse: “Bom, nessas condições, estou quase aceitando o seu convite”. Ele disse: “Não, você tem que aceitar, porque eu, de organização cultural, não entendo. Mas entendo muito bem de finanças e administração de fábricas”. Porque não existia essa coisa que se chama hoje “Administração de Empresas”.

Ele era diretor de uma das maiores fábricas de São Paulo, a Crespi. Era do sogro dele, e dele também, porque era da mulher dele. Então, ele dizia: “eu não entendo disso. Você é que pode formar um programa de cultura para nós levarmos a cabo. Eu queria que você pensasse nisso e, depois, me apresentasse o plano. Eu me comprometo com você a não discutir coisas de cultura. Só quero que você me dê satisfações sobre as despesas necessárias para executar o programa de cultura, porque disso eu entendo. Isso é comigo mesmo. Por outro lado, não quero que você se intrometa na organização financeira da Prefeitura. Prefeito”. E assim foi. Nunca tive a menor queixa do Fábio Prado. Duas ou três dúvidas que tivemos, escrevi carta a ele expondo – vai sair nas minhas *Memórias* – e ele, imediatamente, respondia aqui a minha casa. “Vamos afogar isto numa Champanha”. E nos afogávamos numa champanhe.

Eu pensei no Departamento de Cultura, que era um conversa que nós tínhamos. Não sei se você leu?

T.F. – Li sim.

P.D. – Era uma conversa que nós tínhamos dentro de um apartamento que eu tinha aí. E o grupo era todo ele alheio a... E alguns até perrepistas, como o Guilherme de

Almeida, que sempre foi perrepista. E, então, eu apresentei a ele o projeto do Departamento de Cultura. Ele leu o projeto e disse: “Isso é grande demais para São Paulo”. Eu falei: “Sim. Mas isto pode ser feito por etapas. Você conversa agora com o Armando”. Ele era secretário do Armando. O Armando mandou me chamar: “Olha, o programa que você fez é muito bom. Mas, agora, é um programa inviável para São Paulo. Mas nós podemos começar pela parte mais acessível à mentalidade paulista, que são os parques infantis”.

T.F. – É, os parques recreativos.

P.D. – “Então, está certo, Eu vou fazendo os parques infantis e, sucessivamente, os outros, à medida que as seções fundadas corresponderem sob o ponto de vista de popularidade”.

E nós fizemos os parques infantis. Fiz com muito cuidado, e com muito cuidado também na propaganda. Tanto que os meus propagandistas maiores eram o Miguel Osório de Almeida, o Afranio Peixoto e o Anísio Teixeira. Eram os três.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

R.G. – Os parque infantis.

P.D. – Ah! O introdutor dos parques infantis em São Paulo não fui eu.

[FINAL DA FITA 3-B]

O introdutor dos parques infantis foi Iaia Ameno, que fez o primeiro parque infantil. Só este que ele realizou. Mas não tinha organização científica. Era apenas um depósito de crianças que iam ao parque para passar o dia, se divertir e, depois, à tarde, eram apanhadas pelos pais. Este era parque infantil existente. Agora, eu dei uma organização científica aos parques infantis. Era o começo da vida infantil, sob o ponto de vista mental. A criança que ia para o parque infantil não ia para

aprender a ler, nem para ter professor de educação ou de instrução. Ele ia para conviver. O convívio era dirigido sempre por uma professora que conhecia psicologia e sociologia infantil. De modo que a criança ia aprendendo a ter bons modos, sem ser ensinada a ter bons modos. Tinha uma ficha biotipológica, para o registro diário do procedimento da criança, e havia a assistência que se dava às crianças. Como nós tínhamos pouco dinheiro, eu consegui com os frigoríficos de São Paulo o fornecimento gratuito do lance das crianças. E consegui com duas ou três usinas de leite, o fornecimento gratuito do leite necessário. Eles não falharam. Foi uma contribuição industrial excelente que eu tive. Consegui também, do Fábio Prado, que era o prefeito, que ele me fornecesse, da fábrica Crespi, os tecidos necessários para fazer os calções para as crianças, que eram calções vermelhos.

Aquilo, foi um êxito fantástico. Tanto assim que, quando o Afrânio Peixoto veio aqui, ele imediatamente quis telefonar para o Anísio Teixeira, que era meu companheiro dessas aventuras, e o Almeida Júnior, que era um grande psicólogo e conhecia Educação muito bem. Ele também se interessou. Fora o Fernando Azevedo, que era nosso companheiro, por assim dizer, que eu chamava quando fosse preciso. De modo que não começamos com os parques infantis vitoriosamente, porque a instalação já estava feita. Não havia era a parte científica. A parte científica eu pus, com o auxílio do Anísio e do Almeida Junior.

Este parque infantil, no parque D.Pedro II, teve tanto êxito que fomos obrigados a instalar imediatamente mais dois parques infantis. Um no Ipiranga, que era um bairro operário, e outro na Lapa, que era um bairro operário maior. Quando deixamos a prefeitura, três anos depois, os parques infantis eram uma coisa absolutamente vitoriosa. Tanto que o Prestes Maia, que era um homem profundamente medíocre, quis acabar com os parques infantis, e não conseguiu.

Esta organização, que aliás nós estendemos, sob o ponto de vista técnico e científico, a toda a prefeitura. Ela está codificada pelo Ato 1146, de junho de 1936. Aí está toda a prefeitura organizada. A organização foi tão bem feita que o

professor de Direito Administrativa da Faculdade de Direito, que era um homem inteligente, o Mário Mansargão, fez o programa dele de um ano de ensino de Direito Administrativo com o Ato 1146, que era uma organização pública feita em todos os sentidos administrativos. Desenvolvemos a música, o teatro e a pesquisa sociológica.

Aí há um fato muito interessante. O diretor da Documentação Histórica e Social... estavam juntas e depois foram separadas, história para um e social para outro, devido ao desenvolvimento dos trabalhos. O diretor desta divisão era o Sérgio Millet, que tinha estudado Sociologia na Suíça, e era um dos poucos que entendia de Sociologia, mas mesmo do que o (?) e o Fernando Azevedo, que eram durkeinianos. E o Sérgio Milliet começou logo a organizar uma pesquisa social dentro de São Paulo, bairro por bairro. E conseguiu terminar a pesquisa num bairro inteiro, porque dentro do bairro era quarteirão por quarteirão. Foi o bairro de Santa Efigênia. Aí, ele encontrou um grande auxiliar num sociólogo chamado Bruno Rudolfer. Eles fizeram, então, o levantamento de todos os bairros de Santa Efigênia, com gráficos, cartazes etc. Nessa ocasião, se realizou em Paris um grande congresso de população, na exposição que foi feita em 1937. E foi convidado o departamento de Cultura. Então, o Sérgio Milliet, que foi representar o departamento de Cultura, levou estes documentos todos. O presidente desse congresso de população era o professor Bourdon, da Sorbonne. E o professor Bourdon, quando viu estes documentos, teve esta expressão textual, que foi publicada na *Revista do Arquivo de São Paulo: Pur la premêre foi, nous conneçon une villevue au microscope*. E foi um sucesso enorme, tão grande que a cidade de Praga criou um departamento de Cultura de acordo com o paradigma de São Paulo. E Paris criou o departamento de Cultura, que existe até hoje, e que foi aperfeiçoado pelo Malraux, quando ele foi ministro.

T.F. – Em que consistia esse levantamento do Sérgio Milliet?

P.D. – Levantamento sociológico. Por exemplo, vou pegar um quarteirão, casa por casa.

Ele verificava as profissões, as atividades que dominavam nessa casa, e as condições econômicas, as condições sociais e de higiene. Houve até uma experiência muito bonita. As crianças dos parques infantis, quase todas, apresentavam um grande número de piolhos. Só numa criança foram encontrados mais de 200 piolhos. Mas a professora tirava os piolhos, tratava da criança. Mas a criança ia para casa e contaminava-se novamente. Então, foi ensinada a criança a ensinar os pais. É o método do Anchieta que conquistava as selvagens pelos curumins. De modo que fizemos pelo departamento de Cultura que fundaram uma sociedade de pais das crianças que frequentavam os parques infantis. Quando havia uma festa no parque, eram os pais que vinham enfeitar e ajudar a realizar a festa. Era uma coisa tocante. O Mário de Andrade ficava comovido todas as vezes que ia visitar um parque infantil. Porque tanto a professora de Instrução Física quanto a professora guia, por assim dizer, de Sociologia, que eram selecionadas por concursos rigorosos, concursos que eram dirigidos pelo Sérgio Milliet em pessoa, e com a presença do Fernando de Azevedo, do Anísio Teixeira e do Afrênio Peixoto, que foi conquistado por nós para isso, e que depois me auxiliou muito para organizar o Instituto de Assistência aos Condenados ...

T.F. – Essa experiência sobreviveu quanto tempo?

P.D. – Até hoje. Não conseguiram acabar com os parques infantis.

T.F. – Na mesma filosofia?

P.D. – Até há pouco tempo na mesma filosofia. Mas um sujeito, que entende muito de Cultura, de Sociologia e de Filosofia, transformou os parques infantis em institutos pré-escolares, o que é uma estupidez. Porque nós fazíamos a estrutura pré-escolar mas sem que a criança sentisse. Eles não, eles puseram professores primários. Acabaram com a filosofia do parque. Mas está aí funcionando.

Outra coisa que eles tiraram. As crianças que podiam ir para o parque. Começava

pelos bebês. Havia assistência a eles até os 11 anos. Dos 11 anos aos 18 vinham os campos de atletismo. Estes já eram governados pelos próprios adolescentes. Aí entravam piscinas, entravam... Este estádio do Anhangabaú, onde fazem o futebol profissional, este estádio era o primeiro dos campos de atletismo. Depois aproveitaram para fazer o futebol. Não estava inaugurado quando deixamos o Governo. Este era o primeiro estabelecimento. O segundo parque de atletismo seria a sede do Jockey Clube, na Mooca. Nós tínhamos tirado o Jockey Clube de lá, e ele passou para o Morumbi. Então, fizemos o segundo parque de atletismo. Mas eles acabaram logo com aquilo, e transformaram num depósito da prefeitura, ou coisa que o valha, porque aí veio a anticultura.

R.G. – Professor, esse tipo de conhecimento está vivo dentro da universidade?

P.D. – Está, até certo ponto. Tanto assim que o Mindling, quando foi secretário, conseguiu tocar para frente um projeto de uma Casa de Cultura, Está parado hoje, evidentemente, desde quando Mandling saiu. Mas o principal já está até construído. Está parado, mas já está construído. Isto não se perdeu, absolutamente. Os ensinamentos do Departamento de Cultura perduram até hoje. E por sinal não só em São Paulo. Perduram no Brasil, porque os parques infantis no Rio de Janeiro foram feitos pelo paradigma de São Paulo. No Rio Grande do Sul a mesma coisa.

Agora, seria bom vocês conhecerem o Ato 1146. Eu acho muito difícil vocês obterem isso, mas posso emprestar. Tenho um exemplar, e isto me faz muita falta. Vocês tiram uma xerox do exemplar. Eu tinha muitos, mas fui dando, porque a gente vai dando nestas oportunidades. Aqui está o Ato 1146

T.F. – Muito detalhado, não é?

P.D. – Completamente. A organização da prefeitura, que começa pelo gabinete do prefeito e termina na faxina. E a regulamentação dos funcionários.

Por exemplo, não havia nem uma lei trabalhista em 1934. Quem fez a primeira lei trabalhista no Brasil fui eu, para o Fábio Prado, e que demos de presente aos choferes e lixeiros de São Paulo, no natal de 1935. Faz parte disso aqui, porque os operários municipais não tinham garantia da espécie alguma. Um capataz podia demitir um operário. E nós demos um regulamento. O operário estava dividido em três estágios, em três categorias. Me dá licença de consultar. Essa lei foi feita por mim e tive um colaborador formidável, para me ajudar, que foi o Paulo Barbosa de Campos Filho, que era diretor do Departamento Jurídico, e eu o levei para a Prefeitura. Ele me ajudou nisso fantasticamente.

Férias, por exemplo. Havia uma lei pela qual o funcionário poderia contar as férias em dobro, desde que não gozasse as férias. Nós suspendemos isso. Porque as férias não são um direito do funcionário, é um dever imposto pela administração. O funcionário precisa descansar, como uma máquina. De modo que o funcionário não podia mais descontar as férias em tempo de serviço. Era obrigado a gozar as férias. E isto foi um barulho. E outro barulho político, principalmente este, é o seguinte: nós liquidamos com a promoção por antiguidade. A promoção era só por merecimento. Por antiguidade não havia promoção. O sujeito que fosse mau funcionário poderia ficar 30 anos, que ficava no mesmo lugar. E isto tirou a vadiagem, principalmente a vadiagem eleitoral da Prefeitura. Isto provocou uma grande celeuma política, mas nós resistimos. Tinha mais coisa. Tivemos ma coragem e a originalidade de estabelecer o Departamento de Divertimentos Públicos e Turismo. Turismo não existia em lugar nenhum. Mas colocamos o turismo, porque sabíamos que era um absurdo. Turismo num país que não tem hotéis, não tem estradas e não tem o que mostrar. Só paisagens que podia mostrar. Nós estabelecemos isto para completar o Departamento de Cultura.

Deixa ver. Artigo 173. Fizemos um Código Florestal Municipal, que funcionou admiravelmente bem. É o que se salvou. Salvaram-se alguns parques aí, outros foram, imediatamente depois, loteados. Ah, lembrei agora. A primeira classe de operários era estagiários, a segunda pré-efetivos e a terceira de efetivos. Os

estagiários só podiam ser demitidos mediante sindicância. Os pré-efetivos e efetivos mediante inquérito administrativo, depois da sindicância. Aí, estabeleceu-se a personalidade do operário, que não existia aqui em São Paulo.

Organização, está aqui. “Constitui o Departamento de Cultura o Gabinete do Departamento, e as seguintes divisões: Divisão de Expansão Cultural”, da qual era diretor o Mário de Andrade. “Divisão de Biblioteca”, de qual era diretor o Rubens Borba de Moraes. “Divisão de Educação e Recreio”, da qual era diretor o Nicanor Miranda, que foi o único que falhou, porque, quando veio o Getúlio, ele aderiu imediatamente, para fazer carreira. “Divisão de Documentação História e Social”, da qual era diretor o Sérgio Millet. “Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos”, que não chegou a ter titular, porque ainda não estava funcionando. Agora, nessa Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, nós tínhamos essa coisa original... Agora, aqui, o Artigo 231 diz o seguinte. “A Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos dará as necessárias providências para instalação, na cidade de São Paulo, de um restaurante destinado a estilizar a culinária brasileira e fazer a propaganda dos produtos e gêneros alimentícios nacionais”.

“Parágrafo primeiro: para instalação desse restaurante, entrará a Divisão em entendimento com técnicos de competência notória, com os quais fará o estudo necessário, apresentando oportunamente um relatório circunstancial ao prefeito”.

“Parágrafo segundo: o restaurante referido no artigo anterior, que será subvencionado e ficará sob a direta fiscalização da Divisão do Turismo organizará programas especiais, por ocasiões de festividades, exposições, certames e festas populares”.

Então, disseram que nós estávamos sempre voltados para comilança, que queríamos restaurantes para isso. Eu dei ao diretor do Hotel Terminus, que era um sujeito formado na Suíça em cozinha e vinhos. Era quatro anos de cozinha e dois anos de vinhos. Na Europa isto é considerado de uma importância enorme. Ele fez

um projeto maravilhoso. Projeto de início, com seu desenvolvimento. Mas não foi possível. Não deu tempo de ser instalado. Isso foi elogiado pela sociedade Culinária de Paris e pela Academia dos Gastrônomos. E quem fez o discurso lá em Paris foi o Coumonski, que era o presidente. Até isso nós colocamos dentro da Prefeitura. Mas isso infelizmente era civilizado demais para São Paulo.

Você leva isso, então?

T.F. – Eu levaria mas com todo cuidado, e lhe mandaria imediatamente de volta, talvez por intermédio da representação da Finep aqui em São Paulo, porque eu fico com muito medo dessas raridades. Tiraríamos xerox, não de tudo, mas exatamente dessa parte cultural.

P.D. – Pois é, nem a Prefeitura tem isso. Somente precisa tirar a parte da cultura, porque a parte administrativa não precisa, porque isso já está muito modificado depois da eletrônica e dos computadores. Já está muito modificado. Fomos os primeiros a adotar máquinas aqui. Não eram eletrônicas, naquele tempo. Eram máquinas Rolerit, que nós adotamos no Departamento da Fazenda. Toda a contabilidade da Prefeitura começou a ser feita no Departamento da Fazenda com máquina. Mas não só da Rolerit não, porque pusemos várias. Tinha aquela ... Foi um técnico da Light que me trouxe essas informações.

T.F. – O senhor diz isso nas *Memórias*. Professor, voltando ao assunto do apoio à USP. O pessoal do café?

P.D. – Ele foi muito colaborador, o pessoal do café. Porque aconteceu aquele fenômeno do Anchieta, os filhos ensinaram os pais. Eles começaram a aprender com os filhos que vieram para a Universidade, porque muita gente correu para a Universidade. Não havia faculdades, no interior. Havia a escola de Piracicaba e só. Não havia mais nada. Só havia ginásio. O Armando pegou o Governo com um ginásio no Estado de São Paulo, e deixou o Governo com 20 e tantos ginásios.

T.F. – Antes os ginásios, basicamente, eram particulares?

P.D. – Exato. Principalmente religiosos, de freiras e padres. Com a criação da Universidade começou a fluir para cá gente das principais cidades, Ribeirão Preto, Bauru, Jaú, Campinas, Santos etc. Aí, a Universidade começou a encher. E depois encheu mais ainda, por relaxamento, quando os exames decaíram completamente. Suspenderam até a prova escrita.

T.F. – É isto que me intriga um pouco. De que maneira as reformas, principalmente a Reforma Capanema afetou a Universidade aqui?

P.D. – A Reforma Capanema não afetou a Universidade. A decadência da Universidade não veio de fora para dentro. Veio de dentro para fora.

T.F. – Como se deu isso:

P.D. – Deu-se assim. Depois que o Ademar entrou, os professores secundários, alguns até velhos demais, começaram a invadir a Universidade, e ela começou a cair também no seu ensino.

T.F. – Não houve um problema com a filosofia educacional do Governo central?

P.D. – Não houve, absolutamente. Porque a Reforma Capanema não atingia o fundo da Universidade. Atingia superficialmente. E a Universidade se defendeu muito bem, durante certo tempo, enquanto a equipe de grandes professores era enorme.

Porque, pode-se dizer que 95% dos professores eram realmente professores, com os estrangeiros e com os nacionais. Mas já havia um certo número de medíocres, e esse medíocres começaram a invadir a Universidade a partir de 1937, com o golpe de Estado do Getúlio. Aí começaram a invadir a Universidade. Foram crescendo

sempre.

T.F. – O que significa que, dentro da filosofia, primeiro da Reforma do Chico Campos, e depois da Reforma Capanema, era possível fazer uma grande universidade?

P.D. – Era possível ainda, porque eles não se sentiam com força bastante para impor, principalmente o Chico Campos, que era o mais inteligente. O Chico Campos queria impor imediatamente o estado totalitário de direita. Tanto que foi ele que fez a Constituição de 1937. Mas eles não tinham força para isso, porque havia muita dissensão dentro do país e muita ameaça de contra-revolução, como eles chamavam, Mas eles iam avançando aos poucos. E com o auxílio do Plínio Salgado, que era um homem inteligente e fascista até a raiz dos cabelos. Enquanto nós estivemos, eles não tocaram na Universidade e, pode-se dizer que nos dois ou três primeiros anos no Estado Novo, o Chico de Campos não conseguiu influir dentro do ensino universitário e mesmo no ensino de ginásio, que estava mais ou menos dirigido para o liberalismo e não para o totalitarismo de direita.

T.F. – Como e quando essa filosofia mais totalitária do ensino acabou se impondo?

P.D. – Começou a impor-se com a presença do Plínio Salgado na Câmara dos deputados . Ele atendia do assunto e começou a fazer umas lezinhas fascistas, levemente, depois foi aumentando etc. E isto foi crescendo porque a política profissional se aproveitava disso. O Estado Novo se aproveitou enormemente dele. Foi no período do Estado Novo que houve a decadência do ensino. Pode-se dizer que antes do Estado Novo nem ensino havia, pois as escolas normais eram muito poucas. No Estado inteirinho havia duas em São Paulo, uma em Campinha e uma em Santos. Depois foram criadas escolas normais e saíram moças analfabetas por todos os lados.

R.G. – Com relação à Universidade do Distrito Federal, o senhor tem notícias se foi o mesmo processo, porque ele termina por volta de 1937, 1938?

P.D. – Termina. Ela foi feita pelo Pedro Ernesto, e quem ajudou o Pedro Ernesto a fazer a Universidade foi o Virgílio Melo Franco, o Rodrigo Melo Franco e o Mário de Andrade.

T.F. – E o Anísio Teixeira, evidentemente.

P.D. – Não tem dúvida. Mas nesta ocasião ele estava morando na Bahia, depois é que veio o Inep, que ele tomou conta do Inep.

T.F. – Por que a resistência à Universidade do Distrito Federal? Não era a mesma filosofia da USP aplicada lá?

P.D. – É o seguinte. É que o Pedro Ernesto, que era governador do Distrito Federal, era um homem essencialmente político. Ele dava muito mais importância à política do que à cultura. Ele não teve para com a Universidade do Distrito Federal o mesmo rigor que nós tivemos aqui para instalar a Universidade de São Paulo. Foi a primeira organizada depois da Universidade de São Paulo. Depois é que veio a Universidade, que já existia antes dessa, mas não tinha estrutura científica, a Universidade de Curitiba, e depois a do Rio Grande do Sul, que é uma Universidade até passável, que a gente tem que respeitar, porque ela está resistindo bem.

As faculdades existentes influíram muito para a resistência contra a organização universitária nossa. A Bahia, por exemplo, tinha uma Faculdade de Medicina, que era histórica, que era tradicional. E como mandava aqui a Faculdade de Direito, na Bahia mandava a de Medicina, e em Pernambuco mandava a de Direito, que eram as antigas. Elas não queriam perder as suas hegemonias. Elas resistiram muito, essas velhas faculdades. Aqueles dois grupos não se que digladiavam, mas dissentiam dentro da organização da Universidade. Um para o qual não se devia admitir as escolas antigas, porque elas viriam contaminar a Faculdade de Filosofia;

e outro que achava, que a Faculdade de Filosofia é que desintoxicava as Faculdades. Elas acabaram vencendo, introduzindo a sua mentalidade.

T.F. – Uma outra provocação. Num discurso, Júlio Mesquita começa dizendo: “Vencido pelas armas”... e por aí vai para justificar que a Universidade da USP seria um instrumento para que São Paulo retomasse a hegemonia perdida. Isto dá a impressão de um ato político.

P.D. – Era um ato político. Mas o sentido do discurso do Julinho é o sentido cultural, é a conquista do Brasil pela cultura. E a cultura estava na Universidade de São Paulo. Leu todo o discurso dele?

T.F. – Li.

P.D. – Inclusive quando ele falou que os profissionais malogrados é que eram chamados para ser professores?

T.F. – Exatamente. Isso significa que a ciência política tem certa relação?

P.D. – Evidente. E devem ter. A Sociologia não pode deixar de existir dentro da Política.

T.F. – Portanto, todos os benefícios que a criação da USP trouxe para a ciência brasileira, foram a partir então de um ato político?

P.D. – Foram, evidentemente. A fundação de uma Universidade é um ato político. Porque, na realidade, foi...

T.F. – ... foi um ato político.

R.G. – Um ato político de quem, professor? Da elite paulista ou ...?

P.D. – Do Governo Armando Sales de Oliveira. A vida republicana, no Brasil, tem sido

uma demência. È uma série de atos de loucura, e sempre negativos, porque os atos de loucura são como mutações: raramente é para melhorar, em geral é para não melhorar. A vida política do Brasil foi um desastre, a republicana, não é? Eu não falo muito nisso, porque sou republicano, sou pela república verdadeira, e não por isso que está aí. Eles então agiam dessa maneira desde 1889. Basta dizer que, um ano depois, já havia os arrependidos, entre os propagandistas da república, aqueles que diziam que “esta não é a República dos meus sonhos”. Como os principais, o Silva Jardim, por exemplo, e outros.

E veio aquilo num tocando. Primeiro começou logo o caudilhismo militar, que já se tinha manifestado em Piratini e arrebentou com o golpe do Deodoro, logo depois da Proclamação da República. Após o Deodoro veio o Floriano Peixoto para presidente da República, que era militar também. Com muita dificuldade, Prudente de Moraes pôde fazer o primeiro governo civil. E o Campos Sales, o Rodrigues Alves, que são até os três primeiros presidentes paulistas, tiveram uma tremenda luta. O Campos Sales para fazer a Reforma Financeira e o Rodrigues Alves para fazer as reformas estruturais, inclusive da Saúde, por causa da febre amarela. E foi o caso da remodelação do Rio de Janeiro. Depois veio o Afonso Pena, que foi um mineiro bonachão, um burguês, mas queria fazer o seu sucessor, e não conseguiu, por causa da rebeldia do Hermes, que era o seu ministro da Guerra, e o Hermes escorado no caudilhismo do Pinheiro Machado. Veio o Governo Hermes, que foi aquele desastre tremendo na República. O Hermes sai e entra o Delfim Moreira, se não me engano. Depois o Wenceslau Brás, que era outro bonachão, um homem honesto, mas político atrasado, incompetente para ser presidente da República. Fez um Governo medíocre, mas sério. Depois, surgiram uma série de três reacionários tremendos: um era o Artur Bernardes, outro o Epitácio Pessoa e o último foi o Washington Luís, e depois, a Revolução de 1930, que o derrubou. E aí começou a debacle completa da coisa.

Mas na realidade, nunca tivemos um intervalo lúcido no Brasil, com um presidente da República que fosse realmente um construtor, e um homem de pensamento.

Tivemos, em São Paulo, o Armando Sales de Oliveira, que era realmente um homem excepcional, sob o ponto de vista de cultura, honestidade e de princípios. Ele se recusou a fazer um Governo totalitário em São Paulo, sendo um representante do Getúlio. Fundou uma Universidade; permitiu que se fundasse um Departamento de Cultura. Ele tinha os olhos voltados para a cultura, e teve ao lado dele o Julinho, que era um reacionário, não tem dúvida nenhuma, mas um homem de alta cultura. E o Julinho foi a alma da Universidade, e o vigilante da Universidade, principalmente. Mas com o Armando acabou o único intervalo lúcido que houve na política do Brasil, porque se fosse o Armando para o Governo ... Ele estava praticamente eleito.

Não sei se você conhece os discursos dele. Os discursos dele conquistaram o Brasil inteiro, principalmente a campanha no Rio Grande do Sul, terra do Getúlio, e em Minas Gerais. Pois bem, o Armando desapareceu, voltou outra vez esquizofrenia brasileira, que está durando até hoje.

T.F. – O Armando Sales representava quem?

P.D. – Ele não representava ninguém. Ele representava ele mesmo, porque ele não era nem do Partido Democrático, porque o sogro dele era do Partido, embora não fosse inscrito, que era o Júlio Mesquita velho, e que achava que o *Estado* não podia ter um diretor político. E o Julinho, que era cunhado dele. Ele era casado com a irmã do Julinho. Mas ele era de cultura mesmo, porque era muito viajado, em primeiro lugar. Tinha uma formação muito boa, sob o ponto de vista de estudo e de humanismo, e sob o ponto de vista universitário também. Era um engenheiro que não tinha mentalidade de engenheiro, que não se guiava pela reguinha, como hoje eles se guiam pela maquininha de fazer cálculos. O Armando era um homem que raciocinava, e a gente vê pelos discursos dele. Tanto que ele era desconhecido, e negavam a ele a autoria dos seus discursos. Atribuíram os discursos do Armando – a minha parte eu agradeço muito, porque me enaltece muito – ao Plínio Barreto, que era um homem de alta cultura e a mim, que era deputado e era um pouco

brilhante nas minhas exposições. De modo que diziam que era eu e o Plínio que fazíamos os discursos. E não era. Ele muitas vezes fez os discursos na minha casa, numa sala igual a esta, porque era a reprodução da minha sala aqui de baixo, para pode aproveitar as prateleiras. Então, ele vinha para cá e ficava fechado nesta sala, mas mexendo nos meus livros. Ele conhecia muito bem minha biblioteca. Da minha biblioteca ele tirou os elementos para os discursos dele. Mas sozinho. Ele fazia o discurso, e depois sabia pronunciá-los. De modo que ele foi realmente um intervalo lúcido nessa loucura republicana.

T.F. – A gente já viu que deve existir um certo equilíbrio entre a política e a ciência.

P.D. – Evidente.

T.F. – No entanto, o senhor foi vítima, não sei se eu poderia falar, de um excesso de política na Universidade.

P.D. – Talvez tenha sido. Porque eu me revoltei contra uma coisa que está endêmica no Brasil: contra a corrupção. E a corrupção é tanto maior quanto mais político é o estabelecimento existente. Começa pelos ministérios, e termina pelas municipalidades.

T.F. – E o senhor, na universidade, foi ...

P.D. – Eu inaugurei a luta dos rinocerontes, na Universidade.

T.F. – E foi vítima dessa própria luta?

P.D. – Fui, evidentemente. Basta dizer que o Conselho de Segurança não tomou conhecimento da minha expulsão da Universidade. Eu fui expulso na rabeira de uma resolução do Conselho de Segurança, que reformou, que aposentou compulsoriamente 32 professores, inclusive o reitor da Universidade de São Paulo.

E embaixo estava eu, mas que não passei pelo Conselho de Segurança.

T.F. – Isto foi quando?

P.D. – Em 1969.

T.F. – O senhor disse que na rabeira ainda vieram dois processos?

P.D. – Isto foi depois de 1964. Não foram propriamente dois processos. Eram dois inquéritos. E deles eu me safei com a primeira audiência que eu tive com os dois coronéis que presidiam ao inquérito. Foi aqui em Cumbica que eu respondi a um interrogatório deles, e acabei até dando uma resposta meio irreverente. Mas eu pedi licença ao coronel. Ele perguntou qual o juízo que eu fazia dos generais que estavam no governo. Eu disse: “O senhor permite uma resposta franca ou eu tenho que enfeitar isso com alguma coisa?”. Ele disse: “Não senhor. Queremos uma resposta franca”. Aí eu disse, textualmente: “O juízo que eu faço dos generais que estão no poder é o mesmo juízo que os generais fariam de mim, se eu fosse comandar um regimento de cavalaria”. Ele achou muita graça e a coisa ficou na graça, exclusivamente.

T.F. – E portanto estes dois processos não foram levados avante?

P.D. – Nenhum foi levado avante. Ao contrário, fiquei amigo desses dois coronéis, que de vez em quando me aparecem aqui. Já são dois generais. São generais de brigada, não são generais de três ou quatro estrelas.

T.F. – Isto leva a gente a refletir sobre o reflexo que a política tem na vida interna da Universidade. Como reagem os conselhos universitários?

P.D. – Pessimamente. Eles são lacaios dos governos.

T.F. – Quaisquer que sejam os governos?

P.D. – Quaisquer que sejam os governos. Porque eu acho que os primeiros aderentes a um regime novo são os membros do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.

T.F. – Isto é característica da Universidade de São Paulo?

P.D. – Não. É a característica de todas as universidades do Brasil. Porque a de São Paulo ainda é a mais bem organizada. Não existe... Por exemplo, eu tinha uma esperança louca na Universidade de Brasília, para cuja instituição eu colaborei. Fiz parte da comissão organizadora, por causa do Anísio Teixeira e do Darcy Ribeiro, que era por assim dizer, o secretário intelectual também, porque o Anísio Teixeira não precisava de secretário intelectual. De modo que lá no Rio de Janeiro eu ia todas as semanas assistir as reuniões. Então, lutei muito. Me lembro de uma luta muito grande que eu tive, que o Darcy acabou compreendendo. Ele tinha um projeto para a fundação de uma cadeira de Linguística Comparada. Então, eu pedi a palavra e disse: “Olha, eu não posso admitir uma Linguística Comparada, antes de existir uma cadeira de Linguística Geral, porque uma depende da outra. Como vamos começar por baixo? E o Darcy, que era muito inteligente, compreendeu, e fez a modificação. Colaboramos intensamente na formação da Universidade de Brasília. Eu, o Florestan Fernandes, o Darcy, evidentemente, o Anísio fizemos aquela Universidade, que nos deu uma grande esperança de ter nela aquela que substituísse a nossa, que já estava em franca decadência.

T.F. – Fernando de Azevedo teve participação?

P.D. – Indireta. Ele não fez parte da comissão de organização. Mas indireta ele teve. Mas o Anísio teve uma participação muito grande.

T.F. – Isso significa que Brasília, nesse sentido, seria a retomada do espírito da USP de

1934?

P.D. – Já modificado, porque aí já havia uma evolução universitária.

T.F. – Que tipo de modificação?

P.D. – Modificação no seguinte: a universidade, por exemplo, tinha por princípio que o professor deve expor qualquer...

[FINAL DA FITA 4-A]

P.D. – Agora, nós instituímos também maior número de laboratórios para Universidade de Brasília, que não foram instalados. Muitos deles existiam em São Paulo, mas outros não. Por exemplo, falava-se já muito, na cibernética, mas ninguém sabia o que era. E nós instituímos a cibernética em Brasília, que nunca foi posta em execução. Agora, outras coisas eles fizeram lá. A biblioteca, por exemplo, foi o Neves que organizou. A editora foi antes da nossa editora de São Paulo. Depois, houve aquelas invasões na Universidade de Brasília. Por acaso, feliz acaso para mim, eu estava no Rio de Janeiro, porque fui chamado pela Câmara dos Deputados para fazer um depoimento sobre a Universidade. Eu fui e fiz um depoimento terrível. Fui muito acuado por alguns deputados, inclusive por um padre de Minas Gerais, que era daqueles mais atrasados, e houve um momento em que ele disse: “Afim de contas o senhor tem verdadeira ojeriza pelos padres e pelos soldados”. Eu falei: “Não. Não. É engano completo. Não tenho ojeriza nenhuma. A minha repulsa é pela burrice, venha ela fardada, venha de batina ou venha a paisana”. Foi um sucesso louco, porque era público e era presidida pelo Nelson Carneiro. [risos] Está lá nos Anais. E o padre não ficou zangado não.

T.F. – A idéia da Faculdade de Filosofia foi abandonada em Brasília. Isso seria uma modificação grande em relação ao espírito de São Paulo?

- P.D. – Foi, porque já é uma aplicação moderna. A Faculdade de Filosofia para nós aqui era a alma *mater* da Universidade. A Universidade girava em torno da Faculdade de Filosofia. Isso é que provocou da Faculdade de Direito uma certa antipatia, uma certa luta, porque a Faculdade de Direito achava-se com direito adquirido sobre a orientação geral da Universidade. Tanto que o primeiro reitor, por causa disso, foi o Reinaldo Porchat, que era um homem inatacável. Depois, já começaram a invadir os outros. O terceiro diretor da Faculdade de Filosofia foi o Almeida Prado, que era um homem da Faculdade de Medicina, mas era um homem da Faculdade de Filosofia também.
- R.G. – O senhor falou duas coisas. Primeiro que o senhor foi expulso da Faculdade, sem correr um processo como deveria ter corrido, sem processo nenhum, e segundo que o Conselho Universitário geralmente é laçao dos governos. Isso me leva à seguinte questão: como é que está organizada a Universidade? Por exemplo, como se designa o reitor? Quem são os componentes do Conselho? Quem pode propor a expulsão de alguém da Universidade? Qual seria o trâmite normal?
- P.D. – Há duas respostas para a pergunta. A resposta do meu tempo e a de hoje, que é diferente. No meu tempo, o Conselho Universitário era organizado por dois representantes de cada Faculdade, um representante dos Institutos, um representante dos ex-alunos e três de alunos. Esse era o Conselho Universitário. O Conselho Universitário era o poder legislativo da Universidade. Ele é que decidia toda a questão maior e que legislava para a Universidade. O poder executivo era a reitoria, que era o reitor e seus auxiliares – um corpo de juristas que tem até hoje. E eram comissões técnicas, Comissão de Finanças, por exemplo, era tão técnica a comissão organizada na Universidade desse meu tempo que o presidente da Comissão de Finanças, que era quem decidia tudo, era um dentista. E assim por diante. Porque eles não tinham um critério na escolha, Mas devia ser pelo menos um economista ou financista. Mas não era. Ele é que distribuía até as verbas e coisa. Mas existia essa Comissão.

Existia uma Comissão de Ensino, que preparava os processos referentes ao ensino propriamente. Ensino e pesquisa de educação, e mais uma ou duas comissões. Assim que era composto o Conselho Universitário. Que era o legislativo. Nos casos de solução de problemas que afetassem os estatutos da Universidade, só o Conselho é que podia decidir. Inclusive, a expulsão. No meu caso não existia mais isso. Quem mandava era um militar que estava lá dentro. Lá tinha um coronel que até era sério, direito, mas ele é quem decidia tudo.

R.G. – Isto nos tempos atuais?

P.D. – Sim.

T.F. – Continua até hoje?

P.D. – Hoje não. Por acaso vocês me encontram armado para essa resposta. Há dias eu desejei saber a composição do Conselho Universitário e pedi a um professor meu amigo, e ele me deu. Hoje é uma barafunda. No meu tempo, eram 52 representantes do Conselho Universitário. Eu representava os Institutos. Era do Conselho Universitário até ser expulso. Hoje em dia são 70 e tantos membros. Como é que vai funcionar um Conselho Universitário com 70 membros? Tem mais membros do que a Assembléia Legislativa. Tem mais faculdades também. Presidente, o reitor Orlando Marques de Paiva. Vice-reitor: Josué de Camargo Mendes, é um sujeito sério, mas pouco inteligente. É professor de Paleontologia. Mas ele faz Paleontologia apenas de moluscos do período primário, Pelozóico. Só moluscos, ele não faz mais nada. Agora, a Paleontologia é de uma importância enorme, entre os mamíferos, porque o homem faz parte dela. De modo que isto não existe. Esse é especializado só em moluscos. Agora, na História Natural, o grupo dos moluscos é o mais complicado que existe, pois até hoje eles não estão todos classificados. De modo que, o que ele pode saber? Ele pode saber uma parte de moluscos. Ele sabia da dificuldade que havia para classificar um molusco pouco conhecido. E, no entanto, essa é a que tem mais importância na Universidade. Os mamíferos não têm nenhuma importância, A professora

catedrática de Zoologia é uma idiota. Uma perfeita boba, uma idiota completa. Está solta lá dentro da direção dela. Porque o Marcus deu grande relevo à pesquisa oceanográfica, através dos moluscos, de modo que esse rapaz, o Josué entende um pouco de molusco. Mas mais nada. O secretário geral é José Aderaldo Soares de Mello. É um advogado, absolutamente trampulineiro, sob o ponto de vista de Direito. Ele não estuda o processo para dar o parecer jurídico e, sim, para dar o parecer favorável à vontade do reitor. O reitor diz: “Olha, eu preciso disso. Estuda um meio aí. “ Ele é desonesto, mas muito inteligente e bem informado sob o ponto jurídico. Ele conhece jurisprudência, conhece a doutrina, mas é um sujeito que não tem nenhum critério, nenhuma ética. É um criado do reitor, que aliás, a isso eles estão muito habituados. Escola de Comunicação e Arte. É uma vergonha para a Universidade. Foi criada pela mulher do Gama e Silva, que era reitor, e ela resolveu fazer uma Escola de Comunicações para fazer uma viagem. Chamou o irmão do Damy, o Tarcísio Damy de Souza Santos, que era diretor da Escola Politécnica, um sujeito muito sem vergonha, e que fez para ele a Faculdade de Comunicação. E também é uma barafunda. É uma Faculdade de Comunicações, mas que tem até trânsito. E ao lado tem Televisão, tem a Arte. Tudo isso é de Comunicação, é realmente de Comunicação, mas diferente! O automóvel é uma comunicação e o pensamento, a língua também é comunicação.

T.F. – Daqui a pouco vai Linguística para lá também.

P.D. – Já está. Só que o professor de Linguística é um gramático, mas de curso primário, ou melhor, de curso secundário, porém Linguística ele não sabe, de jeito nenhum. Basta dizer uma coisa. Conversando com ele, uma vez, citei a *Gramática Histórica* do Eduardo Carlos Pereira, uma das coisas mais conhecidas do Brasil, porque o Carlos Pereira escreveu duas gramáticas expositivas e uma histórica, que era a única que havia no Brasil. De modo que um sujeito que estuda Linguística devia conhecer. E ele não sabia. Eu é que dei a ele a indicação da existência de uma gramática histórica no Brasil. Isto é a Escola de Comunicação. Depois, tem Teatro, Cinema, aquela coisa toda. Depois, tem péssimos diretores e péssimos

professores. O único professor inteligente que foi contratado foi o Chaden, que é um etnólogo de valor. Mas ele não aguentou. Não aguentou dois anos lá. Teve que sair, teve que pular fora. Ele foi expelido naturalmente. O diretor da Escola de Comunicação, atualmente, é o Antônio Guimarães Ferri. É um veterinário, um mal veterinário. Nunca exerceu a profissão, e hoje em dia é exclusivamente um profissional dentro da Universidade. Ele é diretor da Escola de Comunicação e diretor do Instituto Oceanográfico, coisa de que ele não entende absolutamente nada. Não tem nenhum valor. E faz negociatas, dentro e fora da Universidade. Representante da Congregação: Eduardo Piñela, que não conheço. Suplente. Professor Virgílio Bejamin Mória Pinto, que não sei quem é. Escola de Educação Física: é nova. É uma faculdade, mas deveria ser um departamento. Mas para agradar aos militares, eles fizeram Educação Física e fizeram para poder dar a um coronel. Mas por azar deles o coronel não foi aceito pela Congregação e nem pelo Conselho Universitário, mas exclusivamente por política lá dele, não por política geral. Vice-diretor da Escola de Educação Física: Aluísio de Queiroz Teles. Representação na Congregação: Mário Gomes de Souza e Jarbas Gonçalves. Não os conheço. Escola de Enfermagem. Diretora, efetiva, porque está lá já quase 20 anos. E durante 20 anos de presença no conselho o único projeto que ela apresentou foi para mudar o nome de Escola para Faculdade de Enfermagem. Foi a única coisa que ela fez, e que não foi aceita. Maria Rosa.

T.F. – O nome Ferri – são irmãos, inclusive – está ligado a uma reforma da USP, não é? Acho que em 1967?

P.D. – Exatamente, foi em 1967, dois anos antes de eu sair. E nós quase o expulsamos da Comissão.

T.F. – Poderia falar um pouco sobre esta reforma?

R.G. – Mas antes falar sobre a reforma, ele poderia terminar a composição desse perfil, em que inclusive está falando sobre a história de cada uma das faculdades.

P.D. – Escola de Farmácia de Ribeirão Preto. Não estava no meu tempo ainda. Faculdade e Escola de Farmácia. Não conheço o diretor, Laus Filho, nem o vice-diretor Raul Martines.

Escola de Engenharia de São Carlos. Essa eu já conheço. Romeu Corcine. É um homem sem brilho nenhum, mas não é desonesto. Essa escola não tem na representação da Congregação nenhum dos bons professores que tem lá. O melhor era o Sérgio Mascarenhas, e ele está aqui em São Paulo. Aqui são nomes desconhecidos que estão. Escola Politécnica. José Augusto Martins é um engenheiro, professor de Cálculo Integral, ou coisa que o valha. Antonio Hélio Guerra Vieira é outro professor. Representante da Congregação; Oswaldo Fadigas Pontes Torres. É um homem que vive cochilando. Dizem é porque se chama Fadiga. [risos] Ele vai para o Conselho e cochila.

Escola Superior de Agricultura. Já existia. Dr. Sarim Simão, de Piracicaba, Frederico Pimentel, Antônio Pitter, que não sei quem são. E Aristeu Mendes Peixoto, que parece não ser um mau professor. Essa Escola de Agricultura era muito boa, principalmente para Biologia e Fitopatologia, mas hoje está mais ou menos decadente. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Os melhores professores foram expulsos. Eram quatro. Foram cassados. Um deles é o Artigas, um grande arquiteto. Outro é o Penteado. Como é que ele chama? Foram postos para fora como comunistas. O Artigas é comunista, mas nunca fez proselitismo dentro ... Porque ele é muito inteligente para isso. Mas os outros não são nem comunistas. Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Sobre o negócio dessa Faculdade eu tive uma a grande polêmica na última Reforma. A Faculdade era Escola de Farmácia e Odontologia, o que é um absurdo completo. Começa que a Odontologia é um ramo da Medicina. Ela devia estar na Medicina, como está Otorrinolaringologia. Mas não, era Farmácia e Odontologia. Então eu apresentei um projeto passando a Odontologia para um Departamento da Faculdade de Medicina, e tirando a Farmácia para a Faculdade de Farmácia. E mostrei a importância da Farmácia.

Basta dizer que da Sorbonne a principal Faculdade é a Farmacêutica, porque ela tem uma tradição. Foi lá que novas drogas foram descobertas, principalmente as drogas americanas, com a quina e outras que foram adotadas e estudadas lá. O Pruer, por exemplo, fez um estudo enorme dessas drogas tropicais. Então, fazer a Faculdade de Farmácia. Ela merecia. Ela devia estar também ligada à Faculdade de Medicina, como um Departamento, e não como uma Faculdade, como uma Escola. Tem um sujeito que é diretor da Faculdade de Odontologia, chamado Adamastor Correia, que foi sargento do Exército, e que depois estudo Odontologia. Ficou um dentistazinho à sargento, e depois tomou conta da Escola de Farmácia e da Escola de Odontologia. É quem manda lá. E é o representante no Conselho Universitário até hoje.

Ciências Farmacêuticas. Mas o que é Ciências Farmacêuticas? É Química? Mas a Química não faz parte dela. O Departamento de Química é outra coisa. Bioquímica é outra coisa muito diferente. Então, eles botam “Ciências Farmacêuticas”. Isto é coisa lá do Adamastor. Faculdade de Direito. Coitada da Faculdade de Direito! O diretor é um homem chamado Rui Barbosa Nogueira. A única coisa que ele tem mesmo de respeitável é o nome.

Ah, tem aqui. Representante da Congregação; Irineu Stringer, está afastado da Faculdade com um processo de peculato, um processo de malversação, um processo de mau administrador, porque ele colocou lá dois filhos, e a primeira coisa que fez foi promover esses filhos a chefes de Divisão, e deu um Gaxie oficial para cada filho andar passeando por aí. Nem eles aguentaram o Irineu Stringer. Agora está respondendo a três ou quatro processos. É o primeiro assistente do Miguel Reale, que é um homem inteligente, um bom jurista, mas como sem vergonha ninguém ganha dele. Ele já foi tudo, comunista, integralista, ademarista. Tudo que aparece ele adere. E é um sujeito inteligente. É como móvel de palácio do Governo: muda o Governo mas o móvel está aí. Faculdade de Direito. O representante da Congregação é o Irineu Stringer. Diz que ele é muito protegido pelos militares. Eu não tenho certeza, mas é possível, porque o militar, não é que

seja desonesto, ele não entende nada, nem de arte militar. Ele pensa que o militar é um cientista, quando o militar é um técnico, exclusivamente. Ele usa da ciência, evidentemente, mas é um técnico. Mas vai dizer isso alto. Faculdade de Educação. Roque Maciel de Barros. É um homem muito competente, mas é de um reacionarismo tremendo. Conhece muito bem Didática e tudo que se refere a Educação. É colaborador do *Estado de São Paulo*. O Roque Spencer Maciel de Barros.

T.F. – É um dos últimos positivistas no Brasil

P.D. – O Roque Spencer? Ah, ele escreveu uma tese sobre Luis Pereira Barreto. E tinha o Laerte, que foi reitor da Universidade de Brasília, mas que era bêbado, coitado, mas era um homem muito inteligente e bem preparado, e também muito reacionário. O Roque, agora que eu lembrei que ele é remanescente do Positivismo. Faculdade de Economia e Administração. É um Camargo, que eu não sei quem é, é um Zacarele, que dizem ser um bom economista, Laerte de Almeida Moraes, que eu não conheço também. E o Rodrigues Filho, que é um homem completamente apagado. Faculdade de Educação. O vice-diretor é o João Eduardo Rodrigues Villa Lobos. Um sujeito muito competente, mocó, não tem 40 anos, bem orientado e um dos que se destacam. Faculdade de Farmácia de Ribeirão Preto. Aqui não conheço ninguém: Jaime Monteiro de Barros, Jarbas Martins Viana. Da Congregação, Mauro Pereira Barreto e Otávio Barraquine. Isso é Faculdade nova. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Diretor: Eurípedes de Paula. Dizem que é profissional. Foi efetivado como diretor. Quando não acham um diretor, chamam o Eurípedes, e ele vai. Ele foi muito bom diretor nas primeiras gestões. Era um sujeito rico, hoje não é mais, ele perdeu muito dinheiro, principalmente por causa de um desfalque dado a ele pelo chefe de contabilidade da Universidade, que foi também posto para fora. Ele dava as contas dele para serem pagas, e o sujeito aparecia com uma prestação de contas completamente diferente. Eurípedes nunca ligou, botava tudo no bolso. Quando descobriu, já estava pobre, e a fortuna dele tinha passado para esse sujeito. A partir daí, ele

relaxou completamente em tudo.

Depois, ainda faz uma burrada. Casou com uma mulher que é uma praga, ela é absolutamente autoritária e dominante. Chama-se Regina não sei o que. Arranjou um jeito dela não ter nenhum título universitário, e se transformou até em doutora pela Universidade. Tomou conta completamente do Eurípedes. Todo mundo foge dela. Chamam-na da “chatonilda”. Ele está completamente decadente, dizem até que está esclerótico, mas acho que não, porque eu encontrei ele há pouco tempo, e ele conversou até muito bem.

T.F. – É. A conversa que a gente teve com ele foi muito lúcida e, inclusive com muito humor.

P.D. – Pois é. Eu concluí que ele não está esclerosado. Ele está é decadente, mas devido às mal-aventuras da sua vida particular. Ah. Ele não é da Ciência e Letras, é da Faculdade de Ciências Humanas. Está aqui. Diretor: Eurípedes Simões de Paula. Teodoro Rosental, que dizem ser um bom professor, e professor Aziz Ab´Saber, um dos melhores professores da Univesidade, especialista em Geologia e Paleontologia. É de altíssima qualidade intelectual. Eu o acho o melhor especialista em Paleontologia que há no Brasil. São realmente admiráveis as suas publicações.

T.F. – Ele está na nossa mostra para ser entrevistado.

P.D. – Este sim, é um sujeito de exceção. Faculdade de Medicina. Diretor: Carlos da Silva Lacasse. É um bacteriologista, um sujeito muito amável, conversa bem, mas é tido como pouco competente. Conheço-o pessoalmente, me dou com ele e gosto muito dele. Mas os colegas dele dizem que ele recebeu um convite para fazer um estágio numa universidade norte-americana, onde a bacteriologia é a principal matéria. Ele foi, ficou só quatro meses. Teve que voltar pela incompetência, pela ignorância, não incompetência, pela ignorância dele. Isto é o que dizem. Eu tenho

aqui um grupo de professores, entre eles alguns de Medicina, que todo sábado vêm passar a manhã comigo. Trocamos informações, e todos são unânimes em falar na mediocridade dele como professor e como bacteriologista. Eu não sei. Quem falava muito mal dele, hoje eu não sei, pois há muito tempo não vejo, era o Otto Bier. Este é um grande bacteriologista.

T.F. – Por acaso ele mantém uma historiografia um pouco tradicional da Medicina. Ele tem uma atividade assim...?

P.D. – E o Lacasse parece que é um bom divulgador. Ele não é propriamente um cientista. Eu gosto muito dele, é muito amável e educado. Mas não posso julgar assim definitivamente, como posso julgar, por exemplo, o Aziz Ab'Saber. O vice-diretor é mais ou menos apagado, o Canelas. Representante da Congregação: Antônio Rodrigues. Eu não conheço. Suplente: Charles Edward Korbet. Nunca vi um amador tão simpático. Ele é completamente amador. Um dia ele disse: “Eu não tenho nenhum assistente”. O Alípio Correria Neto perguntou, na Congregação: “Por quê? Não tenho, primeiro, porque a Faculdade de Medicina não me dá instalações e, segundo, porque não preciso”. Então, o Alípio foi visitar, e encontrou uma instalação formidável. Lugar para tudo. Para conferência etc. Mas ele dizia que não tinha instalação, e tinha uma instalação completa. Mas é um sujeito muito simpático. Pensei até que ele tivesse se aposentado. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Hoje conheço pouco. Conhecia muito há tempos, porque dei um curso lá sobre as origens da linguagem, e fiquei conhecendo muito aquela gente. Aliás, é uma Faculdade muito bem organizada. Foi organizada pelo Zeferino. Diretor: Silvio Vergueiro. Não o conheço. Acho que é professor de Neurologia. Dr. Miguel Rolando que não conheço. Representante da Congregação: Mauricio Oscar da Rocha e Silva. È um excelente sujeito e um excelente cientista.

T.F. – Nós vamos entrevistá-lo.

P.D. – Ele tem até descobertas dele, no campo da Farmacologia.

T.F. – Amanhã é a entrevista com ele. Vou para Ribeirão Preto exatamente para isso.

P.D. – Eram dois grande lá. O Maurício e o Warwick Kerr, que está em comissão na Amazônia. Este é um geneticista formidável. Tem um laboratório que é uma maravilha. As abelhas que ele cria, inclusive as abelhas africanas, e que ele nega que sejam ferozes – elas são testa de ferro de todos os ataques de abelhas. Ele provou que nos Estados Unidos morrem, por ano, cento e tantas pessoas mordidas de abelhas, porque o veneno da abelha é mesmo uma fábrica de alergia. Provoca alergias formidáveis, inclusive, a urticária gigante.

Eu acho que ela domina muito mais noutro lugar, porque uma vez eu contei a história – eu estava muito irritado com estes militares... Como eu disse, eles são mas são burros. Então, um editor do Rio Grande do Sul... O Érico Veríssimo levou a ele um livro meu, que estava inédito – está inédito ainda – e que eu botei um nome no livro... Este editor me escreveu, era editor da Globo: “Dr. Paulo, o seu livro é um livro excelente para publicar, mas acontece o seguinte. O senhor tem que modificar”. É um livro de ensaios, ensaios da minha vida universitária, dos meus estudos científicos, não tem nada com política”. Mas o senhor precisa modificar é o título. O título eu não posso publicar porque não me deixam publicar.” O título que eu pus foi *Ensaaios Subversivos*. E são ensaios subversivos, porque é sobre alta cultura. E hoje em dia é subversivo. Todos eles estão aí acusados de subversão. Em resposta à carta dele, eu escrevi: “Olha, meu caro Bertaso, eu recebi sua carta, se você propusesse a mim tirar todo o texto do livro e deixar o título, eu aceitava, mas tirar o título eu não aceito. Prefiro, não publicar o livro. Agora, para poder tranquilizar você, eu deixo o título, mas dou uma explicação do por que que chama *Ensaaios Subversivos*, que é por isso, porque são ensaios científicos e culturais. É uma página que eu faço de prefácio”. O prefácio que eu fiz foi o seguinte: “Eu estava num desses dias conversando com um general do Exército, e na conversa, por acaso, saiu da minha boca a palavra cultura. Imediatamente, o general ficou com urticária gigante”. Ele me respondeu: “Meu

caro Paulo, recebi a sua carta agora. Vá a merda” [risos]. Que alergia têm estes oficiais quando se trata de coisa culta! Faculdade de Veterinária e Zootecnia. Eu não estou entendendo, porque um Faculdade de Medicina e Veterinária, ela não é de Zootécnica. Zootecnia é uma seção. Fernando Varela de Carvalho. Esse rapaz é muito bom veterinário. Mas muito mal professor. É um sujeito meio inibido para falar. Faculdade de Odontologia: dr. Antonio Adamastor Correia. É aquele de que eu falei, que era oficial do Exército, e que virou um dos condôminos da Universidade. Vice-diretor: Arão Rumel, que eu não conheço. Havia lá um sujeito que era um cirurgião de animais maravilhoso. Tinha mesmo a bossa do cirurgião e a competência também. A biblioteca que ele deixou de Veterinária era maravilhosa. Ele morreu há pouco tempo. Faculdade de Odontologia de Bauru. Está é uma pobre Faculdade. O diretor é um sujeito sem nenhum brilho. Chama-se Paulo Marantes de Araújo. Vice-diretor: Luis Casatti, que não conheço. Representante da Congregação: é o professor dr. Luis Ferreira Martins.

Este rapaz é hoje reitor da Universidade Júlio Mesquita. Basta descrever o que é a Universidade Júlio Mesquita. O Júlio Mesquita deve tremer dentro da sepultura quando escuta falar. Ele, o fundador da primeira universidade estruturada cientificamente no Brasil, foi dar nome a uma universidade que é um arquipélago. Têm quatro Faculdades de Filosofia, três de Direito, e umas seis ou sete de Administração de Empresas. Isto é um arquipélago. É espalhado por todo o Estado de São Paulo, até no sertão. A Faculdade foi situada na Ilha Solteira, em pleno sertão, onde fizeram aquela grande comporta para usina de eletricidade. Instalaram lá, mas como lá não tem médico, não tem dentista, etc, pois era um acampamento, ele então instalou a reitoria da universidade aqui em São Paulo. Resolveu reformar estar escolar todas, que ele acha absolutamente incompetentes para isso e está lutando aí com uma plêiade de lutadores, que não querem perder as suas escolas. Franca não quer perder as suas escolas, Rio Claro também não. E assim por diante. Porque ele não consegue amalgamar estas faculdades todas dentro de uma universidade. Se fossem estabelecimentos idôneos essas faculdades do interior.... Mas não são. E talvez não exista nenhuma que seja idônea. Daria para quatro

universidades boas, mas sendo desse jeito, não daria para uma universidade.

T.F. – E estas faculdades são particulares?

P.D. – Em geral são faculdade particulares e Faculdade municipais. Municipais, pelo seguinte: o prefeito, querendo se celebrar, propõe ao Governo – ele que tem, suponhamos, um eleitorado muito grande – e o Governo cria a Universidade. Depois, o Governo vai embora e a Faculdade fica morrendo. E todas elas estão mais ou menos nessa situação. Porque o professor de Física é como antigamente, de Química é o farmacêutico, ou um médico malgrado. O professor de Matemática é um engenheiro malgrado, o professor de Psicologia e Lógica é um advogado malgrado, que não sabe nem Direito, quanto mais lógica e Psicologia. De modo que isto são as faculdades existentes no interior do Brasil, de uma maneira geral. É um malogro completo.

Eu fui convidado a fazer duas conferências sobre a pré-história da Medicina, na Faculdade de Medicina de Botucatu. A faculdade foi instalada num prédio feito para um hospital, que Botucatu precisava muito, porém precisava também instalar a faculdade. Então, instalaram a Faculdade. Aliás, uma instalação muito boa. Era um hospital. Quando cheguei lá, fui visitar a biblioteca. Encontrei uma Física do Ganau. É uma Física do meu tempo, que já não existe mais esta Física. É aquela do corpo composto e corpo simples. É aquela que estuda os fenômenos que não se alteram, a constituição íntima dos corpos. É o que estava lá. Tinha um Testu, primeiro volume, que é a Medicina descritiva e topográfica. Os outros quatro volumes não existiam lá. Tinha as obras completas de Pónçon do Terrail, inclusive o *Rocambole*, que era a principal obra dele. Alexandre Dumas, quase completa. Eram 80 volumes que tinha na biblioteca. O mais engraçado é que os estudantes vieram conversar comigo. Eles estavam no quarto ano e nunca tinham visto um doente. Porque aquele prédio tinha sido inutilizado para hospital, mas existia um hospital, que era a Santa Casa. Mas o padrinho da Faculdade de Medicina era um deputado estadual, e o diretor da Santa Casa era um vereador, em Botucatu, mas

que não gostava do deputado. Por isso, não deixava o estudante entrar na Santa Casa, e eles nunca tinham visto um doente em quatro anos de estudos. Eu fiquei alarmado com aquilo. Terminei minhas conferências e voltei. Chamei dois professores da Faculdade de Medicina. Um que é o Jairo Ramos, professor de Clínica Médica na Escola Paulista, que é quase meu irmão, e o Alípio Correia Neto, que é muito meu amigo, que é professor de Clínica Cirúrgica da Faculdade e diretor da Clínica Cirúrgica do Hospital das Clínicas. Conteí a eles aquela histórica. Eles disseram: “Mas não é possível”. Eu disse: “Mas eu vi. Você quer nos acompanhar ao Carvalho Pito?”. Eu disse que sim. O Carvalho Pinto era governador do Estado. Chegando lá, fiz o meu depoimento a ele. Ele perguntou: “Qual é a solução?”. Eu sugeri o seguinte: “Você nomeia o Jairo e o Alípio para, em comissão, estudarem o assunto e encontrarem a solução”. Eles foram ao Carvalho Ponto e disseram: “O quinto e o quarto ano estão começando, e eles têm poucos alunos. Vamos dividir estes alunos em duas partes. Uma vai passar os dois últimos anos num hospital, em São Paulo, e outra no Hospital das Clínicas, em São Paulo”. E eles vieram passar os dois anos aqui. Só assim que eles deixaram de ser formados, exclusivamente, para passar atestados de óbito. Assim se salvaram estes rapazes. Porque esses rapazes não vêm para São Paulo, eles vão para o interior, vão matar gente. Não sabia fazer uma auscultação, nem medir pressão. Depois disso havia lá um geneticista muito bom, que é irmão de outro geneticista muito bom do Paraná. Era aluno do André Dreyfus. Ele se chamava... Não me lembro, mas era um dos melhores do Brasil. Então, disse: “Você está fazendo uma caridade para esta escola, porque eu vou sair dela. O que vou fazer de Genética aqui?”.

Dizem que deram alguns recursos à Faculdade de Botucatu, mas todas as escolas do interior são assim. Havia uma Faculdade de Filosofia, numa cidade de Pernambuco – se não me engano Tibaúba – que era dirigida por freiras. E o Anísio Teixeira assinava 200 números da *Anhembi* para distribuir para todas as Faculdades do Brasil. E mandava a *Anhembi* para lá. Um dia, recebi uma carta da freira, que dizia: “Devolvo esta revista, que não é digna de figurar numa biblioteca

que se preze”. Eu respondi à carta, dizendo: “Irmã, agradeço a sua carta, mas não posso atender sua sugestão de deixar de mandar *Anhembi*, porque ela vai ensinar muito àqueles que frequentarem a “biblioteca” – assim mesmo – “da sua Faculdade. Ademais, quem manda esta revista não sou eu, e sim o professor Anísio Teixeira”.

[FINAL DA FITA 4-B]

P.D. – ... uma Faculdade aqui, na França. Eu fui recebido uma vez lá, pelo vice-diretor. Era um contador. Então, perguntei a ele: “O senhor é o diretor da faculdade?”. Ele disse: “Não, o diretor está de licença. Sou vice, estou viceando” [risos]”.

Faculdade de Saúde Pública. Diretor: Odair Pacheco Pedrosa, especialista em construção de hospitais. Muito competente. Aliás, o pai dele era um homem notável. Era da Faculdade de Medicina.

Instituto Astronômico e Geofísico. Tem bons astrônomos, e era dirigido por um grande homem, que morreu há pouco tempo, o Abraão de Moraes. Talvez a maior cabeça de toda a Universidade, pela inteligência, competência e pelo brilho das aulas. Morreu moço. Hoje é o dr. Georgio Eugênio Oscari de Acaia. Dizem que é um bom astrônomo.

Vice-diretor: Cordani. Ele é muito bom. Eu o conheço bem, porque quando eu fazia pesquisa ele ajudou muito. É muito competente.

Instituto de Biociências. Diretor: Antônio Brito da Cunha, um sujeito muito curto, mas sério. Ele conhece bem Genética. Foi um aluno do Dreyfus, mas é um sujeito de idéias curtas. Suplente: Crodowaldo Pavan, que foi discípulo predileto do Dreyfus, mas não foi o mais brilhante, porque ele é muito tímido e medroso. Quando arreventou está coisa aqui, arranjou de ir para os Estados Unidos. Ficou lá uns oito anos. Agora voltou, e me disseram que ele entende muito de Genética.

Não sei, não tive oportunidade de medir sua força, mesmo porque eu me julgo incompetente para avaliar um geneticista. Mas ele não tem mau nome, tem é muito medo de enfrentar os problemas. Eles fundaram agora uma Academia de Ciências aí, e ele é o presidente.

Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos: Cândido Lima da Silva Dias. É um dos melhores professores de Matemática que existem em São Paulo. É muito competente, conhece Matemática em todas as suas especializações.

Instituto de Física: José Goldemberg. É muito competente.

Instituto de Física e Química de São Carlos. Não conheço. Representante da Congregação: Sérgio Mascarenhas de Oliveira. É competente.

Instituto de Geociência, Não conheço ninguém, porque é novo. Diretor: Setembrino Petri, José Moacir Viana Coutinho. Aqui não posso dizer nada, porque seria temerário.

Instituto de Fisiologia. Diretor: Henry Leonardo Angelino Formália Guirre. Não conheço. A Fisiologia da Universidade, eu conhecia muito no tempo do Sawaya.

Instituto de Química. Diretor: Pascoal Ernesto Américo Senise. Excelente bioquímico. Vocês conhecem. É de muito valor e muito idôneo. Representante dos Professores Adjuntos: Plínio Toledo Pisa. Parece bom. Antonio Carlos Martins de Camargo, José Alberto de Souza Freitas. Não conheço nenhum dos três. Assistente dos doutores. É representado pelo filho do Montoro que não conheço. Professores Assistentes. São dois professores também desconhecidos. Auxiliares de Ensino. Não conheço. Museus: Piano Toledo Bezerra de Menezes. É um aventureiro completo, não tem caráter. Só aprova as alunas que o bajulam. Eu nunca vi uma inidoneidade para uma universidade. Como esse rapaz, que é um rapaz moço e não é burro. Especializou-se na Europa em Arqueologia Clássica. Veio para cá e quer

tomar conta de tudo quanto é instituto ligado à Arqueologia. O pessoal do Museu Paulista foi tão perseguido por ele que abandonou os cursos dele. Ele está lá, sustentado por um pequeno grupo.

Autarquias Associadas. Este está sendo ampliado pelo Pirone, que tem um nome por adesismo. Ele aderiu a isso desde o princípio, e tolerou que a polícia entrasse lá e fizesse observações a respeito de alunos, como se fossem alunos. Ele é muito desacreditado. Pessoalmente eu o conheço mal.

Imaginem um corpo universitário com estas representações de antigos alunos, de técnicos de laboratório, dentro do Conselho Universitário. Ainda tem representante da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.

Federação do Comércio do Estado de São Paulo. José Papa Junior, é aquele que fez a crise há pouco.

Fundação de Amparo à Pesquisa. É o Saad. Não o conheço pessoalmente, mas o nome dele é muito bom. O Sala é que dirigia. E aqui terminou, são 75 representantes do Conselho Universitário.

R.G. – Uma pergunta só para não perder o embalo. Para se fazer uma nova faculdade, como a Faculdade de Comunicação. Isto não tem que passar pelo quorum do Conselho?

P.D. – Tem. E passou. Era criação da mulher do reitor, e ela estava assessorada pelo Tarcísio Damy de Souza Santos, que era diretor da Escola Politécnica, membro do Conselho Univesitário e homem completamente inidôneo.

R.G. – Quer dizer que o quorum é suscetível a este tipo de...?

P.D. – Se é! Quando eu fui processado, quem apresentou o projeto para o meu processo

foi o Alfredo Buzaid. Ele me acusou de ter dado uma entrevista a um jornal dizendo que todos os reitores que passaram pela Universidade eram incompetentes, e que todos os concursos da Universidade eram ação entre amigos. Eu não disse isso, e sim que muitos professores e reitores eram incompetentes, e muitos dos concursos eram uma ação entre amigos. Eu não disse isso, e sim que muitos professores e reitores em incompetentes, e muitos dos concursos eram uma ação entre amigos. Nunca generalizei.

Então, quando ele sentou... O Conselho estava completo. Pedi a palavra pela ordem. E disse: “Eu queria que o reitor” – que era o Gama e Silva – “me passasse o processo, pois eu queria ler a minha entrevista dada à *Folha de São Paulo*. Mas a entrevista não está aqui”, disse o Buzaid: “Mas como não está? Dr. Buzaid, o senhor não é professor de Processo, na faculdade de Direito? Sou sim senhor. E como é que um professor de processo faz uma acusação, apresente um libelo sem o móvel do libelo, sem a documentação? Eu posso mandar buscar”, disse o Buzaid. “Não, mas eu queria agora, porque queria mostrar que o senhor mentiu, dizendo que eu disse que todos os reitores eram incompetentes, que todos os concursos eram ações entre amigos e que todos os professores não estavam preparados para o cargo. E eu não disse. Mas foi o que eu li”, disse o Buzaid. “Não. Não foi não. Só se foi o copista. Então o senhor leu uma cópia da entrevista, e não um recorte da *Folha de São Paulo*? Então não tenho mais nada que fazer, os senhores conselheiros agora julguem”.

Os conselheiros, contra dois votos apenas, votaram pela minha demissão da Universidade, porque eu tinha injuriado o corpo docente da Universidade. O processo continuou e eu juntei a ele o recorte da minha entrevista, e escangalhei com eles. Disse: “Assim, este processo que os senhores chamam de Paulo Duarte, da maneira que vai ser encaminhado, vai se transformar em processo dos rinocerontes”. Só não votaram contra mim o representante da Fisiologia, o Erasmo Garcia Mendes e um rapaz que era representante do Instituto de Química. Já não sei mais o nome dele.

R.G. – Quem estava no Instituto de Física?

P.D. – Goldenberg, atualmente.

R.G. – Não. Nesta época?

P.D. – O Damy.

R.G. – Ele voltou contra o senhor?

P.D. – Não. Ele estava na direção, mas o instituto não tinha representação. E olha, não pensem que melhorou com os 70 e tantos representantes.

T.F. – Isso significa que a Universidade perdeu o seu caráter científico, e se tornou uma corporação?

P.D. – Exato. Até mais. Transformou-se num condomínio. Eles são condôminos da Universidade.

T.F. – A nomeação do reitor depende do governador do Estado?

P.D. – Depende. Mas o Conselho universitário tem que apresentar três nomes. Acontece que o governador chama o reitor e dá o nome. Então, aparece entre os três nomes que o Conselho apresenta. O mecanismo é muito simples. Esse Paiva foi escolhido assim.

T.F. – Quer dizer que por este mecanismo o círculo vicioso continua?

P.D. – Continua do mesmo jeito. Precisava era de um homem de envergadura. Nem o Zeferino poderia organizar uma universidade nova. Precisava um homem como o

Ulhoa Cintra, por exemplo. Este sim tinha energia e dignidade universitária. Tem, pois ele ainda é vivo. È moço, deve ter uns 60 anos no máximo. O retrato da Universidade é tinta negra.

T.F. – Nesse processo de decadência, o senhor tem algum marco no tempo, que possa dizer: a partir de então, ela...? Ou alguns marcos específicos na evolução da Universidade?

P.D. – Sim. Um marco de glória, que foi a sua fundação, até 10 de novembro de 1937. Este foi um marco admirável. Agora, teve um outro que foi a gestão do Ulhoa Cintra. Outro foi interrompido com a intervenção do Exército dentro da Universidade, que é o marco do Hélio Lorenço, que foi cassado por não admitir a entrada da polícia. Foi posto para fora da Universidade. Saiu comigo. Ele foi diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e hoje é apenas médico nesta cidade.

Houve um marco de progresso, mas não de cultura, que foi o do Jorge Americano, que deu um incentivo muito grande _a Cidade Universitária. Ela foi iniciada pelo Armando Sales de Oliveira, o Julinho e eu. Nós que escolhemos aquilo lá. Com o Ademar de Barros parou completamente. Depois, veio o Souza Campos, que resolveu tocar para frente, mas não conseguiu as verbas. Então, veio o Jorge Americano, que tinha muito prestígio como advogado, e conseguiu tocar para frente uma grande parte da Cidade Universitária, que só foi terminada com o Ulhoa Cintra.

R.G. – E o Fundo Universitário de Pesquisas?

P.D. – Era distribuído aos amigos do Adamastor, que era o chefe, era quem comandava as verbas. Ele atendia a uns e não atendia a outros.

R.G. – Mas não foi na reitoria do Jorge Americano?

P.D. – Não. Adamastor Correia?

R.G. – Não. A criação dos fundos?

P.D. – Bom, isto é outra coisa. A criação foi, mas depois não caminhou. Não tem mais Fundo de Pesquisas. Um sujeito que foi diretor da escola de São Carlos, chamado Souto – um homem até doente, que já tinha tido um enfarte – apresentou uma proposta, dizendo que quem quisesse fazer pesquisa na Universidade tinha que arranjar os fundos necessários pelos seus próprios meios. Isto foi aprovado pela maioria. O meu voto e do Eurípedes foram contra. Quer dizer, acabou com o Fundo de Pesquisas.

Eu, por exemplo, fiz pesquisa durante 10 anos na Universidade. Pesquisa de Campo que era cara. E durante estes 10 anos, tive o auxílio da Fapesp e do Conselho Nacional de Pesquisas, do Rio de Janeiro. Era um almirante que dirigia, e foram sempre muito corretos comigo. Mas nunca a Universidade me deu dinheiro para fazer pesquisas.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

T.F. – Estávamos falando sobre as reformas da Universidade. Da USP, principalmente. O senhor poderia explicar como essas sucessivas reformas afetaram a Universidade principalmente com referência ao espírito inicial?

P.D. – Afetaram muitíssimo. Uma delas eu assisti, que foi a de 1967. Fiz parte da comissão de reforma, e discuti muito. Fui eu que apresentei o projeto de tirar a Farmácia e a Otorrinolaringologia da autonomia que existia, e passar para a Faculdade de Medicina. Quando eu saí de lá, estava exatamente terminando a reforma. E esse Adamastor, que queria mandar na Faculdade de Odontologia, conseguiu que a Faculdade de Farmácia e Odontologia ficasse separada. A

discussão foi muito acirrada, porque os professores já eram professores rinocerontinos, e queriam defender o seu interesse pessoal, como professores, mais do que o interesse universitário.

Tanto assim que apresentei um projeto para o meu Instituto que seria fazer, não um Instituto de Pré-História, mas um de Antropologia, no qual se uniram os institutos de Arqueologia, de Etnologia, de Pré-História – que era o meu – e a Geologia e Paleontologia. E aí o Tarciso Damy de Souza Santos, que estava aborrecido comigo, porque eu combati muito a Faculdade de Comunicação, perguntou: “Qual seria o seu lugar nessa reforma?”. Eu respondi: “O mesmo lugar que eu tenho: diretor do Instituto Pré-História”. Só que não seria instituto, mas departamento de Pré-História. “Mas o senhor que é diretor hoje de um instituto, quer ser diretor de um departamento?”. Eu disse: “Mas é evidente. Estou aqui defendendo o direito universitário. É um instituto que abrange toda a Antropologia, inclusive a Sociologia”. Então, ouvi ele dizer: “É a primeira vez que vejo uma pessoa querer ser promovida de cavalo a burro”. Então, eu falei: “Eu tenho razão, porque os burros são muito mais inteligentes que os cavalos. Aqui nesta discussão estou representando os burros”; Ele ficou admirado de eu defender um ponto de vista de hierarquia universitária que era contra mim.

A única coisa de positivo que fez essa reforma foi mudar o nome de professor catedrático para professor titula. O resto ficou tudo na mesma. E as outras reformas que a universidade sofreu foram parecidas a esta. Às vezes eles faziam uma reforma, porque um indivíduo precisava ajeitar o seu departamento. Na Faculdade de Medicina houve isto. Mas interesse universitário, absolutamente.

T.F. – O senhor disse que um fator muito importante teria sido a gradativa saída dos professores estrangeiros, porque enquanto eles estavam na Universidade em grande número eles garantiam o ambiente cultural. Agora, o que fez com que esses professores não conseguissem reproduzir, na Universidade, este espírito científica?

P.D. – Quando os formados pela Universidade se corromperam pelo estado em que a Universidade estava, e começaram a caçar as cátedras e a pressionar os estrangeiros para irem embora, para eles pegarem o lugar. Isso, inclusive, aconteceu na Física, com o Damy.

T.F. – Este fenômeno teria sido generalizado nas outras faculdades também?

P.D. – A mesma coisa. É que as outras faculdades, nesta ocasião, não existiam. Estas faculdades são muito novas. As faculdades começaram a ser criadas politicamente. O prefeito queria ser deputado, então dava uma Faculdade de Filosofia sustentava dois ou três anos, depois não sustentava mais.

T.F. – uma coisa interessante, que nos intriga um pouco, é que houve um momento inicial, digamos os primeiros quatro anos de vida da USP, que impôs um rigoroso clima científico. E nós nos perguntamos por que este espírito não se manteve?

P.D. – Por isso, porque veio a licenciatura, acabou-se a disciplina que foi implantada por nós. No começo não havia perigo deles fazerem uma reforma que não fosse em benefício da Universidade, por causa da grita que nós fazíamos. Eu fazia na Assembléia Legislativa e o Julinho pelo jornal. Depois, nós tínhamos um eco muito grande, tanto na Assembléia como pelo jornal. Aí eles não podiam fazer. Tentaram fazer pequenas reformas, que não conseguiram. Tentaram facilitar os exames diminuindo as médias mínimas necessárias, fazendo até demagogia, e que nós não permitimos de forma nenhuma.

T.F. – Os fundadores foram também afastados da influência sobre a Universidade?

P.D. – Eu fui expulso.

T.F. – Sim, mas eu falo um pouco antes. O senhor foi expulso em 1961.

- P.D. – Os fundadores foram postos em quarentena, inclusive o Rocha Lima, que era um grande cientista, e que foi hostilizado até pelo Governo do Estado, depois que nós deixamos o poder.
- T.F. – Isto a partir de 1937, 1938?
- P.D. – É. A partir de 1937, 1938. Tanto que o Rocha Lima disse que, depois da fundação da Universidade, a única vem que que ele teve apoio governamental, até para as verbas, foi no período Armando de Sales Oliveira, que forneceu ao instituto Biológico tudo que ele quis.
- T.F. – A Unicamp seria a retomada desse espírito?
- P.D. – Seria. Parece que eu já disse que a única esperança que tenho na reabilitação universitária no Brasil é a Unicamp.
- T.F. – Em que se fundamenta esta esperança?
- P.D. – Na situação atual, na resistência do Zeferino, que tem sido heróica. Ele conseguiu fazer uma Universidade.
- R.G. – Conta para a gente como foi o nascimento da Unicamp.
- P.D. – A Unicamp foi inventada no tempo do Ademar, mas para um grupo de políticos que tinha prestígio em Campinas. Então, foi nomeado, em primeiro lugar, um factótum qualquer da política, que não ficou seis meses. Depois entrou um homem sério, o Garcês, que nomeou para diretor da Universidade de Campinas o professor Cantídio de Moura Campos, que era um homem bem sério, mas muito tímido. Ele começou a sustentar a Universidade com muito cuidado. Conversava com o Garcês e com os outros. Ia caminhando muito lento, até o momento em que pediu demissão.

R.G. – Isto foi quando?

P.D. – Quando foi fundada a Universidade em 1947 ou 1948. Então, o Zeferino, que já tinha deixado Ribeirão Preto já pronto, pleiteou a direção da Univesidade. Foi nomeado, se não me engano, pelo Garcês mesmo, e começou a trabalhar. Ele é muito ativo, e deu início à formação da Unicamp. Hoje em dia ele está com 300 e tantos professores estrangeiros. Isso é formidável. Ele faz congresso lá etc. Certos departamentos estão num avanço! Inclusive o de Física, que sofreu um golpe muito grande com a saída do Damy, porque ele era muito competente, mas se incompatibilizou com o Zeferino e teve que ser substituído. Não sei quem está dirigindo o Departamento de Física, mas sei que o Lattes está lá.

T.F. – Realmente o Lattes está lá, mas como professor. Ele dirige o laboratório de raios cósmicos. O Sérgio Porto é o coordenador dos institutos, e o Rogério Cerqueira Leite é o coordenador das faculdades. O diretor não estou me lembrando quem é.

P.D. – Além do Lattes tem lá um sujeito muito bom. Com o é que chama?

T.F. – Nilton Benardes, Sérgio Porto, Jean Meyer, Rogério Cerqueira Leite?

P.D. – Não sei. E como vai o Instituto de Química lá?

T.F. – Não temos notícias. A nossa preocupação é com a ciência, e portanto estamos buscando os grandes nomes aonde estiverem, e não especificamente com a Universidade de Campinas. Estamos preocupados com a USP principalmente nesse primórdios, porque no fundo, aí sim, a USP desempenhou um papel de *alma mater*.

R.G. – Professor, uma coisa que tem sido muito frequente nessas entrevistas é uma certa crítica em relação à ética científica dentro da Unicamp, que estaria assim

balançada, salvaguardando o professor Zeferino Vaz. Uma crítica muito comum é que a Unicamp para arranjar os financiamentos, tentaria os projetos de baiana. Quer dizer, venderia gato por lebre.

P.D. – Eu já ouvi falar nisso, e se isso fosse verdade eu acreditaria, devido o temperamento do Zeferino. Ele costuma arranjar os elementos financeiros necessários para poder tocar a Universidade, de modo que às vezes sacrifica algum setor. Mas ele fica de olho e, de repente, dá um golpe naquele setor e endireita. Isto já aconteceu duas ou três vezes, que eu saiba. Agora você está me contando uma coisa que já me foi falado, mas que eu não estou bem a par, porque ultimamente tenho feito contato só com o Zeferino. Evidentemente que ele tem que ser um pouco subjetivo nas suas informações. Eu só tenho contato com o Departamento de História, onde tenho um professor que foi colocado por mim, que é um sujeito extraordinário. Chama-se Jaime Pinsky. É um judeu. Ele estava aqui na Universidade sendo perseguido até por ser judeu, e um dia recebi um livro dele sobre as culturas orientais antigas. Um livro admirável pelo seu senso crítico. Depois ele me procurou e disse que não sabia mais o que fazer da vida dele, porque estava sendo perseguido na Universidade.

Tem um anjo negro aí na Universidade que ainda não conseguiu entrar na Universidade como professor. Mas este homem faz tudo. Ele veio para cá como espião do Franco e se chama Morejon. É de uma desonestidade absoluta. Faz tudo para conquistar as coisas e conquistou dois ou três reitores, entre eles o Gama e Silva. Pergunta ao Eurípedes que ele dá a informação completa dele. Ele chegou a processar o Eurípedes, porque ele não deu muita cancha para ele. Então, este homem estava pondo o Pinsky para fora da Universidade, e eu falei com o Zeferino: “Não sei se você tem elementos para História Antiga, mas este homem é excepcional”. Então, ele disse: “Estou precisando de um homem assim. Então, vou mandar ele para você”. E daí a 10 dias o Zeferino o contratou. Está até hoje lá. Está trabalhando muito bem. Quando vocês tiverem oportunidade de ir lá, procurem pelo Pinsky, que vale a pena.

- T.F. – Acoplada a esta crítica, se diz que a preocupação de Campinas é com a ciência dita universal, que tem nada a ver com o Brasil; que eles estão completamente desvinculados do contexto cultural do Brasil; que eles estão muito mais inseridos na máquina de produção científica acoplada aos Estados Unidos etc.
- P.D. – Mas como é que está cheio de professores alemães, italianos, etc, lá na Universidade?
- T.F. – Mas estes também não estariam fazendo ciência nos moldes americanos?
- P.D. – Não acredito que o Zeferino tenha feito isto, porque a formação dele é integralmente brasileira, mas através de professores que tinham a formação francesa. Por exemplo, o Lauro Travassos, O Rocha Lima – que tinha formação alemã, porque ele esteve lá – o pessoal de Manguinhos, Álvaro Osório. Não acredito que ele mudasse a mentalidade dele, porque a mentalidade dele já é muito firme. De modo que recebo a informação até com muito prazer, para poder averiguar. Este assunto me interessa. Mas não acredito que ele tenha sofrido esta influência norte-americana, por receber favores dos Estados Unidos. Ele tem professores norte-americanos, mas tem também alemães, italianos e franceses.
- T.F. – Mas o senhor sente que eles estejam comprometidos com o Brasil, ou estão comprometidos com a ciência internacional?
- P.D. – É possível que em determinados setores haja um compromisso com a ciência internacional, principalmente no campo da Física e da Química, mas no campo da Matemática não acredito. Eles estão fiéis à tradição francesa, italiana e alemã.
- T.F. – Já que estamos falando da criação, seria bom a gente falar um pouco do IFT – Instituto de Física Teórica – de São Paulo.

P.D. – Este não é da Universidade.

T.F. – Foi criado nos anos 50 e parece que sofreu uma séria de críticas do *Estado de S. Paulo*.

P.D. – É possível, porque o *Estado de S. Paulo* é muito ortodoxo em determinadas coisas. Ele acredita no Roque Spencer Maciel de Barros, dentro da Universidade. E o Roque Spencer, sendo um sujeito de muito valor sob o ponto de vista da Educação, da organização do sistema educativo, é um homem muito irritante pelo fascismo dele. Não é um fascismo político, é um fascismo científico, cultural. E o temperamento do Roque não permite que ele receba um Instituto de Física bem. Mas quem poderia dar informações a respeito de Física é o José Reis, que tem muitas ligações com o Instituto da Física Teórica, que era aqui perto da Avenida Paulista. José não sei onde está. E tinha lá um sujeito que era muito antipatizado, mas eu verifiquei que a antipatia que este homem usufruía era devido aos concorrentes das universidades, porque ele não quer abandonar o Instituto de Física. Dizem que é muito competente. Aliás, o Reis que afirmou isto. Ele trabalha muito. O Instituto da Física Teórica trabalha muito. Ele tem lá uns japoneses muito bons.

T.F. – Quem é o sujeito muito antipatizado?

P.D. – É o diretor. Não me lembro o nome.

R.G. – É Paulo Leal Ferreira?

P.D. – Exatamente, Leal Ferreira.

R.G. – Inclusive, o IFT, quando foi criado, teve o apoio do Marechal Lott.

P.D. – Eu sei que teve apoio militar, mas não dessa situação atual. Seria o Lott, quando

ele assumiu a Presidência da República. É possível.

T.F. – Quando falamos do professor Crodowaldo Pavan, o senhor falou na Academia de Ciências do Estado de São Paulo. Qual sua visão do papel da Academia?

P.D. – Por enquanto, eu acho má. Aquilo foi a vaidade do Pavan, querendo restaurar o nome, aliás pequeno, que ele teve aqui. Depois caiu muito, porque ele permaneceu no exílio, trabalhando nos Estados Unidos. Pelo Dreyfus, ele se faz íntimo daquele grande geneticista que morreu há pouco tempo, o Dobzhanski. Dizem até que a tese dele foi feita pelo Dobzhanski. Não acredito. Pode ser que o Dobzhanski tenha ajudado. Ele se dedicou principalmente à drosófila. Mas aí não pode falar do Dobzhanski, porque drosófila, o Dreyfus era discípulo daquele que introduziu a drosófila na experimentação biológica. Aquele biologista americano, digo já o nome dele. Tanto que houve um momento que era o Debri na Europa e este nos Estados Unidos. E o Pavan se chegou a ele pelo Dobzhanski e ficou nos Estados Unidos este tempo todo. Agora, o Dobzhanski era um sujeito muito esquisito. Quando simpatizava, fazia tudo, mas quando antipatizava, só falava mal. Apesar disso era muito competente, e o Pavan ficou na smra dele este tempo todo. Voltou agora, querendo reconquistar um posto dentro da Genética. Então, ele pensou em fazer este Instituto, que fez com o Sérgio Mascarenhas. Isto foi há pouco tempo.

T.F. – O senhor vê sentido numa Academia Estadual de Ciências?

P.D. – Não vejo nenhum sentido. Agora, o que se devia fazer era melhorar a que existe no Rio de Janeiro, a Academia Nacional.

T.F. – O senhor poderia falar um pouco sobre a Academia Brasileira de Ciências?

P.D. – Ela tem elementos estupendos, mas também tem fumistas, quer dizer, simuladores de cultura. Mas tem gente boa também. Toda a gente boa do passado pertenceu à Academia de Ciências do Rio de Janeiro.

T.F. – Qual o papel de uma academia na ciência?

P.D. – É reunir os cientistas, dar divulgações às pesquisas feitas por estes cientistas e dar prestígio a eles pela solidariedade dos acadêmicos. A Academia é muito superior à Academia Brasileira de Letras, que é uma academia de bobos alegres. A Academia de Ciências ainda é respeitada. Isso vocês devem saber. Vocês moram no Rio. Acho que lá ela deve ter um certo renome. Não? Porque – que diabo – pertenceram a ela o Miguel Osório, o Álvaro Osório, o Lauro Travassos, aquele, como é que chama?... O Rocha Lima parece que não era de lá.

[FINA DA FITA 5 – A]

T.F. – De manguinhos? O Aragão?

P.D. – Não, o Aragão é outro. Também era da Academia. Tinha também um endocrinologista famoso que está na Academia. Talvez esteja aposentado.

T.F. – A Academia representa a quem?

P.D. – Representa a Academia. A ciência nacional.

T.F. – No entanto, tem uma meia dúzia de cientistas.

P.D. – Ela quer representar, mas realmente não representa. Tem apresentado alguns trabalhos interessantes. Ela tem mais renome em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Quem é o presidente atual?

R.G. – Pacheco Leão.

P.D. – O Carlos Chagas Filho é de lá, não é?

R.G. – É.

P.D. – O Carlos Chagas é um homem de sociedade. O valor, a meu ver, do Carlos Chagas Filho é muito relativo.

Muita gente fala bem dele como cientista. Eu tenho má impressão dele como homem. Agora, como bioquímico... Ele é bioquímico, não é?

T.F. – Ele é formado em Medicina e o Instituto chama formalmente Biofísica. A especialidade dele é sobre peixe elétrico. A partir da análise do peixe elétrico, ele abriu toda uma linha de pesquisa de eletrocardiologia. Enfim, uma série de outros assuntos paralelos.

P.D. – E são bons esses estudos?

T.F. – Dizem que aquele estudo realmente tem mérito científico. Mas nós estamos encarando mais o Carlos Chagas como um homem que construiu uma instituição que, está sim, foi muito importante, o Instituto Biofísico. Eu, pessoalmente, tenho uma tese... Muita gente famosa passou por lá, o Pacheco Leão, o Pena Franca e outros cientistas, altamente conceituados. Tenho uma hipótese de que o Instituto de Biofísica é a continuação de Manguinhos. Manguinhos não conseguiu dar o salto para a ciência contemporânea e o Biofísico conseguiu, a partir exatamente da incorporação da Matemática, da Física, Química e da Bioquímica. Parece que isto é muito importante.

P.D. – Conheci bem manguinhos, no tempo do Miguel Osório e do Alvaro Osório.

T.F. – O senhor conheceu Miguel Osório?

P.D. – Intimamente. Éramos tão amigos que, quando fui exilado, ele ia passar as férias

todos os anos no lugar em que eu estava.

T.F. – Poderia descrever a personalidade dele? Porque ele é uma figura um pouco mítica para nós.

P.D. – Era de um brilho fantástico. Um sujeito espirituoso, de ótimo humor. Vou contar um caso dele que é maravilhoso. Um dia ele saiu com o embornal e uns vidros para catar insetos. Saiu de Manguinhos e foi para a Baixada Fluminense. Estava andando por lá quando, de repente, apareceu uma mulher desesperada e disse: “Doutor, o meu marido está muito mal, e o senhor tem que ver o meu marido. Mas eu não sou médico! O senhor é doutor e tem que salvar o meu marido”. Diante daquele desespero, ele foi. Chegando lá, pôde diagnosticar que se tratava de uma difteria muito grave. Então, ele tirou um daqueles vidros, passou na garganta do sujeito e disse que ia ver o que ele tinha, e que no dia seguinte voltaria para vê-lo novamente. Chegando em Manguinhos, mandou fazer um exame, e era mesmo difteria. Voltando lá, encontrou o doente ofegante, com dispnéia, sem poder respirar. O sujeito perguntou o que ele tinha. Então o Miguel Osório deu uma explicação para o homem entender: “Olha a sua garganta está atacada por uns bichinhos maus, e eles só desaparecem pondo uns bichinhos maus, e eles só desaparecem pondo uns bichinhos bons que vão comer os maus. Ocê não vê porque eles são muito pequenos”. E enquanto preparava a injeção, o caboclo olhava para ver se via os bichinhos. “Agora você fica quentinho, na cama, que amanhã cedo eu volto e você vai ver que os bichinhos bons, durante a noite, venceram os maus”. No dia seguinte, ele voltou e encontrou o sujeito pior. Disse: “Você não melhorou?”. Que nada, doutor, adериu tudo!”. [risos].

Outra história do Miguel Osório. Ele tinha um assistente que se apaixonou por uma menina do Rio de Janeiro, e não fazia nada pensando na menina. Um dia, o Osório chegou e encontrou o sujeito olhando o crepúsculo. E perguntou o que ele tinha feito naquele dia. O assistente disse que não tinha feito nada. Então, o Miguel Osório mandou que ele fosse para a pedra e perguntou a idade da menina.

Ele respondeu que era 18 anos. “E altura? Escreve lá, 18 anos, um metro e cinquenta centímetros, 42 quilos. Bom, agora escreve: cálcio, oito quilos, água 60 litros, fósforo, tantas miligramas”. E foi decompondo a menina quimicamente. “Você está apaixonado por este punhadinho de minério que está na coluna”. Mas o assistente perguntou: “E o tempero?” [risos]. Este era o ambiente no laboratório do Miguel Osório, que era de Fisiologia.

R.G. – Que era puramente pessoal, com verba dele?

P.D. – Sim. Ele sustentava o laboratório. Tinha pouca verba. Mas trabalhava como o diabo. Ele ia de madrugada. Morava na Tijuca e saía à noite. Eu almocei com ele em Manguinhos várias vezes. O Álvaro Osório já era sisudo, quieto. Fazia pesquisa sobre o câncer. Ele estudou o efeito do oxigênio no câncer, com a idéia de que só bom oxigênio poderia tratar o tumor. E foi ele quem fez o primeiro laboratório de Fisiologia do Brasil, na Faculdade de Medicina. Porém, como a Faculdade não tinha nem lugar e nem dinheiro, ele fez no porão da casa dele. Trabalhavam com ele a sua irmã Branca, o Miguel e mais dois assistentes. E fez um laboratório de Fisiologia, o primeiro do Brasil.

T.F. – Me parece que ele era muito desencantado com as possibilidades de fazer pesquisas na Universidade?

P.D. – Mas ele pegou a Universidade?

T.F. – Os dois parecem que estavam muito... Daí a dedicação exclusiva a Manguinhos, que era um Instituto isolado. Não sei se o Álvaro era professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

P.D. – Acho que não era. Era da Faculdade de Medicina.

T.F. – Exatamente. Lá ofereceram um laboratório para o Álvaro e ele não quis, porque

achava que o ambiente não era de pesquisa.

P.D. – Não sabia disso. Eu sabia que eles eram muito ligados ao Piron, na França, e com o La Pique. Tanto que ele usava muita a Matemática na Fisiologia, que era exatamente o método La Pique.

T.F. – Como era essa relação entre a comunidade acadêmica de São Paulo e a do Rio de Janeiro?

P.D. – Eram quase isoladas.

T.F. – Então porque o Miguel e o Álvaro Osório tinham este contato?

P.D. – Mas eles não tinham tanto contato com São Paulo. Eles tinham era comigo. Mesmo o Álvaro não tinha grande amizade. Os únicos amigos dele aqui em São Paulo eram o Dreyfus e eu.

R.G. – De quando data o relacionamento científico entre o Rio e São Paulo?

P.D. – Muito depois da Universidade. Aliás, até hoje é isolado. Imagina naquele tempo. Manguinhos era muito ligado à Medicina, e como dizia Dreyfus: “Os médicos, quando se encontram, não dizem bom dia, e sim rosnam”. Pois os médicos são a classe mais separada que pode haver.

T.F. – Apesar de que a comunidade acadêmica paulista absorveu cientistas vindos do Rio, como o Rocha Lima.

P.D. – Mas o Rocha Lima não veio propriamente do Rio de Janeiro. Ele veio da Alemanha via Manguinhos.

R.G. – E o Teodoro Ramos?

P.D. – Ele era daqui.

T.F. – Mas ele se formou na Politécnica do Rio.

P.D. – Isso pode ser. Mas só a formatura. O Lauro Travassos vinha sempre aqui, em São Paulo. Mas vinha por causa do Rocha Lima, principalmente, e quase se hospedava aqui em casa. Ele realmente era importante na ciência brasileira.

R.G. – O Teodoro Ramos, junto com o professor Lélío Gama, formavam o estudantado, junto com o Amoroso Costa, no Rio de Janeiro.

P.D. – Sei. Aquele grupo do Laboriau.

R.G. – Exato. Formavam o grupo de antipositivistas, pela Politécnica do Rio de Janeiro, quando estudantes ainda.

P.D. – É possível. Mas não tenho conhecimentos dessa parte do passado deles.

T.F. – O senhor tem uma observação nas suas *Memórias*, sobre a figura do Laboriau, que ele mal sabia o que era universidade.

P.D. – É verdade. Ele tinha um talento formidável, era matemático.

T.F. – Então, por que mal sabia o que era universidade?

P.D. – Por isso, ele não entendia o espírito universitário. É verdade que naquela ocasião, quando ele morreu, ele estava fazendo muita política. Estava no Partido Democrático do Rio de Janeiro, e até morreu por causa disso. Com a chegada de Santos Dumont, no Rio... Tinha aqueles aviões alemães que vieram para São Paulo fazer a primeira linha aérea.

Foi num desses aviões que embarcaram todos juntos: o Amoroso Costa, ele... Morreram todos. O filho dele mora aqui em São Paulo, e trabalha no Instituto de Botânica de São Paulo.

T.F. – Nós vamos entrevistá-lo também. O Oton Leonardos ia no lugar do Amoroso Costa no avião, e trocaram.

P.D. – Isso mesmo, isso foi em 1929.

T.F. – Foi sim, porque o inquérito sobre Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação, já sai publicado em 1929, dedicado aos que morreram nesse acidente.

P.D. – Foram vários cientistas que morreram nesse acidente. Foi uma Academia que se matou.

T.F. – E foram para jogar rosas no navio de Santos Dumont. E consta que Santos Dumont, no enterro, em prantos, dizia: “Não era isso que eu queria da aviação”.

P.D. – É. Ele morreu torturado pelo mau emprego que a aviação teve, na opinião dele. Ele suicidou-se exatamente na Revolução de 1932, porque assistiu ao bombardeio de um vapor feito pelo avião do filho daquele general, que lutava do outro lado. O rapaz lutava do nosso lado. O avião caiu em cima do vapor, e o rapaz morreu.

T.F. – Há uma outra instituição, que está em evidência ultimamente, que é a S.B.P.C. Como é que o senhor situa a S.B.P.C. dentro do quadro da ciência brasileira?

P.D. – Eles têm feito um trabalho muito bom, porque conseguiram reunir, em cada reunião, de cinco a seis mil cientistas de todo o Brasil. E são reuniões verdadeiramente científicas. Conseguiram fazer essa coisa que parecia impossível,

reunir os cientistas de todo o Brasil, porque o Brasil já é meio fragmentado mentalmente. E todos os anos eles fazem essa reunião. È verdade que agora estão com uma diretoria mais fraca, mas até há pouco tempo era formidável. O secretário era o Simão Matias, que era um sujeito trabalhador. Hoje é o Edmundo Magalhães. O presidente era o Kerr, hoje é o Sala, que é muito bom. De modo que é uma sociedade realmente importante. Ela se impôs nesse Governo que está aí. O Médici negou-se sempre a comparecer na inauguração do Congresso.

T.F. – Não haveria uma duplicação entre a Academia Brasileira de Ciências e a S.B.P.C.?

P.D. – Não, porque eles vinham aqui também, como o Olímpio da Fonseca, que estudou os parasitas pré-históricos. Tem até um trabalho notável sobre isso. Estava aqui em todas as reuniões. Daí que veio minha amizade com ele. Atualmente está muito velho.

T.F. – Mas está bem, muito bem.

P.D. – É um sujeito formidável. Os trabalhos que apresentou aqui foram todos muito bons. Ele apresentou, durante a minha presença na Universidade, pelo menos uns oito trabalhos durante oito anos seguidos.

T.F. – Ele teve contato com o Museu do Homem?

P.D. – Ele era amigo do Rivet. Conheci o Olímpio da Fonseca através do Rivet. Gosto muito do Olímpio, não só pelo ponto de vista científico. Ele é muito minucioso, faz questão que saia uma boa bibliografia e faz questão de rever as provas. Aliás, uma parte da família dele mora aqui.

T.F. – Já que estamos no campo institucional. Nós falamos pouco do problema do financiamento da ciência, e os aspectos contemporâneos disso.

P.D. – Aqui em São Paulo, a alma do financiamento da ciência é a Fapesp, porque ela é muito bem dirigida por pessoas de prestígio científico e social. Agora é o Saad, antes era o Sala, e antes era o Ulhoa Cintra. Todos eles com muito prestígio científico e social. A Fapesp é muito respeitada, e a distribuição de verbas tem sido feita com muita honestidade e precisão. De modo que acho que a Fapesp merece a fama que tem. Não sei atualmente, porque há dois anos que não tenho contato com eles. Tive há pouco tempo com o Sala. Ele é realmente a alma da proteção à ciência em São Paulo.

T.F. – Existe flexibilidade organizacional dentro da Fapesp?

P.D. – Eles são muito flexíveis. É gente muito inteligente.

T.F. – O senhor trabalhou com recursos da Fapesp?

P.D. – Trabalhei muitos anos.

T.F. – E como era a sua interação com a Fapesp?

P.D. – Eu fazia um relatório do que eu queria realizar com o auxílio que eles me dessem. Pedia coisas até alheias à pesquisa direta. Uma vez pedi um jipe para poder chegar a certos lugares do litoral, e eles me deram. As bolsas que pedi para as minhas assistentes. O dinheiro para sustentar as minhas pesquisas, eles me deram. Agora, tinha que prestar conta e eu prestava com todo cuidado, para obter mais recursos. Enquanto estive na Universidade, a Fapesp sempre me sbvencionou. Você sabe que nessas coisas de pesquisas a gente custa muito a realizar alguma coisa interessante. A única coisa realmente interessante que consegui foi o homem pré-histórico mais velho da América do Sul, aqui perto de Santos, com cerca de 10 mil anos, porque até então se conhecia de mil anos e 2 mil anos. Consegui este fóssil humano de 10 mil anos.

R.G. – Isto faz com que a Antropologia seja mais cara?

P.D. – Sim, a pesquisa de campo é muito cara. Agora, a de laboratório é fácil. Precisa ter é o maquinário necessário. As lupas, os microscópios, os reativos, as ferramentas de medição de campo, teodolitos etc. Eu tinha o cinema. Deixei um laboratório completo, e uma biblioteca com cerca de 6 mil volumes especializados.

R.G. – Tudo isto a Fapesp financiava?

P.D. – Grande parte sim. Mas eu também arrancava dinheiro da Universidade. Sobre esse negócio de Teodolito, havia um médico muito bom, que era quase epileptóide. Tinha uns rompantes tremendo, muito violento e ao mesmo tempo tinha umas quedas de ternura, e por isso ele era muito querido pelo nosso grupo. Um dia, ele foi passar um fim-de-semana em Santos e voltou com a mulher dele, que era muito bonita. E ele guiando o automóvel. Quando chegou no alto da serra, viu um sujeito de botas em cima de alguma coisa, jogando beijos para a mulher dele. Então, ele parou o carro e ficou olhando, o cara continuou a jogar beijos. Ele desceu, foi lá em cima e engalfinhou-se com o sujeito. Lutaram e rolaram aquele rochedo. Quando chegaram embaixo, o homem tinha quebrado a clavícula. Ele pegou o homem e botou no colo da mulher dele, dentro do carro, para trazer para São Paulo [risos]. Então, o homem perguntou: “Como o senhor me agride dessa maneira?” E ele disse: “O senhor estava jogando beijos para minha mulher. Eu? Eu não. Eu estava fazendo sinal para o Teodolito”. Chamava-se Luciano Gualberto.

R.G. – Como o senhor compararia a Fapesp com o CNPq?

P.D. – Acho que a Fapesp é mais bem organizada. Não conheço em profundidade o Conselho. Também recebi auxílio deles, e foram muito corretos comigo. Acontece que conheço muito bem a Fapesp, e o Conselho Nacional de Pesquisas eu conheço pelos contatos que tive com o usuário.

R.G. – A forma de angariar recursos, e de prestar contas entre a Fapesp e o conselho é diferente?

P.D. – Não é muito parecida, porque é o mesmo o código de contas usado no Conselho e na Fapesp.

T.F. – A Fapesp nunca recebeu críticas por favorecer determinadas áreas; em detrimento de outras?

P.D. – Nunca ouvi nada a este respeito, e nunca percebi nada nesse sentido. Agora, eles não tinham obrigação nenhuma de me servir, porque o nosso conhecimento era universitário. Eu me tornei um amigo do diretor da Fapesp exatamente pelo que eles fizeram por mim. De modo que nunca percebi que eles fossem alvo de crítica, ou merecessem crítica. O que eu vi foi sempre muito objetivo.

R.G. – E com relação ao CNPq?

P.D. – Também não tenho queixas, mas ouvi falar muitas vezes que eles negavam auxílio a determinados casos que mereciam e davam auxílio a gente protegida, mas premiados pela política federam. Hoje não sei. Hoje eles dão auxílio para os apaniguados com toda facilidade. Por exemplo, a mulher do Simonsen gosta muito de Arqueologia, mas não sabe distinguir a Arqueologia clássica e a Arqueologia Pré-Histórica, que são completamente diferentes. A Arqueologia Clássica é ligada à Arte e a Pré-Histórica é ligada à Zoologia e a Biologia. E apareceu aqui um aventureiro completo chamado Parnes, e o Simonsen, que ainda não era ministro, e sim diretor do Mobral, a pedido da mulher dele, arranjou 50 mil cruzeiros. Naquele tempo, para esse sujeito.

Ele esteve aqui em São Paulo, e estive com ele duas ou três vezes. Percebi logo que era um charlatão que se dizia especialista em Pré-História. Então não dei a importância que ele pretendia e ele nunca mais voltou aqui. Depois, parece que ele

arranjou com a Finep 300 mil dólares e gastou tudo isso. Fez uma excursão no Norte do Brasil, levando com ele dois assistentes meus, um homem e uma moça, que ficaram lá um mês mais ou menos, e voltaram com a pior impressão desse homem. Agora eu soube que ele está de baixo de um inquérito administrativo.

T.F. – Ele fundou uma escola e usou em parte a Fundação Getúlio Vargas para isso. E a escola sofreu intervenção federal.

P.D. – Tenho a impressão de que ele é um espertalhão. De Arqueologia eu sei que ele não entende nada. Ele esteve no Ceará e comprou fósseis do Paleozóico e trouxe aquilo tudo como se fosse pesquisa dele. E, no entanto, foi comprado no mercado.

Houve uma outra também, mas essa fazia pesquisas. Era a mulher do Beltrão. Pelo menos aqui em São Paulo ela pesquisava. Ela veio aqui, se apresentou a mim e eu facilitei as coisas. Dei a ela os meus instrumentos de campo, porque ela não tinha. E ela passou uns três meses no mato trabalhando direitinho. Fui lá umas duas vezes, e ela estava pesquisando. Ela também recebia muito auxílio, por via política, exclusivamente, não do Conselho Nacional de Pesquisas.

T.F. – E, no caso, a Fapesp não está também vulnerável à política estadual?

P.D. – Não. Aliás, a política estadual é muito tímida, em relação à Fapesp, tem um pouco de medo da Fapesp. De modo que eles dão os créditos e deixam a coisa por conta da Fapesp. Eles, às vezes, mandam alguém recomendado, mas se não for um pedido bem documentado ela não dá auxílio.

R.G. – Isto é o que tenho sentido muito: que em São Paulo existe uma crença social um pouco maior do que no Rio na validade e necessidade da ciência.

P.D. – Esse homens que fazem ciência, querem fazer ciência mesmo. Muitas vezes brigam com a política, como eu que briguei várias vezes. Brigam, e a política, em

geral, fica tímida. Para defender aqui as jazidas pré-históricas do litoral, os Sambaquis, consegui que a FAB me fornecesse os aviões que eu pedisse, porque, para fazer a inspeção de todo o litoral, eu precisava fazer aquilo num dia, no máximo. Então, o avião me pegava aqui, me levava até Parati, que já é Estado do Rio de Janeiro. Depois descia e me levava até o Paraná, até o Paranaguá. Muitas vezes os tripulantes dormiram comigo em Cananéia; outras vezes iam, ficavam dois ou três dias e voltavam no dia que eu marcava. Tive esta assistência prioritária.

Lembro-me que uma vez eles tinham prometido um avião a um deputado que queria ir a Goiás. Mas como eu precisava, eles deixaram servir o deputado e me ofereceram o avião. E uma vez, numa eleição... Aí o destino me salvou. Eu tinha marcado com eles para sair cedo numa sexta-feira. Então, o coronel me telefonou e disse: “Dr. Paulo, nós temos um pedido do Tribunal Eleitoral, que queria que transportássemos amanhã – o dia da sua viagem – o material eleitoral e o juiz. Eu queria saber se o senhor tem muita urgência de embarcar amanhã, ou se poderia deixar para sábado, porque amanhã eu ia mandar fazer essa diligência”. Então, eu disse que estava bem, e ficou estabelecido que eu iria no sábado. O avião saiu e perdeu-se na serra. Matou o piloto e o juiz, que era o dr. Costa Manso. Quer dizer, se eu tivesse ido, eu que teria morrido. E no sábado não tive o avião, porque ele tinha caído. Mas tive no domingo.

R.G. – E a Finep e o BNDE, o sistema de financiamento?

P.D. – Pelo que sei é um esbanjamento de dinheiro tremendo. Conheço três ou quatro casos em que a Finep deu oito milhões a um camarada, e ele certamente não pagará este empréstimo nem fará o que se comprometeu a fazer. A idéia que eu tenho da Finep é de esbanjamento. Só o que eles fizeram com os editores. O José Olímpio, por exemplo, que estava na falência e entrou em entendimento com a Finep. Mas parece que os argumentos não foram suficientes, sob o ponto de vista

financeiro e de material de livros, para justificar o empréstimo imenso que ele queria fazer, que era coisa de 200 ou 300 milhões. Então o que ele fez? Comprou a Editora Nacional do Marcondes. Esta compra foi de cerca de 200 milhões. Eu sei porque o Ênio Silveira, da Editora Civilização, é genro do dono da Editora Nacional. Ele foi o intermediário. Só de comissão, recebeu sete milhões, sem fazer nada. José Olímpio, então, incorporou a Editora Nacional à José Olímpio, e conseguiu o grande empréstimo que ele queria. Hoje, evidentemente, está sob a fiscalização da Finep, que concedeu o empréstimo. E casos como este eu comço alguns, aqui em São Paulo. Imagino no Rio de Janeiro e Brasília; A Finep para mim é uma espécie de mordomia.

R.G. – Isto é uma coisa que também tem aparecido muito nas entrevistas o fato de que, por parte da Fapesp, haveria qualidade científica ao julgar os projetos. O senhor encontra isto também dentro do CNPq e da Finep?

P.D. – Eu não conheço a Finep. O primeiro contato que estou tendo é com vocês, e vocês não são a Finep. Tenho contatos com pessoas que conhecem a Finep. O irmão do Laudo Natal, que é um ladrão completo, ele durante o Governo do Laudo Natel fez uma fortuna imensa, e tirou muito dinheiro da Finep. Comprou um grande latifúndio com o dinheiro da Finep. Só o fato desse homem estar metido nesse negócio é que tem porcaria aí. Chama-se Wilson Natel. Qual é a impressão de vocês de lá?

T.F. – O que nos preocupa, e que parece ter uma certa consistência, é o problema de ser um órgão técnico que lida com ciência. Então, a capacidade de percepção e julgamento é muito pequena, em relação à realidade científica. O que nos interessa, não tanto em função da Finep em si, mas função da percepção da própria comunidade científica... Quer dizer, aparentemente a Fapesp está em mãos de cientistas, então teria condições de avaliar os méritos. E a Finep, no fundo, é um banco, é um órgão do tipo BNDE, só que o BNDE financia o próprio investimento, enquanto a Finep financia o pré-investimento, faz estudos de

viabilidade, ante-projetos, o próprio projeto executivo etc.

R.G. – Mas é a secretária executiva do FNDCT que é um dinheiro que não entra dentro dessa visão empresarial de lucro.

T.F. – Então, aí, tem essa duplicidade de funcionamento, que tem as suas vantagens também. Eu tenho a impressão, por outro lado, que um órgão comprometido com a comunidade científica tem menos liberdade de traçar uma política, e dizer: “Eu dou para isso e não dou para aquilo”. A comunidade científica vira um pouco ação entre amigos.

P.D. – O dinheiro desse Pernes não veio da Finep?

T.F. – Eu tenho a impressão que não. Nunca tive notícia disso. Não lhe garanto, porque não sei os meandros.

P.D. – Em todo caso, ele estando embaixo de um inquérito, a gente já saberia. Eu sei que da mulher do Simonsen ele conseguiu muita coisa. Agora, não sei se ele conseguiu tudo quanto ele gastou.

R.G. – Acho que tem um outro problema também. É que aliado a esta falta de critério científico nos julgamentos de projetos, vem também uma posição muito burocrática perante o financiamento, que é ter uma certa quantidade de dinheiro que está no exercício e deve ser gasto.

P.D. – Mas isto é um critério muito errado. O medo de perder em exercícios findo, ou coisa que o valha.

T.F. – Mas a Finep nunca teve problemas quanto a isso, porque é um órgão de administração indireta. Nesse sentido, acho que a crítica não atinge a Finep.

- P.D. – Os velhacos no Brasil são muito ativos, e os homens de bem até os próprios cientistas, são tímidos. Porque são sérios. Agora, os velhacos não, os aventureiros entram e recebem o dinheiro. Isto é que é o pior. Não falo só da Finep, falo de outros setores da administração.
- T.F. – Há uma coisa que ao Ricardo e a mim nos interessa um pouco. Às vezes, surge a impressão de que o próprio cientista acha que dinheiro demais faz mal, que no fundo se produz mais seriamente com economia, quando os tempos são de vacas magras.
- P.D. – É verdade. Eu tenho esta experiência. Tive uma vez recursos demasiados, porque recebi uma verba da Universidade que eu não esperava porque pensei que eles negassem. E eu tinha recebido verba também do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fapesp. De modo que fiquei com dinheiro demais. Mas eu era obrigado a gastar dentro do exercício este dinheiro. Então, comprei principalmente livros e aparelhos, e senti isto, que a gente fica muito mais vadio e gastador quando tem dinheiro demais, do que quando está fazendo economia.
- T.F. – E a qualidade do trabalho científico sofre com excesso de recursos?
- P.D. – Não, ao contrário. A gente compra livros, compra mais um microscópio, compra um aparelho de cinema que a gente precisa. Então, se lucra sempre, mas a gente fica muito mais fácil no gasto do que quando se tem que fazer economia. Porque nós tínhamos despesa de toda espécie. Passávamos às vezes dois ou três meses dentro do acampamento da pesquisa. Era muito desconfortável e muito insalubre, porque era numa região de brejos e tal. De modo que tínhamos que levar tudo, comida, água – porque não íamos beber naquela água vermelha que tem dentro dos brejos. E remédios contra insetos, contra cobras. É verdade que remédio contra cobra eu não gastava. Eu tinha sempre um sortimento muito grande, porque pegávamos muitas cobras e trazíamos para o Butantã, que nos fornecia o soro de graça e as caixas para levar as serpentes. Tinha um grande especialista em ofídios

no Butantã e ele recebia as cobras, e nos dava material muito abundante.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

T.F. – Uma coisa que talvez tenha muita atualidade nesse capítulo dos recursos, é que a Finep e o BNDE está canalizando muito recursos para a área universitária, mas a área universitária está carente de recursos. Inclusive, a Universidade de São Paulo acabou de sofrer uma grave crise em função disso.

P.D. – É. Mas a crise da Universidade é artificial. A Universidade estava recebendo cerca de dois bilhões e meio por ano. Ora, este dinheiro dá e sobra. A Universidade desperdiça dinheiro. Tem, por exemplo uma verba de excursão, e tem uma portaria do reitor, dizendo que quando a excursão é chefiada...

[FINAL DA FITA 5-B]

P.D. – Vi vários colegas meus fazendo excursões turísticas, por assim dizer, como se fossem excursões científicas, gastando o dinheiro da Universidade. Isso acontece comumente, E mais. Ainda tem as diárias. Eu, por exemplo, não dava diária aos meus pesquisadores. Eles iam comigo, estavam ganhando e não estavam trabalhando, no... Para eles era um divertimento. Mas se tivesse que dar, gastaria um dinheirão em diárias, que não precisava gastar. Na Universidade é uma desorganização financeira tremenda. A Universidade, na realidade, não merece apoio de fora, pois ela tem tudo. Dois bilhões e meio não é brincadeira para uma Universidade.

T.F. – Eu estava pensando numa coisa. Ao falar do sistema universitário paulista, o senhor me transmitiu a impressão de autonomia em relação ao Governo Federal. Isso é verdade?

P.D. – Hoje não. Porque eles têm até fiscais militares dentro da Universidade. E a polícia entra lá a hora que quer. É verdade que até a polícia aqui é da Secretaria de

Segurança, e é comandada por um coronel do Exército. Eles entram até em aula para pender os estudantes. O desrespeito à cultura. Há professores que reagem. E alguns até são maltratados. Havia um diretor da Faculdade de Filosofia, que é professor de História. Aliás, é um grande professor. Um dia ele convidou um especialista em qualquer coisa, não sei quem, de Brasília, para fazer uma conferência nesse sentido. E nem sabia dos antecedentes do homem, que não eram graves. Ele apenas estava afastado do regime. E o diretor foi chamado por um coronel da Polícia do Exército. E o coronel disse: “O senhor não sabe que esse homem sofre um processo? O senhor está recebendo na sua Faculdade gente absolutamente indesejável”. Aí, ele perguntou: “Ele foi condenado? Não, ele não foi condenado, mas ficou marcado. Bem, mas eu não posso saber disso. Conheci esse homem como professor de História Antiga. Pois é. Está muito bem. Mas o senhor não repita mais isso. Não. Isso não. Porque eu não tenho nenhuma informação, nenhuma proibição, não posso evitar que um especialista entre na minha Faculdade para fazer uma conferência que não tem nada com a política. Se o senhor me der uma ordem nesse sentido, eu posso evitar. Ordem eu não posso dar. Pois é, eu também não posso evitar”.

Saiu e foi embora. No dia seguinte foi chamado pelo coronel Erasmo. Ele foi recebido pelo coronel sentado, e ouviu de pé. “Quero comunicar ao senhor que o senhor tem o prazo de quatro dias para pedir sua demissão de diretor da Faculdade de Filosofia. Mas eu quero dar uma explicação. Não quero ouvir explicação”. Tocou a campainha e botou o professor para fora. Ele, o diretor da Faculdade de Filosofia.

Evidentemente, alguns não fariam. Eu não faria. Diria: “Não senhor. O senhor me demita!”. Evidentemente, ele poderia me prender na hora, me por no cárcere. Mas a gente tem que arriscar, em determinadas circunstância. Mas ele era um sujeito tímido, saiu e pediu demissão. E o reitor deu. Isso que é pior ainda. O reitor é esse mesmo que está aí.

T.F. – Esta autonomia já existiu?

P.D. – Já existiu. Ampla e completa.

T.F. – Até quando?

P.D. – Até o golpe de 1964. Completa autonomia. O Hélio Lourenço proibiu a polícia de entrar na Universidade, e foi cassado. Foi o primeiro. As primeiras cassações, quebrando a autonomia da Universidade, não vêm de 64. Vêm de 67, por aí assim. Estamos numa ditadura, evidentemente, e cada vez mais apertada.

T.F. – Uma última pergunta. Há quem defenda que a pós-graduação deva ser feita unicamente na Universidade. Outros acham que pós-graduação, não só pode, como deve ser feita em institutos isolados e especializados. Qual é a sua opinião sobre a pós-graduação?

P.D. – Acho que pode ser feita nos dois institutos. Por exemplo, o Instituto Biológico, o Instituto Butantã, o Instituto Agrônômico de Campinas, que são altamente especializados. A Universidade não pode fazer pós-graduação de Agricultura, Ofidismo e outras, que estão dentro desses Institutos. Não pode ser feita, pois são institutos idôneos. E mais ainda. São Institutos auxiliares da Universidade, por lei.

T.F. – Agora, estes institutos excessivamente isolados, apesar de estarem formalmente dentro das Universidades, eles não perderam muito do espírito universitário?

P.D. – Por causa da pós-graduação?

T.F. – Não especificamente, mas por estarem isolados.

P.D. – Acho que perderam. Pelo seguinte, a Universidade tem que ser um conjunto muito íntimo, e ligado pelo espírito universitário.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

Os Institutos isolados aqui de São Paulo produzem muito bem. Falo de produtos científicos. O Instituto de Campinas é de fomento, de animação à produção agrícola e pecuária. O Instituto Biológico é de assistência às enfermidades das plantas, do gado etc. E a feitura dos soros respectivos que sejam necessários, e as vacinas necessárias. O Butantã, vocês sabem, é uma especialização ofídica, de socorro ao ofidismo, de fabricação de soro. Além disso, outros soros também, como o antitetânico e outros parecidos. De modo que eles trabalham muito e produzem muito. São Institutos muito organizados. Pelo menos eram até há pouco tempo. O Bier, que era diretor do Butantã, é um grande cientista. Ele foi aposentado e substituído por um médico, que é exclusivamente político, e que era deputado, que é o Habib Carlos. Um sujeito amável e inteligente, mas que entrou, exclusivamente, pelo caminho político, não pelo mérito.

T.F. – O Otto Bier onde está?

P.D. – Deve estar no Butantã, mas já aposentado.

T.F. – E lá eles dariam informação de como entrar em contato com ele?

P.D. – É fácilimo, até pelo talento. Acho que tenho o telefone dele. Quer?

T.F. – Sim, depois podemos tratar disso. Quer dizer que nesse sentido, a produção científica é boa. Mas não é um ambiente universitário.

P.D. – Não, porque o ambiente universitário tem que ser o convívio entre professor e aluno.

T.F. – E isso não prejudicaria a pós-graduação nos Institutos?

P.D. – Pode ser que prejudique. Mas eu queria um exemplo completo para poder julgar a coisa no momento. Porque, quando um sujeito vai estudar cobras, a profilaxia ofídica e coisas ligadas ao Butantã, não vejo porque ele vá perder seu amor à Universidade, ou às prerrogativas universitárias, por causa disso. Mas pode haver casos. Admito que haja, mas queria um exemplo específico.

T.F. – Bom, acho que chegamos, por esta vez, ao fim da nossa caminhada. O senhor gostaria de acrescentar algo à entrevista. Alguma coisa que não teríamos coberto, e que o senhor ache importante.

P.D. – No momento, a única coisa que me lembro é que a Universidade brasileira está num estado precário hoje em dia. Porque, na realidade, a universidade brasileira está destruída. Isto cá para nós. A gente não fala lá fora, porque é desmoralização. Porque tirar um professor, que é bom professor, que é assíduo na sua cátedra, e por para fora, somente porque ele é amigo do Florestan Fernandes, é uma dessas coisas horrorosas. O caso, por exemplo do professor Eduardo França, que era Diretor da Faculdade de Filosofia.

Esse coronel Erasmo, que me conheceu por acaso, porque eu não procuro essa gente, simpatizou-se comigo, e de vez em quando aparece aqui pedindo conselho. Mas de que adianta dar conselho, se ele é um epileptóide? A gente dá conselho e ele não segue. De modo que prefiro me reservar.

Quando houve aquele movimento em Portugal, “movimento de março”, como eles chamam, os exilados portugueses resolveram voltar. Então, na Universidade, resolveram fazer uma recepção àqueles exilados que iam embarcar daí a dois dias. Quando a direção universitária soube disso, imediatamente encampou a recepção. E logo indicou um professor. Não sei se conhecem o Soares Amora, que aliás é muito bom professor, mas que não tem atitude política. È o que a gente chama de molóide. Nomearam-no para falar, em nome do corpo docente da Universidade.

Lembraram, também, que devia falar um dos exilados, o Sargento Pimentel, que tinha 90 anos, mas era muito lúcido e educado. E lembraram de que um aluno deveria falar também. Aí é que foi a dificuldade. Os alunos, de uma maneira geral, são absolutamente hostis a direção universitária. Mas conseguiram falar com o presidente do Centro, e pediram para arranjar o orador deles para falar. Então, sabe como são os estudantes, se reuniram e me escolheram para falar em nome deles. Disseram: “O senhor é homem mais respeitado do que nós. Não apanha na prisão, e nós apanhamos. E nós o escolhemos. Bem, eu falo. Mas vocês têm que me dar plena liberdade de falar o que eu quero, que vai ser mais ou menos o que vocês desejam. Eu não tenho medo de falar a essa gente. Não, o senhor fala o que quiser, em nome dos alunos”. Então, ficou combinado que na hora da recepção, às oito horas, uma comissão de alunos viria me apanhar. De manhã cedo, eu estava trabalhando, quando toca o telefone. Era o Erasmo: “Olha aqui, professor Paulo, preciso muito falar com o senhor. Eu ia na sua casa, mas há uma ameaça de greve de motoristas de caminhão e tenho que ficar aqui”. Então, eu disse o seguinte: “Se o senhor não pode vir aqui, vou até aí. Ah, muito bem, vou mandar um colaborador meu buscar o senhor”.

Já fiquei desconfiado. De repente, aparece um sujeito muito bem vestido e educado. Conversou um pouco comigo, depois falou: “Vamos falar com o secretário”. Mas em vez de irmos para a Secretaria, fomos para o D.O.P.S. Chegando lá, fui apresentado ao Diretor, dr. Murilo, que me tratou admiravelmente bem. Eu me fazendo de bobo, disse que me conhecia muito de nome e me convidou para sentar. Ficamos conversando com ele, mais ou menos uma hora. Depois o dr. Murilo foi chamado e não voltou mais. E o tempo passando. Eram umas quatro horas sozinho. As gavetas abertas, e a mesa cheia de papéis. Então, pensei: “Eles têm circuito de televisão fechado, de modo que estão vendo se mexo nos papéis”. Então, me levantei e fui sentar em outra cadeira mais afastada da mesa, no fundo da sala, aonde tinha uns jornais. Comecei a ler.

Passei assim umas quatro ou cinco horas. Já tinha anoitecido quando se apresentou

um outro rapaz. Apresentou-se como sendo o subchefe do D.O.P.S. “Dr. Paulo, o senhor está aqui sentado sozinho? Vamos lá para o meu gabinete”. Então eu falei: “Já matei a charada, Estou detido e sei até o motivo. Agora, só queria uma informação. Vou ficar aqui ou vou ser solto logo? Porque minha senhora, que sabe que estou nas mãos da polícia, está me esperando e eu queria avisar a ela”. Ele disse: “Não senhor. O senhor não está detido. Aqui o senhor é nosso hóspede muito querido. [risos] E o senhor vai falar já com a sua senhora. Qual é o telefone?”. Liguei e me passou o telefone. Então, eu disse: “è o seguinte, estou aqui no D.O.P.S., mas não estou detido. Estou somente como visita, de modo que você não se incomode”. Ela está muito acostumada a isso, porque já sofri prisões aqui de todo jeito. Ela disse: “Já matei a charada”. Eu falei: “Quero que, quando o pessoal da Universidade aparecer, você diga que eu não vou poder ir à recepção dos portugueses”. Desliguei o telefone. E continuou a conversa com o homem. Conversa de todo o calibre. Lá tem umas 15 ou 16 delegacias. Fechava uma delegacia e lá vinha o delegado falar comigo. Começavam a fazer perguntas e eu dava as minhas respostas, sempre frias e francas. Senti que eles queriam respostas que eram exatamente as que eu ia dar, e que eles também pensavam, mas não podiam se manifestar. Falei sobre as ditaduras, minha orientação antiditatorial, falei sobre tudo. Houve um momento em que chegou um escrivão e disse: “Olha, doutor, aqueles documentos que o senhor mandou juntar nos autor vão anular completamente os depoimentos”. Eu percebi logo que eram depoimentos que eles tinham arrancado com tortura, e os documentos vinham em favor dos presos. O delegado mandou que ele juntasse, que não tinha importância e começou a falar comigo: “Aliás, doutor, o depoimento testemunhal não representa muito no processo, não é?”. Eu respondi que não representava nada. É apenas supletivo. Porque depoimentos a gente pode arrancar até a força. O que vale mesmo são os documentos.

“Aliás, tem um trabalho, não sei se o senhor conhece, sobre a prova testemunhal, do professor Alcantara Machado”. Ele disse que não conhecia. “É um trabalho muito bem feito. Se o senhor não encontrar nas livrarias, com toda certeza

encontrará na Faculdade de Direito. O senhor poderá tirar xerox dos exemplares que eles tiverem lá”. Ele tomou nota de tudo e continuamos a prosa. Ele me perguntou o que eu achava da situação atual e respondi que pensava o pior que se possa pensar. “É talvez o senhor, que tem mais conhecimento da situação do que eu, ainda pensa mais do que eu”. Eu disse para ele. E todos acharam graça. Assim foi passando o tempo. Quando eram, mais ou menos, oito horas, ele disse que ia mandar buscar o jantar para mim num restaurante muito bom, aqui na Avenida Duque de Caxias. Eu disse que não era precisa, que estava informado de que poderia jantar em casa, não importando a hora. “E minha mulher deve estar preparando duas coisas para mim: um jantar agradável, ou uma mala, para mandar para cá”. Eles responderam que a mala não seria preciso. E as horas passando. As três e meia da manhã, ele foi chamado lá dentro. Todas as delegacias já tinham fechado. E os 18 delegados conversando comigo, e eu fazendo até um proselitismo indecente contra o Estado e a Política. Um deles me perguntou qual era a impressão que eu tinha do DOPS. Eu disse que nós tínhamos falado há pouco sobre a prova testemunhal. E que se eu fosse depor sobre o DOPS diria que achava a polícia mais civilizada do mundo. Acharam uma graça!

O delegado que tinha saído, voltou e falou: “Olha doutor, tenho uma notícia muito ruim”. Pensei logo que iria ficar lá, mas ele continuou. “è ruim para nós, porque o senhor pode ir para casa a hora que quiser, e nós vamos perder a sua companhia tão agradável”. Eu disse: “Quem vai perder sou eu, porque vocês vão perder apenas uma, que estão apreciando não sei porque, e eu vou perder a de 18 pessoas inteligentes e agradáveis”. Eles riram. O Diretor do DOPS me botou no carro dele e me trouxe para casa. Fui detido este tempo todo para não falar na Cidade Universitária. Fui bem tratado, mas e aqueles que foram maltratados, torturados, assassinados!

T.F. – Enfim, não me resta se não agradecer muito o seu depoimento. E ficamos com o compromisso de lhe mandar a transcrição desse depoimento para que o senhor faça revisão.

- P.D. – Exato, porque às vezes a gente pode ter algum engano, até alguma omissão de nomes, que a gente não lembrou e que lembra depois. Quem tem que agradecer sou eu, porque se nós fôssemos fazer um balanço, eu ainda tinha débito
- T.F. – A única coisa que eu lhe peço é que o senhor tenha um pouco de condescendência conosco, porque o trabalho de transcrição está sendo demorado, porque temos muitas fitas que estão sendo transcritas e não temos assim um prazo muito curto para lhe entregar esta transcrição.
- P.D. – Está certo. Estou à disposição de vocês para qualquer coisa.
- R.G. – Vamos precisar voltar, porque para o nosso nível de conhecimento, de especificação, a nossa curiosidade neste momento está satisfeita. Mas provavelmente, dentro de três ou seis meses, não estará mais, não pelo nosso nível de conhecimento, mas pelo nível de nossa ignorância.
- P.D. – Está certo. Geralmente não saio de casa, porque trabalho sempre em casa. E quando tenho uma oportunidade como essa, para mim isto é um repouso. Estou à disposição de vocês.
- R.G. – E da próxima vez que o senhor vier no Rio, o convite é da Finep.
- P.D. – Muito obrigado, estou sempre às ordens. Se vocês precisarem de alguma coisa, eu me locomovo com muita facilidade. Para mim não custa nada.
- T.F. – Muito obrigado.

[FINAL DA ENTREVISTA]